



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

# DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

AND XX — Nº 31

CAPITAL FEDERAL

SABADO, 27 DE MARÇO DE 1965

## CONGRESSO NACIONAL

### PRESIDÊNCIA

#### Sessão Conjunta

Em 23 de março de 1965, às 21 horas e 30 minutos

#### ORDEM DO DIA

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Emenda à Constituição nº 1/35 (C.N.), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que acrescenta parágrafo ao art. 157 da Constituição.

Designação de sessão conjunta para apreciação de veto presidencial.

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º, IV, do Regimento Comum, designa a sessão conjunta das duas Casas do Congresso Nacional a realizar-se no dia 28 de abril próximo, a 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, para apreciação do veto presidencial ao Projeto de Lei (nº 2.362-E, de 1963, na Câmara e nº 279, de 1964, no Senado) que dispõe sobre a fixação de coeficientes de correção monetária para os efeitos legais sem prejuízo da matéria para ela anteriormente anunciada.

Senado Federal, 24 de março de 1965.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente do Senado Federal  
no exercício da Presidência

#### Sessão Conjunta

Em 30 de março de 1965, às 21 horas e 30 minutos

#### ORDEM DO DIA

Veto presidencial (parcial) ao Projeto de Lei nº 15-63 na Câmara e nº 207-64 no Senado, que dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional, e dá outras providências.

#### ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cédula nº Disposição a que se refere

- 1 Do art. 4º, ns. L e II, as palavras:  
"e moeda metálica"
- 2 Do art. 4º, n. IV, as palavras:  
"e técnicas"
- 3 Do art. 4º, n. V, as palavras:  
"da política comercial externa e"  
Do art. 59, as palavras:  
"formulada pelo Conselho Monetário Nacional"
- 4 Do art. 4º, n. XIV, as palavras:  
"esterilização temporária"
- 5 Alínea "b" do n. XIV do art. 4º (totalidade)
- 6 Do art. 4º, n. XVI, as palavras:  
"que permanecerão indisponíveis, excetuada a destinação legal"

7 Do § 3º do art. 4º, as palavras:

"e inclinação"

8 Do § 2º do art. 6º, as palavras:

"debatendo livremente as matérias em exame, mas sem direito de voto"

9 Do art. 7º o inciso IV (totalidade)

#### Sessão Conjunta

Em 31 de março de 1965, às 21 horas e 30 minutos

#### ORDEM DO DIA

Veto presidencial (parcial) ao Projeto de Lei nº 15-63 na Câmara e nº 207-64 no Senado, que dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional, e dá outras providências.

#### ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cédula nº Disposição a que se refere

- 1 Do art. 10, n. I, as palavras:  
"nos termos dos incisos I, II e III do art. 4º e do art. 49 desta lei"
- 2 Do § 1º do art. 10, as palavras:  
"neste último caso"
- 3 Do § 2º do art. 10, as palavras:  
"instalar ou transferir dependências, no território nacional, alterar estatutos, modificar o capital"
- 4 Do § 2º do art. 19, as palavras:  
"de multa"
- 5 Do n. VIII do art. 19, as palavras:  
"segundo as diretrizes e normas que forem fixadas pelo Conselho Monetário Nacional"
- 6 §§ 3º e 4º do art. 21 (totalidade)
- 7 Parágrafo único do art. 30 (totalidade)
- 8 Do art. 46, as palavras:  
"as normativas e executivas"
- 9 Do art. 52, § 5º, alínea "b", as palavras:  
"na Superintendência da Moeda e do Crédito"

#### VETOS PRESIDENCIAIS A SEREM OBJETO DE DELIBERAÇÃO NAS SESSÕES CONJUNTAS CONVOCADAS

DIAS 30 E 31 DE MARÇO:

— veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 15-63 na Câmara e 207-64 no Senado, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, cria o Conselho Monetário, e dá outras providências.

DIA 1º DE ABRIL

— veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 10-64 (CN), que dispõe sobre os órgãos de representação dos estudantes, e dá outras providências;

- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.249-E-64 na Câmara e nº 131-64 no Senado, que regula a contagem, pelo Imposto de Rendas, dos direitos do autor da remuneração de professores e jornalistas e dos vencimentos dos magistrados;
- veto (total) ao Projeto de Lei nº 141-E-63 na Câmara e nº 118-64 no Senado, que assegura aos aposentados o direito de exercer cargo de administração sindical e de representação profissional;
- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 14-64 (CN), que altera dispositivos das Leis nºs 4.357, de 16 de julho de 1964, e 4.388, de 28 de agosto do mesmo ano;
- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.369-A-64 na Câmara e nº 265-64 no Senado, que enquadra os atuais professores fundadores em cargos de Professor do Ensino Superior;
- veto (total) ao Projeto de Lei nº 617-B-62 na Câmara e nº 109-63 no Senado, que concede isenção do Imposto de Renda à Companhia Siderúrgica Nacional, e dá outras providências.

**DIA 6 DE ABRIL:**

- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.351-64 na Câmara e nº 248-64 no Senado, que dispõe sobre o imposto que recai sobre a renda e proventos de qualquer natureza.

**DIAS 7 E 8 DE ABRIL:**

- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 13-64 (CN), que regula a locação de prédios urbanos.

**DIAS 20 E 22 DE ABRIL:**

- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 26-64 (CN), que dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências.

**DIA 27 DE ABRIL:**

- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.350-64 na Câmara e nº 243-64 no Senado, que dispõe sobre o Imposto do Selo, e dá outras providências;
- veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.661-B-61 na Câmara e nº 192-64 no Senado, que federaliza o Instituto Borges da Costa, ex-Instituto do Radium do Estado de Minas Gerais;
- veto (parcial) do Projeto de Lei nº 2.357-C-64 na Câmara e nº 257-64 no Senado, que institui, no Ministério da Fazenda o cadastro geral de pessoas jurídicas, cria o Departamento de Arrecadação, e dá outras providências;
- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.360-64 na Câmara e nº 271-64 no Senado, que dispõe sobre o Imposto de Consumo e reorganiza a Diretoria de Rendas Internas.

**DIA 28 DE ABRIL:**

- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.300-C-64 na Câmara e nº 225-64 no Senado, que dispõe sobre a liquidação, por acordo, das desapropriações efetuadas no Nordeste;
- veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.570-F-61 na Câmara e nº 126-63 no Senado, que federaliza o Instituto de Música da Bahia, e dá outras providências;
- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.426-64 na Câmara e nº 313-64 no Senado, que fixa os vencimentos de membros do Ministério Público Federal e do Serviço Jurídico da União, e dá outras providências;
- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 942-B-63 na Câmara e nº 238-64 no Senado, que cria Juízes de Conciliação e Julgamento na 4ª Região da Justiça do Trabalho, e dá outras providências;
- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.260-E-64 na Câmara e nº 206-64 no Senado, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1965;
- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.349-B-64 na Câmara e nº 242-64 no Senado, que dispõe sobre a elaboração e execução de Planos Quadrimestrais de Obras para a implantação do Plano Nacional de Viação;
- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.362-B-63 na Câmara e nº 279-64 no Senado, que dispõe sobre a fixação de coeficientes de correção monetária para os efeitos legais.

**DIA 29 DE ABRIL:**

- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 1.486-B-63 na Câmara e nº 288-64 no Senado, que dispõe sobre a reestruturação administrativa do Distrito Federal, e dá outras providências.

**DIAS 4 E 5 DE MAIO:**

- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 22-64 (CN), que institui o Conselho Nacional de Transportes, e dá outras providências;

# EXPEDIENTE

## DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES  
MURILO FERREIRA ALVESCHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO  
FLORIANO GUIMARÃES

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

### SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional  
BRASÍLIA**ASSINATURAS****REPARTIÇÕES E PARTICULARES**

Capital e Interior		Capital e Interior	
Semestre .....	Cr\$ 50,00	Semestre .....	Cr\$ 39,
Ano .....	Cr\$ 96,00	Ano .....	Cr\$ 76,
Exterior		Exterior	
Ano .....	Cr\$ 136,00	Ano .....	Cr\$ 109,

- Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

- A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

- Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

**DIA 6 DE MAIO:**

- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 25-64 (CN), que dispõe sobre vencimentos e salários do pessoal da Rede Ferroviária Federal, e dá outras providências;
- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 468-B-63 na Câmara e nº 13-64 no Senado, que concede aos servidores da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, aposentados até 31 de dezembro de 1959, o abono provisório de que trata a Lei nº 3.531, de 19 de janeiro de 1959, e dá outras providências;
- veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.569-C-61 na Câmara e nº 6-64 no Senado, que federaliza o Conservatório Dramático e Musical de São Paulo, e dá outras providências;
- veto (total) ao Projeto de Lei nº 333-B-63 na Câmara e nº 173-64 no Senado, que isenta o Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Pernambuco de impostos e taxas federais de qualquer natureza, que incidam ou venham a incidir na compra de ações da firma "Empreendimentos Santa Cruz S. A.", situada à Rua do Sol nº 143, em Recife, Pernambuco;
- veto (parcial) do Projeto de Lei nº 2.419-B-64 na Câmara e nº 315-64 no Senado, que define a competência julgadora de recursos fiscais.

**DIA 11 DE MAIO:**

- veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.158-B-64 na Câmara e nº 247-64 no Senado, que dispõe sobre o prazo de validade de concursos públicos para candidatos habilitados, que estejam exercendo ou hajam assumido mandato legislativo ou executivo;
- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 1.857-C-60 na Câmara e nº 153-64 no Senado, que dispõe sobre o custeio, pela União, no exercício de 1960, dos serviços públicos transferidos para o Estado da Guanabara pela Lei nº 3.752, de 14 de abril de 1960;
- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 928-66 na Câmara e nº 139-62 no Senado, que regula a profissão de Corretor de Seguros.

**DIAS 12, 13 E 18 DE MAIO:**

- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 19-64 (CN), que dispõe sobre o condomínio em edificações e incorporações imobiliárias.

**DIAS 19 E 20 DE MAIO:**

- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.322-64 na Câmara e nº 223-64 no Senado, que disciplina a desapropriação para os obras de combate às secas do Nordeste.

**DIAS 24 E 26 DE MAIO:**

— veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.223-D-64 na Câmara e nº 180-64 no Senado, que altera a legislação relativa ao imposto único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos, e dá outras providências.

**DIAS 19, 2, 3, 8, 9 E 10 DE JUNHO:**

— veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.348-64 na Câmara e nº 241-64 no Senado, que aprova Plano Nacional de Viação.

**SENADO FEDERAL****ATA DA 17ª SESSÃO EM 26 DE MARÇO DE 1965****3ª Sessão Legislativa da 5ª Legislatura****PRESIDENCIA DOS SRS. NOGUEIRA DA GAMA E ADALBERTO SENA**

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena  
Oscar Passos  
Edmundo Levi  
Arthur Virgílio  
Cattete Pinheiro  
Sebastião Archer  
Joaquim Parente  
Dinarte Mariz  
Walfredo Gurgel  
Ruy Carneiro  
Argemiro de Figueiredo  
Pessoa de Queiroz  
Ermirio de Moraes  
Heribaldo Vieira  
Aloysio de Carvalho  
Josaphat Marinho  
Eurico Rezende  
Gilberto Marinho  
Faria Tavares  
Nogueira da Gama  
Pedro Ludovico  
Bezerra Neto  
Adolpho Franco  
Mello Braga  
Guido Monheim — (25).

**O SR. PRESIDENTE:**

(Nogueira da Gama) — A lista de presença acusa o comparecimento de 25 Srs. Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte:

**EXPEDIENTE**

Ofício nº 212, de 19 do mês em curso, do Governador do Estado da Guanabara, nos seguintes termos:

**ESTADO DA GUANABARA**

Ofício CGG nº 212 em 2 de março de 1965

Senhor Presidente

Tenho a honra de acusar o Ofício nº 147, de 17 de fevereiro último em que Vossa Excelência comunica haver promulgado a resolução nº 70, de 1964, que autoriza o Estado da Guanabara a realizar operação com o Banco Interamericano de Desenvolvimento no total de 12 (doze) milhões de dólares.

2. Ao apresentar a Vossa Excelência os agradecimentos do governo e do povo carioca pela presteza com que o Senado atendeu à solicitação deste Estado, julgo oportuno informar que os financiamentos externos obtidos pela Guanabara, apesar de seu relativo vulto, representaram contribuição mínima para o programa de realizações já executado.

3. O plano de obras tem sido realizado com a efetiva contribuição do povo carioca, pois os desembolsos recebidos desde o início do meu governo até 31 de dezembro de 1964 soma-

ram 21.922 milhões de cruzeiros, significando 4,05% da despesa pública estadual, correspondente aos anos de 1961 a 1964, que totalizou 540.400 milhões de cruzeiros.

Atenciosas saudações, Carlos Lacerda, Governador.

**PARECERES**

**Pareceres**  
nºs 174, 175, 176 e 177, de 1965

Nº 174 DE 1965

*Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 1964, nº 2.626-B de 1961 — na Câmara, que cria a Escola Agrícola de Caconde, no Estado de São Paulo e dá outras providências.*

Relator: Sr. Edmundo Levi.

O projeto é originário de mensagem do Poder Executivo, enviada ao Congresso Nacional em 1961. Por ele, se transformando em lei, será "criada, no Ministério da Agricultura, a Escola Agrícola de Caconde, no Estado de São Paulo" (art. 1º), ficando autorizada, inicialmente, a "abertura de crédito de Cr\$ 50.000.000 (cinquenta milhões de cruzeiros), importância que, nos orçamentos dos exercícios subsequentes à criação, passará a incorporar-se às dotações destinadas à manutenção das escolas de que trata a Lei Orgânica do Ensino Agrícola" (art. 2º).

2. Como se vê, sob o ponto de vista jurídico constitucional, nada há que opor, eis que o Presidente da República se valeu da faculdade concedida no art. 67 da Lei Magna.

E' o parecer.

Sala das Comissões, em 22 de outubro de 1964. — Afonso Arinos, Presidente. — Edmundo Levi, Relator. — Bezerra Neto. — Jefferson de Aguiar. — Aloysio de Carvalho. — Eurico Rezende.

Nº 175, de 1965

*Da Comissão de Educação e Cultura, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 1964.*

Relator: Sr. Padre Calazans.

De iniciativa do Poder Executivo, o presente projeto tem por finalidade criar a Escola Agrícola de Caconde, no Estado de São Paulo, subordinando-a à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura.

Esse estabelecimento deverá, de acordo com o Decreto-lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946, ministrar os cursos previstos para o Ensino Agrícola.

Justificando a medida, o então Ministro da Agricultura, Senador Barros de Carvalho, pondera que a instalação de estabelecimentos de ensino agrícola nos meios rurais, representa "a melhor contribuição que se pode dar", para o progresso econômico e social das populações camponesas.

Tem-se feito sentir, de fato, esta situação extensiva e benéfica dos educandos agrícolas nas comunidades carentes não só de outros gêneros de

escolas de grau médio, mas até de estabelecimentos elementares de ensino.

Estatísticas recentes dão conta do crescente número de matriculandos nas escolas agrícolas, ainda, em número bem reduzido, sobretudo em algumas localidades que mais falta sentem desse gênero de educandário, pelas suas peculiaridades geo-econômicas.

Ora, o Brasil necessita realmente de ampliar sua rede de estabelecimentos de ensino agrícola mantidos pela União, de vez que o número de vagas disponíveis é insuficiente para atender à quantidade de pretendentes à matrícula nas escolas especializadas.

Por outro lado, a criação de uma Escola Agrícola em Caconde justifica-se plenamente.

Após o término do ciclo da mineração, o Município de Caconde entrou promissoramente no ciclo agropastoril ao lado de prósperos municípios paulistas.

Entre as atividades fundamentais a economia de Caconde cabe ressaltar a cultura do café, do milho, do arroz e do feijão, bem como a criação de gado leiteiro.

A pecuária tem grande significação para esse município, sendo o gado exportado para diversas localidades do Estado de São Paulo e de Minas Gerais.

Tendo em vista essas características econômicas do importante município de Caconde é que o Governo propôs a criação de uma Escola Agrícola, nos termos do presente projeto.

Pelas razões expostas e dentro da competência regimental desta Comissão, opinamos pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 25 de novembro de 1964. — Menezes Pimentel, Presidente. — Padre Calazans, Relator. — Walfredo Gurgel. — Mem de Sá. — Antônio Jucá.

Nº 176, DE 1965

*Da Comissão de Agricultura, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 1964.*

Relator: Sr. José Feliciano

O projeto em apreço, de iniciativa do Poder Executivo, visa a criar a Escola Agrícola de Caconde, no Estado de São Paulo, subordinada à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura e com a finalidade de ministrar os cursos previstos para o Ensino Agrícola, de conformidade com o disposto no Decreto-lei nº 9.613, de 1946.

Na Exposição de Motivos que acompanha o projeto do Governo, ressalta o então titular da pasta da Agricultura que a instalação de escolas agrícolas nos meios rurais, sobretudo nos mais carentes dos benefícios da instrução especializada, constitui a melhor contribuição que se pode emprestar ao desenvolvimento social e econômico de suas populações.

A agricultura e a pecuária, como se sabe, representam dois setores de maior participação na renda nacional.

Esta contribuição, porém, oferece uma tendência de inferioridade em seus valores percentuais em comparação com outros setores ou parcelas da economia brasileira, notadamente o industrial.

Dai a razão por que se deve reclamar das autoridades maior atenção para a vida agrícola do nosso país.

Dai porque, também, não se pode justificar uma política que preconize a canalização exclusiva de auxílios e incentivos à indústria, em detrimento do setor agrícola, tão necessitado de incentivos para um aproveitamento mais efetivo e amplo de sua capacidade potencial.

Assiste-nos tanto mais razão ao fazermos estas observações quando sabemos que, de 1882 a 1960, diploma-

ram-se no Brasil apenas 5.657 agrônomos. Este o resultado de 70 anos de trabalho! Mas, Naquela mesma ano haviam-se matriculado no Curso Primário 5.175.887 alunos e, no curso agrícola somente 10.940. Dêstes apenas diplomaram-se 1.684.

A orientação e fiscalização do ensino agrícola e veterinário nos seus diferentes graus a cargo da S.E.A.V. do Ministério da Agricultura estão a exigir crescentes esforços e auxílios especiais para que as populações rurais do Brasil possam obter sua integração nos objetivos globais de desenvolvimento social e econômico brasileiro.

Ora, as condições sócio-econômicas das populações camponesas, decorrentes, em grande parte, da ausência de conhecimento apropriados ao desenvolvimento da vida do campo, caracterizam-se pelo desajuste entre sua formação educacional e suas necessidades mais prementes, agravadas por uma conhecida insuficiência quantitativa de matriculas em todos os ramos e níveis de ensino agrícola.

De fato, mais do que em qualquer outro tipo de ensino, manifesta-se, no agrícola e veterinário, a inadaptação e insuficiência entre o tipo de ensino propiciado e as necessidades de desenvolvimento do País.

Tal situação, se não se corrige com a simples expansão de escolas especiais agrícolas, industriais e comerciais, mas com a mudança de estrutura já encetada com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, só será minorada com a ampliação da rede de estabelecimentos especializados a fim de que o Governo possa atender ao número crescente de candidatos à matrícula nestas escolas.

Ademais, o acentuado desajuste já salientado acima entre a agricultura e as demais atividades econômicas, por si só justifica que o Governo ponha em prática vigorosa política agropecuária, integrada no conjunto de medidas tendentes ao desenvolvimento equilibrado da Nação.

Ora, a agricultura, sendo parte fundamental da estrutura econômica e promotora primária do seu dinamismo, deve merecer especiais e ativos auxílios do Governo, notadamente no setor de seu ensino especializado, uma vez que, sem ele, não terá importância nem consistência qualquer plano que vise a dinamizar o progresso nacional e o bem-estar coletivo.

Impõe-se, destarte, ao Governo a relevante missão de prover nas áreas rurais de recursos orientados pela técnica, capazes de propiciar rentabilidade aos empreendimentos agropecuários, condicionadores do bem-estar da comunidade brasileira.

Por estas razões, a Comissão de Agricultura julga inteiramente justo e merecedor de aprovação o presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 17 de fevereiro de 1965. — José Ermirio, Presidente. — José Feliciano, Relator. — Dix-Huit Rosado. — Eugênio Barros. — Antônio Carlos.

Nº 177 DE 1965

*Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 1964.*

Relator: Antônio Jucá.

Originário do Poder Executivo o presente projeto objetiva criar a Escola Agrícola de Caconde, no Estado de São Paulo, subordinada à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, para ministrar os cursos previstos na Lei Orgânica do Ensino Agrícola.

Determina o art. 2º a abertura do crédito de Cr\$ 50.000.000, para atender às despesas com a criação do referido estabelecimento, devendo essa importância incorporar-se às dotações orçamentárias dos exercícios subsequentes destinadas à manutenção das

escolas reguladas pelo Decreto-lei número 9.163, de 20 de agosto de 1946.

A proposição já obteve pareceres favoráveis das Comissões de Educação e Cultura e de Agricultura, que lhe apreciaram o mérito dentro da respectiva competência regimental.

A Comissão de Finanças, de acordo com critério invariavelmente seguido, tem sempre se manifestado pela aprovação de iniciativas como a de que trata o presente projeto, julgando que o crédito proposto encontra sua plena justificação na finalidade mesma a que ele se destina atender.

Diante do exposto, esta Comissão opina favoravelmente ao presente projeto.

Sala das Comissões, em 24 de março de 1965. — **Argemiro Figueiredo**, Presidente. — **Antônio Jucá**, Relator. — **Pessoa de Queiroz**. — **Bezerra Neto**. — **Eurico Rezende**. — **Aurício Vianna**. — **Eugênio Barros**. — **Victorino Freire**.

## Pareceres ns. 178 e 179, de 1965

Nº 178, DE 1965

Da Comissão de Legislação Social, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 123, de 1964 (número 4.187-B-62, no Caso de o item), que altera dispositivo do Decreto nº 4.014 de 13 de janeiro de 1942 regulamenta a profissão de ajudantes de despachantes aduaneiros.

Relator: Sr. Aurélio Vianna.

O projeto de lei a que se refere a ementa é de autoria do Deputado Antônio Feliciano, que o apresentou por desejo expresso do Sindicato dos Ajudantes de Despachantes Aduaneiros, de Santos.

Pleiteia o Sindicato "a realização das provas de habilitação para a função de ajudante de despachantes aduaneiros, somente quando houver solicitação do Sindicato."

O autor da proposição em debate aceita a tese de que a "modificação será salutar", de vez que a realização dos concursos, à revelia do Sindicato, determina o aumento contínuo do número de ajudantes, que hoje sobe de muitas centenas, ao passo que os despachantes atualmente não chegam de duas centenas.

Na Câmara dos Srs. Deputados o Projeto pousou dois anos.

Na Ficha de Sinopse está escrito que o Projeto de Lei nº 4.187 recebeu aprovação unânime da Comissão de Constituição e Justiça, em 6.12.1963. Mas na mesma Ficha nós temos que, em 19 de junho de 1964 é lido e "vai a imprimir, tendo pareceres da Comissão de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade..."

A Comissão de Serviço Público rejeitou-o por unanimidade, porém a de Legislação Social da outra Casa do Congresso Nacional aprovou-o, também por unanimidade.

Transcrevamos, na íntegra, o projeto:

"O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Passa o parágrafo 2º do artigo 17 do Decreto-lei nº 4.014, de 13 de janeiro de 1942, a ter a seguinte redação:

"Art. 17. A autorização de Ajudante far-se-á por Portaria expedida pelo Inspetor da Alfândega, a requerimento do interessado, mediante prova de habilitação.

§ 1º

§ 2º A prova a que se refere este artigo será realizada no primeiro semestre do ano, desde que solicitada pelos respectivos Sindicatos de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros".

Vamos transcrever, também na íntegra, os artigos do Decreto-lei número 4.014, de 13 de janeiro de 1942, anexados pela Seção de Comissões, como "Legislação Citada" e que constam do Avulso da Câmara dos Deputados:

"Art. 17. A autorização de Ajudantes far-se-á por Portaria expedida pelo Inspetor da Alfândega, a requerimento do interessado, mediante prova de habilitação.

§ 1º

§ 2º A prova a que se refere este artigo será realizada no primeiro semestre do ano desde que solicitada pelos respectivos Sindicatos de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros".

Ora, pela comparação dos textos transcritos, do Decreto e do Projeto, verifica-se, de logo, que a redação é a mesma nada havendo portanto, que alterar.

Logo, o Projeto é inúcio porque não altera, porque não modifica, porque nem sequer dá nova redação ao parágrafo 2º do Decreto-lei nº 4.014 em tela.

O meu parecer seria, portanto, pela rejeição pura e simples da matéria, em virtude mesmo das razões que acabo de citar.

Achei, porém, que teria havido mais um senão acrescentado aos muitos senões que temos encontrado nos Projetos que nos são dados para apreciar.

O aforismo de que "a pressa é inimiga da perfeição" é afastado ou colocado, em segundo plano diante deste outro: "a fadiga é inimiga da perfeição", que seria perfeitamente aplicada à Câmara e ao Senado no sector do seu funcionalismo.

Busquei, pesquisei e, finalmente, foi encontrar no Decreto-lei nº 4.014, a redação fiel do § 2º, assim concebida:

"A prova a que se refere este artigo será realizada na mesma ocasião da prevista no artigo 14".

Consequentemente, pleiteara o autor do Projeto dar nova redação a esse parágrafo e não aquele outro transcrito no Avulso e que não consta do texto de nenhum Decreto-lei.

Acontece, porém, que o parágrafo 2º do Decreto-lei nº 4.014, de 1942, foi eliminado pelo Decreto-lei número 5.989, de 11 de novembro de 1943, que assim determinou: "Ficam revogados o § 2º do artigo 17 e o artigo 21, do Decreto-lei nº 4.014, de 13 de janeiro de 1942".

Não existindo, por consequência, o parágrafo segundo, não se lhe pode aplicar o princípio primeiro do projeto: "Passa o parágrafo 2º do artigo 17 do Decreto-lei nº 4.014, de 13 de janeiro de 1942, a ter a redação seguinte".

Anotamos: o Decreto-lei nº 4.014 já foi também alterado pelo Decreto nº 9.832, de setembro de 1946; pela Lei nº 1.496, de 13 de dezembro de 1951; pela Lei nº 1.785, "E", de 29 de dezembro de 1952; e pela Lei número 2.879, de 21 de setembro de 1956.

Temos que tomar uma decisão: rejeitar o Projeto, pelos motivos que expusemos, ou substituí-lo, parcialmente. Aceitamos a segunda forma e, em o fazendo, apresentamos a seguinte emenda:

EMENDA Nº 1 — C.L.S.

"Ao artigo 1º Adicione-se um parágrafo, que será o segundo, ao artigo 17 do Decreto-lei nº 4.014, de 13 de janeiro de 1942, o qual tomará a seguinte redação:

§ 2º A prova a que se refere este artigo será realizada no pri-

meiro semestre do ano, desde que solicitada pelos respectivos Sindicatos de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros."

Assim, o objetivo do projeto seria plenamente alcançado.

E' o meu parecer.

Sala das Comissões, em 8 de outubro de 1964. — **Vivaldo Lima**, Presidente. — **Aurélio Vianna**, Relator. — **Walfredo Gurgel**. — **Antônio Carlos**. — **Eugênio Barros**. — **Eurico Rezende**.

Nº 179, DE 1965

Da Comissão de Serviço Público, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 123, de 1964.

Relator: Sr. Silvestre Péricles.

O projeto sob exame altera dispositivo do Decreto-lei nº 4.014, de 13 de janeiro de 1942, que regulamenta a profissão de ajudante de despachante aduaneiro.

A modificação, que se quer introduzir no citado diploma legal, diz respeito ao seu art. 17, ao qual se manda dar nova redação, no que tange ao preceituado em seu parágrafo 2º.

Ocorre, porém — e conforme foi salientado no parecer da Ilustrada Comissão de Legislação Social — que o art. 17 do Decreto-lei nº 4.014, de 1942, já não possui o citado § 2º, eliminado que foi em consequência de revogação expressa, deficiente do Decreto-lei nº 5.989, de 11 de novembro de 1943.

Assim, a medida consubstanciada no projeto só poderia ser alcançada através de adjudicação de um novo parágrafo ao art. 17 do referido Decreto-lei, o não por via de modificação, conforme faz o projeto, de um parágrafo inexistente.

A Comissão de Legislação Social, acolhendo ponto de vista de seu relator, o Ilustre Senador Aurélio Vianna, ofereceu emenda de correção, mandando adicionar ao art. 17 do Decreto-lei nº 4.014, de 1942, o seguinte parágrafo, que seria o 2º daquele dispositivo legal:

"§ 2º. A prova a que se refere este artigo será realizada no primeiro semestre do ano, desde que solicitada pelos respectivos Sindicatos de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros".

Quanto ao mérito da medida consubstanciada na emenda, nada há que possa contra-indicar a sua aprovação, uma vez que encerra providência disciplinadora do exercício da profissão de Ajudante de Despachante Aduaneiro. No que concerne à forma em que estão elaborados o projeto e a emenda, vale serem feitos reparos de redação, a fim de que a matéria atenda rigorosamente às exigências da técnica legislativa.

Em face do exposto opinamos pela aprovação do projeto, nos termos da Emenda nº 1 — C.L.S. com a seguinte SUBEMENDA A EMENDA Nº 1-C.L.S.

Dê-se à Emenda nº 1 — C.L.S. a seguinte redação:

"Ao art. 1º.

Substitua-se o art. 1º pelo seguinte:

"Art. 1º O artigo 17 do Decreto-lei nº 4.014, de 13 de janeiro de 1942, passa a vigorar com a inclusão do seguinte parágrafo:

"§ 2º A prova a que se refere este artigo será realizada no primeiro semestre do ano, desde que solicitada pelos respectivos Sindicatos de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros."

Sala das Comissões, em 25 de março de 1965. — **Victorino Freire**, Presidente. — **Silvestre Péricles**, Relator. — **Miguel Couto**. — **José Feliciano**. — **Antônio Jucá**.

## Pareceres

nºs 180, 181 e 182, de 1965

Nº 180, DE 1965

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 135, de 1964 (número 1.228-B-63, na Câmara), que isenta de impostos e taxas, por cinco anos, todos os produtos de origem animal e vegetal oriundos da área geo-econômica do Distrito Federal.

Relator: Sr. Bezerra Neto.

1. Da autoria do Ilustre Deputado Valério Magalhães, o presente projeto de lei, declara em seu artigo primeiro que são isentos de impostos e taxas, durante o período de cinco anos a todos os gêneros e artigos de origem animal e vegetal produzidos dentro da área geo-econômica do Distrito Federal.

Prevê a regulamentação dentro de sessenta dias e que a isenção recairá sobre impostos e taxas federais e municipais, com exceção dos que se destinem a serviços públicos, devidamente programados, nas cidades satélites (art. 2º).

2. Somos de parecer que o presente projeto merece aprovação, do ponto de vista constitucional, com a seguinte emenda.

EMENDA (C. C. J.)

Ao art. 1º Suprima-se a expressão: "geo-econômica".

Sala das Comissões, em 3 de setembro de 1964. — **Afonso Arinos**, Presidente. — **Bezerra Neto**, Relator. — **Wilson Gonçalves**. — **Edmundo Levy**. — **Josaphat Marinho**. — **Jefferson de Aguiar**.

Nº 181, DE 1965

Da Comissão do Distrito Federal, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 135, de 1964.

Relator: Sr. Antônio Carlos.

O presente projeto objetiva isentar de impostos e taxas, por cinco anos, todos os produtos de origem animal e vegetal oriundos da área geo-econômica do Distrito Federal.

II. A proposição foi apresentada, na Câmara dos Deputados, pelo nobre representante do povo acreano, Sr. Valério Magalhães.

III. Inegáveis são as nobres intenções de seu autor, que segundo nos parece, pretende concretizar medida capaz de estimular a produção agro-pastoril da região tributária do Distrito Federal.

IV. Ainda que o art. 2º explicita a condição de ser a proposição, para que entre em vigor, regulamentada, não se nos parece exequível ou praticável.

V. E julgamos assim, por duas razões:

a) a área que se poderá classificar como geo-econômica do Distrito Federal não possui ainda e não possui a tão cedo, pelo fato mesmo da recente implantação da Capital Federal no Planalto, contornos definidos. Dêse modo, o benefício ou atenderia demais ou não teria repercussão;

b) os termos amplos da isenção, exigiram, para que abusos e excessos fossem evitados, um sistema de controle oneroso e, na prática, contraproducente. Prejudicados seriam, em última análise os produtores que fornecem o Distrito Federal e os consumidores desta Capital.

6. Brasília é uma cidade de tal modo dependente, para seu abastecimento, de centros produtores, localizados a mais variadas distâncias, que a medida preconizada no projeto não tem como ser, com propriedade, adotada.



Ante o exposto, a Comissão do Distrito Federal manifesta-se contrariamente ao projeto de Lei da Câmara nº 135, de 1965.

Sala das Comissões, em 22 de outubro de 1964. — **Aurélio Vianna**, Presidente. — **Antônio Carlos**, Relator. — **Pedro Lindorico**. — **Eurico Rezende**, vencedor.

Nº 182, DE 1965

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 135, de 1965.

Relator: Sr. Aurélio Vianna.

O Projeto que me é dado analisar foi apresentado em novembro de 1963 e visa a isentar de impostos e taxas, por cinco anos, os gêneros alimentícios, de origem animal e vegetal, produzidos no Distrito Federal.

A Comissão do Distrito Federal, da Câmara, aprovou o parecer apresentado pelo deputado Rachid Mamed.

O autor da proposição apresentou um gráfico estatístico da produção de gêneros alimentícios na Capital do país, de cujo quadro concluímos que essa produção é plenamente insatisfatória. Insuficiente mesmo.

Em junho de 1963 "apenas 5% do consumo de Brasília representava produção obtida em terras do próprio Distrito."

A área total das terras arrendadas a particulares, no Distrito Federal, naquele ano de 1963, era de 12.248 ha. Enquanto que a cultivada não a alcança nem 1%.

Das 219 terras arrendadas, poucas são aproveitadas, estando sendo aproveitadas.

As terras onde estão situadas essas granjas não são facilmente boas.

Alto é o seu grau de acidez, grande parte delas lavadas, erodidas, e vítimas das tradicionais queimadas que antes prejudizavam a produção ao mesmo tempo.

Por isso, a produção é baixa e a produtividade é baixa.

Convém lembrar que boa porção das terras que atualmente estão situadas na área do Distrito ainda não encontram regularização.

Ora, não se dá todas as facilidades que se desejaram organizar as granjas que lhes foram arrendadas, a fim de que possam desenvolver e fazer as produções.

Uma das maneiras mais viáveis práticas é a preconizada pelo autor do Projeto de Lei nº 1.226, da Câmara.

Brasília é uma experiência que não pode e não deve fracassar.

Deve e pode auto-abastecer-se de gêneros de 1ª necessidade.

É vital salientar que alguns grandes desastres e recaus à falta de uma política inteligente de amparo técnico e financeiro que infelizmente ainda não existe em Brasília.

Conheço um que abriu mais de 50 mil covas de mandioca e não vai tirar proveito alguma de seu esforço simplesmente porque não tem onde fabricar amido e farinha para o consumo da nossa população.

Consta — e a denúncia nunca foi desmentida — que o Ministério da Agricultura comprou uma fábrica para o aproveitamento da mandioca produzida em Brasília, mas que a iniciativa fracassara redondamente quando outro Ministro ordenara a transferência daquelas máquinas para seu Estado.

E acúdes milhares de pés de mandioca não foram aproveitados.

O problema é complexo e não foi ainda devidamente equacionado.

Brasília deve ser um centro de irradiação técnico-cultural — é a Capital da República.

Aqui devem ser criados Institutos de Pesquisas Tecnológicas para atender ao Brasil, particularmente as regiões centrais, as mais desamparadas.

Este dia está chegando — chegará, ao certo.

O Projeto não resolve em definitivo e de imediato o problema do abastecimento da Capital.

Representa uma motivação, um incentivo.

Deve ser aprovado, com a emenda da Comissão de Constituição e Justiça.

É o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 24 de março de 1965. — **Argemiro Figueiredo**, Presidente. — **Aurélio Vianna**, Relator. — **Victorino Freire**. — **Walfrido Gurgel**. — **Eurico Rezende**. — **Pessoa de Queiroz**. — **Bezerra Neto**. — **Antonio Jucá**.

### Parecer nº 183, de 1965

Da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, do Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 1965 (Projeto de Lei nº 978-B, de 1963, na Câmara), que dá a denominação de "Rodovia Vital Brasil" à BR-32.

Relator: Sr. José Leite.

O Projeto de Lei da Câmara número 7, de 1965, ora submetido à exame desta Comissão, resulta da proposição do nobre Deputado Geraldo Freire, que dá a denominação de Rodovia Vital Brasil à BR-32 no trecho compreendido entre o Município de Campanha, em Minas Gerais, e Emburachado Passos, no Estado do Rio de Janeiro, trecho este que liga as rodovias Fernão Dias e Presidente Dutra.

Ocorre em abril o primeiro centenário do nascimento do ilustre cientista Vital Brasil, filho da cidade de Campanha.

O Projeto visa a prestar uma homenagem modesta a quem tanto fez pelo Brasil e que é merecedor do reconhecimento da posteridade.

Esta homenagem vem aliás, ao encontro do desejo do povo de Campanha, de ver o nome de tão ilustre conterrâneo ligado a um dos maiores melhoramentos com que o poder público procurou servir à região.

Nossas condições — Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas opina favoravelmente ao Projeto em apreço.

Sala das Comissões 24 de março de 1965. — **Lopes da Costa**, Presidente. — **José Leite**, Relator. — **Eugênio Barros**. — **Arnem de Nello**.

### Parecer nº 184, de 1965

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei nº 9, de 1965 (na Câmara nº 1.108-C, de 1963), que disciplina o pagamento das quotas dos impostos de renda e consumo dos municípios.

Relator: Sr. Eurico Rezende.

O presente projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Milton Dutra, visa a disciplinar o pagamento das quotas de impostos de renda e de consumo dos municípios, por força do disposto na Constituição Federal.

Determina o projeto que as quotas devidas sejam pagas integralmente, e de uma só vez, no terceiro e quarto trimestre, respectivamente, de cada ano, pelo Exator Federal local, ou pela Delegacia Fiscal do Estado, quando não houver repartição arrecadadora na localidade. No entanto, o pagamento das quotas poderá ser feito em parcelas mensais, desde que haja solicitação expressa para tal, por parte da Prefeitura.

O § 2º do art. 1º estabelece que incide em crime de responsabilidade o Exator Federal ou o Delegado Fiscal que não proceder ao recolhimento das somas devidas, com a correspondente comunicação ao Prefeito, dentro do prazo fixado.

Da mesma forma incide em crime de responsabilidade o Prefeito que não

enviar à Delegacia Fiscal encarregada do pagamento das quotas previstas no art. 15 da Constituição, dentro do primeiro trimestre de cada ano, a comprovação de que fez, perante a Câmara de Vereadores, a prestação de contas das quotas recebidas no exercício anterior.

Manda, ainda, o projeto que o Ministério da Fazenda, anualmente e logo após o encerramento do exercício financeiro, baixe instruções no sentido de assegurar o cumprimento das medidas ora propostas, determinando de forma especial a retenção suficiente da receita arrecadada, para o pagamento das quotas dentro dos prazos estabelecidos.

O autor do projeto justifica-o, apontando os inconvenientes decorrentes da falta de regulamentação da matéria, que colocam as Prefeituras em face a problemas originários da insegurança dos recebimentos a que fazem jus. Objetiva o projeto fazer chegar os recursos em favor dos Municípios, sem intermediários e rigorosamente dentro dos prazos. Diz, ainda, o ilustre autor do projeto, que as medidas propostas "se inspiram em proveitosa experiência posta em prática no Estado do Rio Grande do Sul".

Do ponto de vista, que a esta Comissão cabe examinar, o Projeto preenche a finalidade a que se destina, sendo, pois, favorável o nosso parecer.

Sala das Comissões, 24 de março de 1965. — **Argemiro Figueiredo**, Presidente. — **Eurico Rezende**, Relator. — **Pessoa de Queiroz**. — **Eugênio Barros**. — **Walfrido Gurgel**. — **Bezerra Neto**. — **José Ermirio**. — **Aurélio Vianna**. — **Victorino Freire**.

### Parecer nº 185, de 1965

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 1965 (Projeto de Lei nº 978-B, de 1963, na Câmara), que acrescenta parágrafo ao art. 6º da Lei nº 4.096, de 18 de julho de 1932 (altera dispositivos da Lei número 2.320, de 16 de julho de 1934), que dispõe sobre a forma a que fôrém sujeitas as entidades que exploram praças sobre corridas de cavalos.

Relator: Sr. Eurico Rezende.

O Projeto de Lei da Câmara número 10, de 1965, de 18 de julho de 1962, objetivando permitir que as entidades promotoras de competições de trote, com exploração de apostas, possam substituir suas reuniões dos sábados e domingos por uma reunião noturna semanal.

II — A proposição foi amplamente justificada, tendo seu autor tecido considerações sobre a importância do aprimoramento da raça de cavalos troadores e ressaltado os serviços relevantes que ditos equinos poderiam prestar nos nossos campos de criação de puro sangue, bem como que esta atividade poderia no futuro constituir-se em excelente fonte de divisas.

III — Na Comissão de Justiça da Câmara, o relator, Deputado Pedro Marfio, opinou favoravelmente ao projeto, realçando, porém, que a disposição nele consubstanciada já estaria contida na Lei nº 4.096, pois a mesma ao fazer referência a "competições hípias" tanto diz respeito a corridas de cavalo como a competições de trote.

Dito pronunciamento foi acompanhado pelas Comissões de Finanças e de Economia, daquela Casa do Congresso.

A Comissão, no âmbito de sua competência específica, manifesta-se pela aprovação do projeto em tela, pondo em relevo que o mesmo não implica ônus para o Erário, nem altera as taxas instituídas pelo diploma que se pretende modificar.

É o parecer.

Sala das Comissões, 24 de março de 1965. — **Argemiro Figueiredo**, Presi-

dente. — **Eurico Rezende**, Relator. — **Bezerra Neto**. — **José Ermirio**. — **Eugênio Barros**. — **Walfrido Gurgel**. — **Aurélio Vianna**. — **Pessoa de Queiroz**. — **Antonio Jucá**.

### Pareceres

Nº 185 e 187, de 1965

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei do Senado número 116, de 1963, que concede aos imigrantes nos portos de Imbituba e Itajaí, no Estado de Santa Catarina, no que couber, os direitos e vantagens das Leis números 238, de 8 de julho de 1948 e 1.756, de 8 de dezembro de 1952.

Relator: Sr. Victorino Freire.

Pela terceira vez, em menos de três meses, e esta Comissão chamada a se pronunciar sobre o presente projeto da Lei do Senado, de iniciativa do ilustre Senador Celso Branco, a que manda aplicar os direitos e vantagens, concedidos ao pessoal da Marinha Mercante Nacional, aos trabalhadores nos portos de Imbituba e Itajaí, no Estado de Santa Catarina, que hajam prestado serviços ao Governo Federal ou às concessionárias dos citados portos, durante a última contagem anual.

O prelo de reexame da matéria resultou da aprovação do Requerimento do nobre Senador Adalberto Silva, tendo em vista os debates que o Projeto suscitou em plenário, quando de sua discussão.

Para o solucionamento definitivo do assunto, foram solicitados novos esclarecimentos ao Ministério da Viação e Obras Públicas, uma vez que a informação já prestada, favorável à proposição, e em que se basearam os pareceres, inicialmente favoráveis, das Comissões de Justiça e de Legislação Social, não impressionou a Comissão de Finanças, que, rejeitando o parecer do eminente Senador Bezerra Neto, entendeu ser a matéria conflitante com o Ato Institucional e encerrar medida de exceção.

Estas razões do parecer da Comissão de Finanças foram julgadas por vários Senadores como exorbitantes de sua competência regimental, já que assentadas em fundamentos estritamente jurídicos.

Chega-nos, agora, pelo Aviso número B-161, de 3 de julho de 1964, do Ministério da Viação e Obras Públicas, novo pronunciamento, emitido através do mesmo Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, diametralmente oposto ao parecer anterior, entendendo "que não se afigura justo estender os benefícios constantes das referidas Leis aos portuários meros aqueles que trabalham em portos que foram declarados zonas de guerra, pois que os riscos a que eles estavam sujeitos eram exatamente os mesmos que corriam os demais habitantes da Cidade".

Como os motivos invocados não nos habilitam a emitir parecer conclusivo sobre o Projeto, e sem qualquer intuito de protelar, injustificadamente, a matéria, entendemos que ela deve ser, novamente, entregue ao reexame do órgão competente do Ministério da Viação e Obras Públicas, a fim de que forneça a esta Comissão as razões de ordem financeira, que porventura desaconselham a aprovação do projeto.

Estes esclarecimentos são-nos absolutamente indispensáveis como condição regimental, para nos pronunciarmos a respeito.

É o que sugerimos, antes de emitir parecer definitivo sobre o projeto.

Sala das Comissões, 21 de agosto de 1964. — **Argemiro de Figueiredo**, Presidente. — **Victorino Freire**, Relator. — **Eurico Rezende**. — **Wilson Gonçalves**. — **Manoel Pimentel**. — **Lobão da Silveira**. — **Bezerra Neto**. — **Eugênio Barros**. — **José Ermirio**. — **Daniel Kricger**.

Nº 187, DE 1965

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei do Senado número 116, de 1963.

Relator: Sr. Victorino Freire.

Sobre o presente projeto, que estende aos trabalhadores nos portos de Imbituba e Itajaí, no Estado de Santa Catarina, no que couber, os direitos e vantagens das Leis ns. 288, de 8 de junho de 1948 e 1.756, de 8 de dezembro de 1952, a Comissão de Finanças já teve oportunidade de emitir três pareceres, dois dos quais discordantes.

No último parecer, proferido em atendimento a pedido de reexame da matéria, tendo em vista os debates travados em plenário, esta Comissão em face da insuficiência das esclarecimentos prestados pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, concluiu por propor novo pedido de informação acerca da conveniência ou oportunidade do projeto, do ponto-de-vista, estrito de sua competência regimental.

A propósito, três expedientes já foram encaminhados ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o primeiro deles com data de 25 de agosto de 1964.

A falta, até hoje, de qualquer elemento elucidativo por parte do órgão competente daquele Ministério, no caso, o Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, esta Comissão julga-se ainda inabilitada a opinar, convenientemente, sobre a matéria, uma vez que as razões aduzidas por aquele Departamento, em laconismo pronunciado, contrário ao projeto, não lhe permitem assim proceder à luz dos preceitos do Regimento Interno do Senado.

Em face do exposto, e atendendo à inexistência de qualquer motivo de natureza puramente financeira, que contra-indique a adoção do projeto, esta Comissão é de parecer que o mesmo deve ter seu curso normal, até porque, de conformidade com o parecer da dita Comissão de Constituição e Justiça, não importa ele em aumento direto de despesa, não conflitando, em consequência, com as normas do Ato Institucional em vigor.

É o nosso parecer.

Sala das Comissões. 24 de março de 1965. — Argemiro Figueiredo, Presidente. — Victorino Freire, Relator. — Eurico Rezende. — Pessoa de Queiroz. — Antônio Jucá. — Victorino Freire. — Bezerra Neto. — Eugênio Barros. — Walfredo Gurgel. — Aurélio Vianna.

### Parecer nº 188, de 1965

Da Comissão de Finanças, sobre o Ofício nº 4.858-A, de 5 de novembro de 1964, do Senhor Superintendente da SUDENE, encaminhando contas bancárias desta Superintendência com a discriminação dos saldos dos recursos destinados ao custeio de cada obra ou serviço.

Relator: Sr. Victorino Freire.

O Superintendente da SUDENE, em cumprimento ao parágrafo 1.º, art. 3.º, da Lei nº 3.995, de 14 de dezembro de 1961 (que aprovou o Plano Diretor da SUDENE), encaminhou a esta Casa o extrato das contas bancárias daquela Superintendência, com a discriminação dos saldos dos recursos destinados ao custeio de cada obra ou serviço.

O documentário ora examinado está submetido ao título maior de "Balanço Geral, exercício de 1963" e integra as seguintes partes:

I — Demonstrativo da execução da despesa

II (onze) Demonstrativos da Execução da Despesa. Demonstrativo da Despesa Realizada (Despesas Meio e Despesa Fim).

### II — Demonstrativo da Execução da Receita

Demonstração da Receita Recebida do Tesouro Nacional e avisos bancários. Demonstração da Receita de Restos a Arrecadar.

### III — Balancos

Balanço Financeiro.  
Balanço Econômico  
Balanço Patrimonial.  
Balanço Comparado.

Deve a Comissão de Finanças, em nosso entender, tomar conhecimento do documentário em apreço, em obediência ao citado art. 3.º, par. 1.º da Lei nº 3.995, de 14 de dezembro de 1961.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24 de março de 1965. — Argemiro Figueiredo, Presidente. — Victorino Freire, Relator. — Eurico Rezende. — Pessoa de Queiroz. — Bezerra Neto. — Antônio Jucá. — Eugênio Barros. — Walfredo Gurgel. — Aurélio Vianna.

### Pareceres

#### nºs 189 e 190, de 1965

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 119, de 1964, que mantém o ato do Tribunal de Contas, denegatório de registro, a contrato celebrado entre o Ministério da Viação e Obras Públicas e Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, para a firma Steco, para construção de um muro de proteção no rio Mearim, na cidade de Vitória, Estado do Maranhão.

Relator: Sr. Josephat Marinho.

Remeteu o Tribunal de Contas, ao Presidente da Câmara dos Deputados, o processo em que denegou registro ao termo de ajuste celebrado entre o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais e a firma Steco — Serviços Técnicos de Engenharia e Comércio Ltda., para construção de um muro de proteção da margem do rio Mearim, na cidade de Vitória, no Estado do Maranhão.

Assim decidiu o Tribunal porque:

"a) embora empenhada a parcela de Cr\$ 500.000,00 para 1958, os serviços somente seriam iniciados em 1959";

b) o edital de concorrência, que faz parte integrante do termo de ajuste, prevê reajustamento de preços, sem apoio em lei.

Recusada reconsideração pleiteada, por intempestiva, foi mantido o ato.

A Câmara dos Deputados o confirmou, inclusive porque apurado que os serviços não foram iniciados, não ocorrendo, pois, prejuízo conforme verificou o Relator na Comissão de Fiscalização e Orçamento.

O projeto de decreto legislativo, adotado na outra Casa do Congresso, merece, assim, aprovação do Senado.

Sala das Comissões em 17 de fevereiro de 1965. — Afonso Arinos, Presidente. — Josephat Marinho, Relator. — Jefferson de Aguiar. — Ruy Carneiro. — Edmundo Levi. — Eurico Rezende.

#### Nº 190, DE 1965

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 119, de 1964.

Relator: Sr. Pessoa de Queiroz.

O presente Projeto de Decreto Legislativo, oriundo da Comissão de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, teve sua origem no Ofício nº 2.436, de 28 de agosto de 1959, através do qual o Tribunal de Contas da União comunicou à Câmara a sua decisão de negar registro a ajuste celebrado entre o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais e a firma Steco —

Serviços Técnicos de Engenharia e Comércio Ltda. — para a construção de um muro de proteção da margem do rio Mearim, na cidade de Vitória, no Estado do Maranhão, isso devido à existência de irregularidades no respectivo processamento.

No expediente citado informa o Tribunal que, na análise dos elementos que instruíram o processo, verificou-se que:

a) embora empenhada a parcela de Cr\$ 500.000,00 para o ano de 1958 (parágrafo único da cláusula 11.ª), os serviços somente seriam iniciados em 1959;

b) o edital de concorrência que faz parte integrante do termo de ajuste, prevê reajustamento de preços sem apoio em lei.

O Ministério da Viação, tomando conhecimento da decisão do Tribunal de Contas, recorreu desse ato não obtendo, porém, modificação no julgamento do Tribunal que manteve a negativa de registro.

Sendo, como são, absolutamente procedentes as razões dessa Corte, a Comissão de Finanças é de parecer que o projeto deve ser aprovado.

Sala das Comissões em 24 de março de 1965. — Argemiro Figueiredo, Presidente. — Pessoa de Queiroz, Relator. — Eurico Rezende. — Bezerra Neto. — Antônio Jucá. — Eugênio Barros. — Walfredo Gurgel. — Victorino Freire. — Aurélio Vianna.

### Pareceres

#### nºs 191 e 192, de 1965

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 120, de 1964 (máximo 75-A-61 — na Câmara) que mantém o ato do Tribunal de Contas da União, denegatório de registro a contrato celebrado entre a Viação Férrea Federal Leste Brasileiro e a firma IBM World Trade Corporation, relativo à locação de máquinas elétricas de contabilidade.

Relator: Sr. Josephat Marinho.

O Tribunal de Contas comunicou ao Presidente da Câmara dos Deputados, enviando-lhe o processo respectivo, ter negado registro ao contrato celebrado entre a Viação Férrea Federal Leste Brasileiro e a IBM World Trade Corporation, para locação dos serviços de máquinas elétricas de contabilidade. A denegação resultou da circunstância de ser omissa o edital de concorrência quanto ao prazo para a locação.

Em face do pedido de reconsideração, o Tribunal, através de novo julgamento baixou o processo em diligência a fim de que, "medante termo aditivo, fosse excluída a cláusula que dispunha sobre a prorrogação automática do contrato."

Não cumprida a diligência, o Tribunal renovou a denegação do registro, sem que tenha havido interposição de recurso.

A Câmara dos Deputados mantendo o ato do Tribunal, elaborou e aprovou o projeto de decreto legislativo, ora submetido ao Senado.

Pelas circunstâncias, expostas, merece aprovação o projeto de decreto legislativo.

Sala das Comissões, em 17 de fevereiro de 1965. — Afonso Arinos, Presidente. — Josephat Marinho, Relator. — Jefferson de Aguiar. — Wilson Gonçalves. — Edmundo Levi. — Eurico Rezende. — Ruy Carneiro.

#### Nº 192, DE 1965

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 120, de 1964.

Relator: Sr. Argemiro de Figueiredo.

O Egrégio Tribunal de Contas, em sessão realizada a 7 de outubro de 1955, recusou registro ao contrato ce-

lebrado entre a Viação Férrea Federal Leste Brasileira e a firma IBM World Trade Corporation, relativo à locação de máquinas elétricas de contabilidade.

Motivou a decisão a circunstância de não ter o Edital de concorrência fixado o prazo de duração do contrato.

A Viação Férrea Federal, ao prazo estabelecido em lei, interps o pedido de reconsideração. Mas, o Tribunal manteve a decisão denegatória, em sessão de 16 de dezembro do mesmo ano.

Agiu bem o Tribunal de Contas.

O Edital foi incompleto em termo substancial. Isso posto, a Comissão de Finanças, acompanhando a posição da Câmara dos Deputados e o parecer da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, opina também pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 120, de 1964.

Sala das Comissões, em 24 de março de 1965. — Pessoa de Queiroz, Presidente. — Argemiro de Figueiredo, Relator. — Eurico Rezende. — Antônio Jucá. — Bezerra Neto. — Aurélio Vianna. — Walfredo Gurgel. — Victorino Freire.

### Pareceres

#### nºs 193 e 194, de 1965

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Processo Legislativo nº 121 de 1964, que mantém a decisão do Tribunal de Contas, denegatória de registro do termo de contrato celebrado entre o Ministério da Educação e Cultura e a International Business Machines World Trade Corporation, para locação de máquinas elétricas de contabilidade.

Relator: Sr. Jefferson de Aguiar.

O Tribunal de Contas da União negou registro ao contrato celebrado entre o Ministério da Educação e Cultura e a International Business Machines (I.B.M.) World Trade Corporation, para locação de máquinas elétricas de contabilidade, na sessão de 26 de agosto de 1955, com reiteração denegatória nas sessões de 16 de dezembro do mesmo ano e de 7 de janeiro de 1956 (of. nº 816-F-56, de 6 de março de 1956).

Fundamentou a decisão denegatória o argumento de que "a vigência do contrato já se achava esaurida, face à cláusula oitava", quando se pleiteou o seu registro.

O Ministério interessado não se valeu da outorga do art. 57 da lei nº 830, de 1949, deixando de manifestar segundo pedido de reconsideração.

O Tribunal enviou o processo ao Congresso Nacional, para os efeitos do parágrafo 1.º do art. 77 da Constituição Federal, merecendo aprovação pela Câmara dos Deputados projeto de decreto legislativo elaborado pela Comissão de Orçamento e Fiscalização Financeira, sob o nº 106, de 5 de dezembro de 1961 (sessão de 5 de novembro de 1964), mantendo a decisão denegatória.

O decreto legislativo ora submetido merece reparo na sua redação, no que concerne à razão social da empresa, eis que, inscrevendo no seu texto "International Business Machines World Trade Corporation", não se ateu ao Estatuto da empresa, e a documentação existente ao processo é ao decreto nº 28.801, de 30 de outubro de 1960 (autorização de funcionamento no país) que se referem expressamente a "IBM World Trade Corporation".

Assim o decreto legislativo nº 121, de 1964, deve ser aprovado com a seguinte

## EMENDA N.º CCJ

Ao art. 1.º:

Onie se lê "International Business Machines World Trade Corporation", retifique-se para IBM World Trade Corporation", com o seguinte acréscimo in fine de 28 de julho de 1955".

Sala das Comissões, em 1 de dezembro de 1964. — Afonso Arinos, Presidente. — Jefferson de Aguiar, Relator. — Wilson Gonçalves. — Aloysio de Carvalho. — Edmundo Levi. — Ruy Carneiro. — Edmundo Levi.

## Pareceres

n.ºs 195 e 196, de 1965

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Decreto Legislativo n.º 121, de 1964.

Relator: Sr. Walfredo Gurgel.

O Tribunal de Contas negou registro ao termo de contrato celebrado entre o Ministério da Educação e Cultura e a IBM World Trade Corporation, para locações de máquinas elétricas de contabilidade, sob o fundamento de que "a vigência do contrato já se achava esaurida, face à cláusula citava."

O Ministério interessado não se valeu da faculdade prevista no Art. 57 da Lei n.º 830, de 1949, deixando decorrer o prazo estabelecido para interposição do segundo pedido de reconsideração, uma vez que o primeiro de 30 de dezembro de 1955, não mereceu acolhida do colendo Tribunal. Em face disso, o Tribunal de Contas encaminhou o processo ao Congresso Nacional, para seu pronunciamento, nos termos do Art. 77, da Constituição Federal.

A Câmara dos Deputados aprovou o projeto de Decreto Legislativo elaborado pela Comissão de Orçamento e Fiscalização Financeira, sob o número 106-61, que mantém a decisão denegatória, aos 5 de novembro de 1964.

A Comissão de Constituição e Justiça, do Senado, emitiu parecer favorável à aprovação do projeto de Decreto Legislativo, com a emenda da CCJ n.º 1, que corrige a sua redação no que concerne à razão social da empresa, de acordo com a documentação existente no processo. Essa Comissão manifestou-se favoravelmente ao projeto e, também, à emenda da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 24 de março de 1965. — Argemiro Figueiredo, Presidente. — Walfredo Gurgel, Relator. — Eurico Rezende. — Antônio Jucá. — Pessoa de Queiroz. — Bezerra Neto. — Victorino Freire. — Aurélio Vianna.

N.º 195, DE 1965

Da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Projeto de Decreto Legislativo n.º 125, de 1964 (n.º 134-A-62 na Câmara) que autoriza o Tribunal de Contas da União a registrar o termo de contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e o Sr. Raimundo Ribeiro Melo, Prefeito Municipal de Barra do Garças, no Estado de Mato Grosso, para construção de um prédio destinado à agência postal telegráfica daquela cidade.

Relator: Sr. Wilson Gonçalves.

O Departamento dos Correios e Telégrafos, por intermédio da sua Diretoria Regional no Estado de Mato Grosso, contratou, em 3 de dezembro de 1953, com o Sr. Raimundo Ribeiro Melo, Prefeito Municipal de Barra do Garças, a construção de um prédio para a agência postal telegráfica dessa cidade, pelo preço de Cr\$ 455.000, na conformidade das cláusulas e condições do longo termo de contrato junto por cópia ao processo.

Além de duas cópias do ajuste, constam do processo a coleta de preços, o empenho do adiantamento feito, as plantas de obra, a folha do Diário Oficial do Estado onde o contrato foi publicado e a declaração de que este mereceu aprovação por parte do então Ministro da Viação e Obras Públicas, conforme ofício por este dirigido ao egrégio Tribunal de Contas da União.

Este órgão, por decisão tomada em sua sessão do dia 30 de dezembro do mesmo ano, resolveu recusar registro ao contrato, porque não foi precedido de concorrência pública. Decorrido o prazo de recurso, a matéria foi enviada ao Congresso Nacional para o fim previsto no § 1.º do art. 77 da Constituição Federal.

A Comissão de Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados salientou que a parte contratante reuniu todas as exigências legais, tendo havido, ao invés de concorrência pública, coleta de preços para a execução da obra e que, face às dificuldades reinantes no interior do país, maxime num território vasto como é o do Estado do Mato Grosso ainda é a tomada de preços o caminho mais certo para se ter realizado algo em favor do município. Destacada, também, que essa particularidade foi comunicada pelo então Diretor Geral do D.C.T. ao Sr. Ministro da Viação e, em consequência disto, é que foi autorizada a lavratura do contrato, que obedeceu a todas as exigências legais e especificações técnicas.

Concluiu a aludida Comissão pelo oferecimento do Projeto ora submetido à apreciação do Senado Federal.

Parece-nos, salvo melhor juízo, que a coleta de preços, atentas as condições especiais do caso em apreço, atingiu a finalidade da concorrência pública e constituiu uma solução mais conveniente para o interesse da administração do Departamento dos Correios e Telégrafos. Com efeito, consta do processo que a proposta do contratante vencedor foi a que ofereceu menor preço para a realização do serviço, comprometendo-se a executá-lo no prazo de 360 dias. Além disto, em ofício n.º 17.513, de 16 de dezembro de 1953, o Diretor-Geral do D.C.T. faz ao Sr. Ministro da Viação a seguinte declaração: "Esclareço a V. Exa. que a despesa foi procedida de coleta de preços por ter sido cancelada a concorrência pública inicialmente realizada, em virtude de excederem os preços apresentados o orçamento previsto."

Afora essa circunstância, de capital importância no caso, pois a coleta de preços permitiu a contratação da obra por valor inferior ao que seria alcançado pela concorrência pública, é de justiça salientar que milita em favor do contratante construtor indiscutível boa-fé, diante das inúmeras exigências inseridas no contrato e da expressa interferência do Diretor Regional do D.C.T., do Diretor-Geral e do próprio Ministro da Pasta competente.

Por esses motivos, manifestamos-nos pela aprovação do Projeto em causa, oriundo da outra Casa do Congresso.

Sala das Comissões, 10 de março de 1965. — Heribaldo Vieira, Presidente eventual. — Wilson Gonçalves, Relator. — Bezerra Neto. — Edmundo Levi. — Josaphat Marinho. — Menezes Pimentel. — Jefferson de Aguiar.

N.º 196, DE 1965

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Decreto Legislativo n.º 125, de 1964.

Relator: Sr. Eurico Rezende.

O Projeto de Decreto Legislativo ora examinado autoriza o Tribunal de Contas da União a mandar proceder ao registro do Termo de Contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e o cidadão

Raimundo Ribeiro Melo, Prefeito Municipal de Barra do Garças, no Estado de Mato Grosso, para construção de um prédio destinado à agência postal telegráfica daquela cidade.

Em sessão realizada a 30 de dezembro de 1953, o Tribunal de Contas recusou registro ao contrato, porque "não foi precedido de concorrência pública."

Transcorrido o prazo legal para a interposição de recurso, sem que isso ocorresse, foi o processo encaminhado ao Congresso Nacional, nos termos do parágrafo 1.º do art. 77, da Constituição Federal.

Na Câmara dos Deputados foi a matéria examinada pela Comissão de Fiscalização Financeira. Esse órgão Técnico observou que a parte contratante cumpriu todas as exigências legais, tendo havido, ao invés de concorrência pública, coleta de preços para a execução da obra, o que, em face das dificuldades reinantes no interior do país, ainda é o meio mais certo para resguardar o interesse do erário. Essa particularidade foi, aliás, comunicada pelo então Diretor Geral do Departamento dos Correios e Telégrafos ao Ministro da Viação, sendo em consequência disso, autorizada a lavratura do contrato, que obedeceu a todas as prescrições legais e especificações técnicas.

A Comissão de Orçamento e Fiscalização Financeira, após o exame a que procedeu de todos os fatos relacionados com o processo, pronunciou-se a favor do registro do contrato, mesmo sendo o Plenário da Câmara, ao aprovar, em novembro de 1964, o Projeto de Decreto Legislativo em apreciação.

Nesta Casa, a Ilustrada Comissão de Constituição e Justiça opinou, em 10 de março corrente, favoravelmente à propositura. Chegando assim à parte conclusiva do presente parecer, opinamos pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, 24 de março de 1965. — Argemiro Figueiredo, Presidente. — Eurico Rezende, Relator. — Pessoa de Queiroz. — Bezerra Neto. — José Ermirio. — Eugênio Barros. — Victorino Freire. — Walfredo Gurgel. — Aurélio Vianna.

## Pareceres

n.ºs 197 e 198, de 1965

N.º 197, DE 1965

Da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Projeto de Decreto Legislativo n.º 136, de 1964 (n.º 171-A-63 na Câmara) que mantém ato do Tribunal de Contas denegatório ao termo de escritura de compra e venda de um imóvel que outorga a União Federal a Feliciano Miguel Abdala.

Relator: Sr. Josaphat Marinho.

O Tribunal de Contas negou registro à escritura de compra e venda de imóvel entre Feliciano Miguel Abdala e a União Federal.

Recusou registro ao contrato porque:

a) tratando-se de bem da União não foi publicado edital de concorrência;

b) não foram observadas as prescrições quanto aos símbolos e números do Regulamento aprovado pelo decreto n.º 4.257, de 1939;

c) faltaram documentos: a 2.ª via da escritura, prova de quitação com o imposto de renda.

Transmitida a decisão ao Serviço do Patrimônio da União, não houve interposição de recurso.

2. A Comissão de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas da Câmara dos Deputados, invocando essa motivação, opinou pela manutenção do ato e ofereceu o respectivo projeto de decreto legislativo.

O plenário o aprovou.

3. O projeto de decreto legislativo merece ser confirmado. O contrato foi irregularmente lavrado e faltaram documentos necessários.

Sala das Comissões, 1 de dezembro de 1964. — Afonso Arinos, Presidente. — Josaphat Marinho, Relator. — Wilson Gonçalves. — Aloysio de Carvalho. — Edmundo Levi. — Ruy Carneiro. — Jefferson de Aguiar.

N.º 198, DE 1965

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Decreto Legislativo n.º 136, de 1964.

Relator: Sr. Walfredo Gurgel.

O Projeto de Decreto Legislativo, ora em exame nesta Comissão, mantém ato do Tribunal de Contas denegatório ao termo de escritura de compra e venda de um imóvel que outorga a União Federal a Feliciano Miguel Abdala.

Data o feito do ano de 1954. O Tribunal de Contas recusou registro ao contrato porque:

a) tratando-se de bem da União, não foi publicado o edital de concorrência, conforme prescreve o art. 738, § 1.º, letra C e art. 745 do RGCP;

b) não foram observadas as prescrições quanto aos símbolos e números do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 4.257, de 16 de junho de 1939;

c) faltaram os seguintes documentos:

1 — a 2.ª via da escritura;

2 — prova de quitação com o serviço militar;

3 — prova de quitação com o imposto de rendas.

Da decisão do Tribunal de Contas, deixou de recorrer o serviço de Patrimônio da União no prazo estabelecido por lei.

Agiu bem o Tribunal de Contas, ao negar o registro solicitado.

Esta Comissão dá seu parecer favorável ao presente projeto de Decreto Legislativo.

Sala das Comissões, 24 de março de 1965. — Argemiro Figueiredo, Presidente. — Walfredo Gurgel, Relator. — Eurico Rezende. — Pessoa de Queiroz. — Bezerra Neto. — Antônio Jucá. — Victorino Freire. — Aurélio Vianna.

## Pareceres

n.ºs 199 e 200, de 1965

N.º 199, DE 1965

Da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Projeto de Decreto Legislativo n.º 137, de 1964, que mantém ato do Tribunal de Contas denegatório a contrato celebrado entre a E.F. Tocantins e a Cia. Brasileira de Material Ferroviário.

Relator: Sr. Josaphat Marinho.

1. O Tribunal de Contas, em 1955, negou registro a contrato celebrado entre a Estrada de Ferro Tocantins e a Companhia Brasileira de Material Ferroviário, para fornecimento do material necessário à construção de uma estrutura metálica.

2. Assim decidiu porque:

a) a despesa correria à conta da verba do Plano Salte, ano de 1953, e assim só poderia estar escriturada como restos a pagar, enquanto a cláusula 9.ª é omissa a respeito;

b) o contrato, contrariamente à legislação vigente, não foi elaborado pelo Administrador do Plano;

c) inexistia prova de que os outorgantes da procuração para representação da Companhia vendedora eram seus Diretores, na época;

d) quando a Direção da Estrada pudesse celebrar o contrato, faltou a



assistência do Presidente da Fundação Brasil Central, a cuja administração está subordinada.

Não houve interposição de recurso, apesar do conhecimento dado a repartição interessada.

3. Presente o processo a Câmara dos Deputados, a Comissão de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas observou que algumas falhas, apontadas pelo Tribunal, poderiam ter sido sanadas, mas não o foram em tempo hábil, como não foi manifestado recurso. E concluiu pela manutenção do ato denegatório, apresentando o respectivo projeto de decreto legislativo, que a Câmara aprovou.

4. O projeto de decreto legislativo não foi aprovado. As considerações expressas revelam sua procedência.

Sala das Comissões, em 19 de dezembro de 1964. — **Afonso Arinos, Presidente.** — **Josaphat Marinho, Relator.** — **Wilson Gonçalves, Relator.** — **Alcides de Carvalho.** — **Edmundo Lima.** — **Ruy Carneiro.** — **Jefferson de Aguiar.**

### Nº 200, de 1965

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 137, de 1964.

Relator: Sr. Pessoa de Queiroz.

O Tribunal de Contas da União, em sessão de 28 de outubro de 1964, apreciando o contrato celebrado entre a Estrada de Ferro Tocantins e a Companhia Brasileira de Material Ferroviário, concluiu por negar-lhe registro, nos termos do voto proferido pelo Sr. Ministro Relator, sob o fundamento de que:

"... A despesa corre à conta da Verba do Plano Salte, ano de 1953, segundo pesquisa feita: assim, só pode estar escriturada como 'Restos a pagar'. A cláusula 9ª é omissa a respeito.

Pela legislação vigente, o contrato em apreço não foi elaborado pelo Administrador do Plano — Decretos ns. 23.255, de 12-6-50; 31.179, de 24-7-52.

Além disto, inexistia prova no processo de que os outorgantes da procuração de fls. 6 sejam os atuais Diretores da Companhia vendedora.

Acresce, finalmente, que, quando a Direção da Estrada pudesse celebrar o contrato, faltou a assistência da Presidência da Fundação Brasil Central, sob cuja administração está a referida Estrada — Decreto-lei nº 7.173, de 19-12-44. Em 26.10.44".

Da decisão prolatada foi dado conhecimento à repartição interessada que, no entanto, deixou transcorrer o prazo do art. 57, da Lei nº 830, de 1949, sem qualquer pedido de reconsideração.

Enviado o processo ao Congresso Nacional, para os fins do § 1º, do artigo 77, da Constituição Federal, a Comissão de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas, da Câmara dos Deputados, elaborou o competente Projeto de Decreto Legislativo que foi, afinal, aprovado naquela Casa na sessão de 21-10-64.

Sobre a sua juridicidade, e constitucionalidade já se pronunciou a Comissão de Constituição e Justiça do Senado, aprovando parecer do nobre senador Josaphat Marinho.

Válidas que são as razões invocadas pelo Tribunal de Contas ao proferir o seu decisório e nada havendo, no âmbito de nossas atribuições, que possa obstaculizar sua tramitação, opinamos pela aprovação do presente Projeto.

Sala das Comissões, em 24 de março de 1965. — **Argemiro Figueiredo, Presidente.** — **Pessoa de Queiroz,**

**Relator.** — **Eurico Rezende.** — **Eugênio Barros.** — **Wolfrado Gurgel.** — **Bezerra Neto.** — **José Ermírio.** — **Auréliano Viana.** — **Victorino Freire.**

### Pareceres

#### nºs 201 e 202, de 1965

Nº 201, DE 1965

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 139, de 1964 (nº 65-A-61, na Casa de origem) que mantém a decisão do Tribunal de Contas que negou registro ao contrato celebrado entre Felisberto Olímpio Carneiro e a Divisão do Pessoal do Ministério da Educação e Cultura.

Relator: Sr. Wilson Gonçalves.

O Tribunal de Contas da União, tendo presentes, encaminhadas pelo ofício nº 1.330, de 14 de março de 1961, da Divisão do Pessoal do Ministério da Educação e Saúde do dia 23 de fevereiro do mesmo ano, cópias de contrato celebrado com Felisberto Olímpio Carneiro, para desempenhar a função de técnico especializado em xerografia, revisor e coordenação de textos — resolveu, em sessão de 8 de maio de 1961, recusar registro ao contrato, por não haver sido atendida a diligência ordenada em sessão de 27 de março do referido ano, no sentido de que fosse feita prova de quitação com o imposto de renda, na forma dos arts. 131 e 135 do Decreto nº 24.239, de 1947.

II. A referida Divisão, pelo ofício nº 3.053, de 7 de junho de 1961, solicitou reconsideração da decisão denegatória, tendo o Tribunal, em sessão de 15 de junho do mesmo ano, resolvido reconsiderar-la, para o fim de converter o julgamento em diligência, no sentido de que fosse feita prova de quitação com o imposto de renda, na forma dos arts. 131 e 135 do Decreto nº 24.239, de 1947.

Não tendo sido cumprida a diligência ordenada, por sinal reiterada pelos ofícios ns. 3.717, 4.518 e 5.954, de 28 de junho, de 31 de agosto e 30 de outubro de 1961, da Secretaria do Tribunal, foi recusado registro ao contrato em causa, em sessão de 12 de dezembro do mesmo ano.

III. Em face, porém, do ofício número 7.452, de 21 de dezembro do mencionado ano, da Divisão do Pessoal do Ministério da Educação e Saúde, prestando informações sobre as providências tomadas para o atendimento da diligência ordenada, foi o processo submetido a novo julgamento, tendo o Tribunal, em sessão de 28 do mesmo mês, resolvido não tomar conhecimento do expediente, confirmando, assim, a decisão denegatória do registro ao contrato.

IV. Decorrido o prazo legal, sem que houvesse novo pedido de reconsideração, foi a matéria encaminhada ao Congresso Nacional, nos termos do art. 77, § 1º da Constituição Federal.

V. A Câmara dos Deputados, depois de examinar o assunto, houve por bem homologar o ato do Tribunal de Contas, nos termos do projeto elaborado pela Comissão do Orçamento e Fiscalização Financeira.

VI. As razões em que se fundou o Tribunal de Contas, para negar registro ao contrato em tela, são procedentes, devendo o seu ato, por conseguinte, ser referendado.

Isso posto, opinamos pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 1º de dezembro de 1964. — **Afonso Arinos, Presidente.** — **Wilson Gonçalves, Relator.** — **Jefferson de Aguiar,** Relator. — **Ruy Carneiro.** — **Edmundo Lima.** — **Aloysio de Carvalho.** — **Josaphat Marinho.**

Nº 202, DE 1965

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 139, de 1964.

Relator: Sr. Victorino Freire.

O Projeto de Decreto Legislativo ora examinado mantém a decisão do Tribunal de Contas que negou registro ao contrato celebrado entre Felisberto Olímpio Carneiro e a Divisão do Pessoal do Ministério da Educação e Cultura.

O Tribunal de Contas resolveu, em sessão de 8 de maio de 1961, recusar registro ao contrato, "por não haver sido atendida a diligência ordenada em Sessão de 27 de março do referido ano, no sentido de que fosse feita prova de quitação com o imposto de renda, na forma dos arts. 131 e 135 do Decreto nº 24.239, de 1947".

Tendo havido pedido de reconsideração daquela decisão denegatória de registro, o Tribunal, em 15 de junho de 1961, resolveu reconsiderar-la, para o fim de converter o julgamento em diligência; no sentido de que fosse feita prova de quitação com o imposto de renda, na forma dos artigos 131 e 135 do Decreto nº 24.239, de 1947.

A diligência ordenada, todavia, não foi cumprida e o Tribunal, em 12 de dezembro de 1961, recusou, pela segunda vez, registro ao contrato em causa.

Submetido o processo a novo julgamento, resolveu o Tribunal, em 23 de dezembro de 1961, "deixar de tomar conhecimento desse expediente, a fim de manter a decisão denegatória de registro ao contrato".

Esgotado o prazo para apresentação de recurso, sem que tenha havido pedido de reconsideração, foi o contrato submetido ao pronunciamento do Congresso Nacional, nos termos do artigo 77, § 1º, da Constituição Federal. O respectivo Projeto de Resolução iniciou sua tramitação na Câmara em 14.11.61, sendo aprovado em novembro de 1964.

Nesta Casa, a douta Comissão de Constituição e Justiça pronunciou-se sobre a matéria, reconhecendo serem procedentes as razões em que se fundou o Tribunal de Contas, para negar registro ao contrato.

Em face do exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo mantenedor da decisão do Tribunal de Contas.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 24 de março de 1965. — **Argemiro Figueiredo, Presidente.** — **Victorino Freire, Relator.** — **Eurico Rezende.** — **Bezerra Neto.** — **Pessoa de Queiroz.** — **Eugênio Barros.** — **Antônio Jucá.**

### Pareceres

#### nºs 203 e 204, de 1965

NS. 203 e 204, DE 1965

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 141, de 1964 (nº 66-A-63, na Câmara), que autoriza o Tribunal de Contas da União a registrar o contrato entre a firma "Irmãos Barreto" e a Faculdade de Direito de Alagoas, M. E. C., para obras de ampliação e reforma do prédio da Faculdade.

Relator: Sr. Wilson Gonçalves.

O Egrégio Tribunal de Contas, em sessão de 19 de agosto de 1966, resolveu denegar registro ao termo de contrato celebrado pela Divisão de Obras do Ministério da Educação e Cultura com a firma Irmãos Barreto, para obras de ampliação e reforma do prédio da Faculdade de Direito de Alagoas, em Maceió, referentes a diversos serviços e emprei-

mentos, na importância de Cr\$ .... 498.350,00.

Motivou o ato denegatório a inobservância do prazo referido no edital de concorrência, tendo em vista a retificação feita posteriormente.

Em face do pedido de reconsideração da mesma Divisão do M. E. C., o processo foi submetido a novo julgamento, não tendo aquela Corte de Contas tomado conhecimento do recurso, visto que o recurso, "não foi formulado pela autoridade que aprovou o contrato".

Novo recurso foi, ainda, apresentado pela mesma Divisão daquela Secretaria de Estado, tendo ainda uma vez o Tribunal deixado de conhecer esse expediente, "por ter sido interposto fora do prazo legal".

Um último pedido de reconsideração foi encaminhado pela mencionada Divisão, resolvendo o Tribunal de Contas manter a decisão anterior, "já então por se encontrar esgotado o prazo de vigência do contrato".

Apreciando a matéria, a douta Comissão de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas da Câmara dos Deputados apresentou, nos termos do parecer do seu Relator, o presente projeto, autorizando o Tribunal de Contas a proceder ao registro do contrato acima referido, sob fundamento de que o pagamento deste ajuste, em face do exame feito no processo, encontra amparo nos princípios da justiça e direito, de vez que, consoante comprovação apresentada pelos dirigentes da Faculdade de Direito de Alagoas, a firma "Irmãos Barreto" realizou as obras constantes do contrato, tendo sido satisfeitas, na essência, as exigências contratuais referentes à validade do contrato.

De fato, a firma empreiteira executou as obras programadas, tendo sido todas elas fiscalizadas, de acordo com a cláusula terceira do contrato, havendo antes depositado no Tesouro Nacional, a título de caução, a importância estipulada no contrato.

Preliminarmente, o órgão de instrução do Tribunal oporou pela recusa do registro ao contrato "por impropriedade de classificação da despesa". Ora, tal não ocorreu, os serviços e as despesas, conforme constam da instrução, estão devidamente especificados.

Alegou, ainda, o órgão da instrução do Tribunal que, no orçamento de 1964, foi incluída dotação destinada a obras de ampliação e reforma do prédio da Faculdade de Direito de Alagoas, não constando, no Tribunal, que tenha sido lavrado o necessário contrato para a realização dessas obras.

Julgamos que as falhas apontadas não afetam a essência do contrato, não se justificando, em consequência, a sua recusa, sobretudo, tendo em vista o motivo que prevaleceu, ou seja, "inobservância do prazo aludido do edital de concorrência".

Isto é tanto mais certo quanto, no recurso interposto, a Divisão de Obras, de maneira satisfatória, justificou a questão do prazo, ao declarar que, a sua fixação, para a realização da concorrência, foi considerada a data da publicação do edital, porquanto, consoante, do Aviso publicado posteriormente, apenas a retificação do local onde seria realizada a referida concorrência, julgou aquela Divisão que isso implicaria na necessidade de adiamento da licitação.

No nosso entender, as razões contidas no recurso interposto quanto à autoridade interponente, satisfazem, de igual modo, não dando margem a dúvidas sobre a competência legal da autoridade que, por delegação jurídica, firmou aquele recurso.

Por todas as razões, não vemos porque aquela Colenda Corte, devesse manter suas deliberações anteriores, até a que negou registro ao contrato



"por já estar exaurido sem prazo de vigência".

O contrato se nos afigura juridicamente válido, em face do que esta Comissão opina pela aprovação do presente projeto de Decreto Legislativo.

Sala das Comissões, em 1.º de dezembro de 1964. — Afonso Arinos, Presidente. — Nelson Gonçalves, Relator. — Aloysio de Carvalho. — Edmundo Levi. — Ruy Carneiro. — Jefferson de Aguiar.

N.º 204, DE 1965

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Decreto Legislativo n.º 141, de 1964.

Relator: Sr. Victorino Freire.

O Tribunal de Contas da União resolveu, em sessão de 19 de agosto de 1955, cancelar registro ao contrato a que se refere o presente Projeto de Decreto Legislativo, "por não haver sido observado o prazo a que aludiu o Edital de Concorrência, tendo em vista a retificação feita posteriormente".

Houve pedido de reconsideração por parte da agência do Poder Público interessada no assunto e o Tribunal, em novo julgamento, realizado a 30 de setembro de 1955, decidiu "não tomar conhecimento do recurso, porque não foi reformulado pela autoridade que aprovou o contrato".

Dois outros recursos foram ainda apresentados ao Tribunal e este, em julgamentos de 4 de novembro e de 16 de dezembro de 1955, manteve a decisão anterior. E a razão justificadora de seu ato, alegada no último julgamento, foi estar "exaurido o prazo de vigência do contrato".

O processo foi, então, remetido ao Congresso Nacional, para seu pronunciamento, nos termos do § 1.º do artigo 77, da Constituição Federal.

Na Câmara, a Comissão de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas, ao examinar a matéria, opinou pelo deferimento do pedido em favor da firma "Irmãos Barreto". E, no plenário da Casa, foi também consagrada essa orientação com a aprovação, em 17 de novembro de 1964, do Projeto do Decreto Legislativo, nos termos do texto recebido pelo Senado.

Nesta Casa, foi a matéria examinada pela Comissão de Constituição e Justiça, que, em 1.º de dezembro de 1964, opinou pela aprovação do projeto. O parecer desse Órgão Técnico foi fundamentado em longo e convincente estudo elaborado pelo ilustre Senador Wilson Gonçalves, sem relator.

Chegando, assim, à parte conclusiva do presente parecer, opinamos pela aprovação do projeto, tendo em vista sua aceitação pela Câmara dos Deputados e o ponto de vista sobre ele externado pela Comissão de Justiça desta Casa.

Sala das Comissões, em 24 de março de 1965. — Argemiro Figueiredo, Presidente. — Victorino Freire, Relator. — Eugênio Barros. — Eurico Rezende. — Pessoa de Queiroz. — Walfrado Gurgel. — Aurélio Vianna. — Bezerra Neto. — José Ermirio.

### Parecer n.º 205, de 1965

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Decreto Legislativo n.º 81-A-63 da Câmara, no Senado 144, de 1964, que mantém decisão do Tribunal de Contas denegatória do registro do contrato entre o Ministério da Viação e Obras Públicas e a Rádio Cultura de Aracatuba Ltda., da cidade de Aracatuba, Estado de São Paulo.

Relator: Sr. Ruy Carneiro.  
O Sr. Presidente do Tribunal de Contas da União, nos termos do ar-

tigo 77, § 1.º, da Constituição Federal, enviou ao Congresso Nacional o processo em que negou registro ao contrato celebrado entre a Diretoria Geral do Departamento de Administração do Ministério da Viação e Obras Públicas e a Rádio Cultura de Aracatuba Ltda., porque o disposto na letra r, da cláusula terceira do mencionado contrato infringe o artigo 44 da Constituição.

Com efeito, o citado dispositivo contratual contraria frontalmente o art. 44 da Constituição.

Assim sendo, somos de parecer favorável ao projeto, que mantém a decisão denegatória do Tribunal de Contas.

Sala das Comissões, em 1.º de dezembro de 1964. — Afonso Arinos, Presidente. — Ruy Carneiro, Relator. — Wilson Gonçalves. — Aloysio de Carvalho Filho. — Josaphat Marinho. — Jefferson de Aguiar. — Edmundo Levi.

### Parecer n.º 206, de 1965

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Decreto Legislativo n.º 144, de 1964 (Projeto de Decreto Legislativo n.º 81-A-63, na Câmara), que mantém decisão do Tribunal de Contas denegatória do registro de contrato entre o Ministério da Viação e Obras Públicas e a Rádio Cultura de Aracatuba Ltda.

Relator: Sr. Victorino Freire.

O Tribunal de Contas da União, a 18 de dezembro de 1956, recusou registro ao contrato celebrado entre o Ministério da Viação e Obras Públicas e a Rádio Cultura de Aracatuba Ltda., para instalar uma estação rádio difusora de ondas tropicais na cidade de Aracatuba, Estado de São Paulo.

Não tendo sido interposto recurso, transcorrido o prazo legal, para que o Tribunal reexaminasse o assunto, foi o processo encaminhado ao Congresso Nacional para seu pronunciamento, nos termos do § 1.º do art. 77, da Constituição Federal.

O Projeto de Decreto Legislativo que mantém a aludida decisão do Tribunal de Contas iniciou sua tramitação na Câmara dos Deputados em 19 de novembro de 1963, sendo aprovado em novembro de 1964.

Nesta Casa do Congresso, houve pronunciamento da Comissão de Constituição e Justiça em 1.º de dezembro de 1964, favorável ao projeto. Nosso parecer é, também, pela aprovação do Projeto que mantém a decisão denegatória do Tribunal de Contas.

Sala das Comissões, em 24 de março de 1965. — Argemiro Figueiredo, Presidente. — Victorino Freire, Relator. — Pessoa de Queiroz. — Eurico Rezende. — Bezerra Neto. — Antônio Jucá. — Eugênio Barros. — Walfrado Gurgel. — Aurélio Vianna.

### Pareceres

#### n.ºs 207 e 208, de 1965

N.º 207, DE 1965

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Decreto Legislativo n.º 148, de 1964 (n.º 86-A-63 — Câmara, que mantém decisão denegatória do Tribunal de Contas de registro do contrato, relativo ao termo de revigoração de aforamento do terreno de marinha, que a União Federal outorgou à Imobiliária "A Pedra do Lar S. A.").

Relator: Sr. Bezerra Neto.

1. O Tribunal de Contas da União, em sessão de 13 de abril de 1954, recusou registro ao termo de revigora-

ção de aforamento do terreno de marinha lote n.º 737, situado à rua Visconde do Rio Branco, n.º 769 Niterói outorgado pela União Federal, através do S. P. U., à Imobiliária "A Pedra do Lar S. A.", isto porque não foi atendida a diligência ordenada em 16 de dezembro de 1953 e reiterada a 12 de fevereiro seguinte no sentido de prova de arquivamento da Ata da Assembleia Geral e quitação do serviço militar, pelos signatários. Não houve pedido de reconsideração e a decisão passou em julgado.

2. A Câmara dos Deputados acolheu as razões do Tribunal, e a Comissão de Constituição e Justiça é de parecer pela aprovação do presente projeto, que examina o Projeto de Decreto Legislativo.

Sala das Comissões, em 12 de fevereiro de 1965. — Afonso Arinos, Presidente. — Bezerra Neto, Relator. — Wilson Gonçalves. — Edmundo Levi. — Josaphat Marinho. — Ruy Carneiro. — Aloysio de Carvalho.

N.º 208, DE 1965

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Decreto Legislativo n.º 148, de 1965.

Relator: Sr. Aurélio Vianna.

O Egrégio Tribunal de Contas da União recusou registro ao contrato de revigoração de aforamento do terreno de marinha que a União Federal outorgou à Imobiliária "A Pedra do Lar S. A.", "porque não foi atendida a diligência ordenada em 15 de dezembro de 1953, reiterada em 12 de fevereiro de 1954, no sentido de que, além de providos o arquivamento da Ata da Assembleia que elegeu a Diretoria da Imobiliária e a quitação com o serviço militar por parte do signatário do termo, fossem ratificadas por dois Diretores a procuração outorgada pelo Presidente Gilberto Jardim Vieira da Cunha, Antenor Rodrigues Silva do Vale e Aulete Albuquerque Silva Vale, ratificando-se, também em forma legal, o termo de revigoração do aforamento em causa".

Não houve interposição de qualquer recurso por parte do interessado. Daí a decisão do Tribunal de Contas, com a qual estamos plenamente de acordo.

Assim, o nosso parecer é pela aprovação do Projeto de Lei submetido à apreciação desta comissão.

Sala das Comissões em 24 de março de 1965. — Argemiro Figueiredo, Presidente. — Aurélio Vianna, Relator. — Walfrado Gurgel. — Victorino Freire. — Bezerra Neto. — Antônio Jucá. — Eurico Rezende. — Pessoa de Queiroz.

### Pareceres

#### n.ºs 209 e 210, de 1965

N.º 209, de 1965

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Decreto Legislativo n.º 149, de 1964 (n.º 81-A-63 — na Câmara, que mantém decisão denegatória do Tribunal de Contas de registro do contrato entre o D. C. T. e a firma Raul Hirt Sera.

Relator: Sr. Bezerra Neto.

1. Por decisão do Tribunal de Contas da União, em sessão de 30 de dezembro de 1953, foi recusado registro ao contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Raul Hirt Sera para construção de um prédio destinado a servir de sede da Agência Postal Telegráfica de Tihagi, no Estado do Paraná, visto não haver sido atendida a diligência ordenada em 15 de dezembro daquele ano em que era solicitada a remessa de várias provas e lavratura

de ratificações. Não houve pedido de reconsideração, e a Câmara dos Deputados acolheu as razões do Tribunal, aprovando decreto legislativo ora presente, confirmando a decisão denegatória.

A Comissão de Constituição e Justiça opina favoravelmente pela acolhida da presente proposição.

Sala das Sessões em 12 de fevereiro de 1965. — Afonso Arinos, Presidente. — Bezerra Neto, Relator. — Wilson Gonçalves. — Ruy Carneiro. — Aloysio de Carvalho. — Josaphat Marinho. — Edmundo Levi.

### Pareceres

#### ns. 210 e 211, de 1965

N.º 210, de 1965

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Decreto Legislativo n.º 149 de 1964.

Relator: Sr. Bezerra Neto.

O Ministério da Viação contraiu com a firma Raul Hirt Sera a construção de uma Agência Postal Telegráfica em Tihagi, no Estado do Paraná. Esse contrato, submetido à aprovação do Tribunal de Contas, teve seu registro condicionado à apresentação de documentos constantes de diligência por ele determinada.

A Egrégia Corte de Contas deu conhecimento ao Ministério em tela de sua decisão no sentido de que deviam os interessados suprir omissão e corrigir equívocos constantes, e processado a fim de que fosse o mesmo aprovado.

Feitas as comunicações supra referidas sem que houvesse recurso e fossem corrigidas as anomalias apontadas, negou o Tribunal em sessão de 30 de dezembro de 1953, o registro solicitado.

Dita decisão, aprovada pela Câmara, consubstanciou-se no projeto de Decreto Legislativo, n.º 149 de 1964.

Esta Comissão, reportando-se a jurídicos fundamentos da colenda decisão e aos ilustrados pareceres proferidos, nada tem a opor do ponto de vista financeiro à proposição em exame.

E o parecer.

Sala das Comissões em 24 de março de 1965. — Argemiro Figueiredo, Presidente. — Bezerra Neto, Relator. — Eurico Rezende. — Pessoa de Queiroz. — Eugênio Barros. — Walfrado Gurgel. — José Ermirio. — Aurélio Vianna. — Victorino Freire.

N.º 211, de 1965

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Decreto Legislativo n.º 151, de 1964 (n.º 81-A-63 — na Câmara, que mantém decisão denegatória do Tribunal de Contas de registro do contrato celebrado entre o D. C. T. e as firmas Alirio Cesar de Oliveira, Carlos Manoel Gobert Damasceno, Tevelino Guapindaia e Luiz Alves para construção do prédio destinado às Agências Postais-Telegráficas de Castanhal, Igarapé, Açu, Salinópolis e Alenquer, no Estado do Pará.

Relator: Sr. Aloysio de Carvalho.

Nada há a opor, do ponto de vista constitucional, à aprovação do Projeto de Decreto Legislativo n.º 151, de 1964, que mantém decisão denegatória do Tribunal de Contas ao registro do contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e as firmas Alirio Cesar de Oliveira, Carlos Manoel Gobert Damasceno, Tevelino Guapindaia e Luiz Alves, para a construção, respectivamente dos prédios destinados às Agências Postais-Telegráficas de Castanhal,

pé-Açu, Salinópolis e Alenquer, no Estado do Pará. A decisão por que o Tribunal de Contas decidiu foi a da omissão fatal de concorrência pública, do máximo para o término das obras. A deliberação foi tomada em 8 de janeiro de 1954, e cada regularmente ao Ministério das Obras não mereceu deste qualificação impugnativa.

texto do Projeto, conforme o auto remetido pela Câmara, fazência a quatro firmas contratadas a cinco Municípios nos quais as firmas construiriam as mendas agências postais. É que a via de Igarapé — Açu é indicada sendo duas porque fossem dois Municípios, o de Igarapé e o de quando o município é um só, minado de Igarapé — Açu. o nosso parecer com a seguinte redação, corrigindo o engano:

EMENDA Nº 1 — C. C. J. de se lê, no Art. 1º:

Igarapé, Açu

de se lê:

Igarapé, Açu

substituída, pois, a virgula que se os dois termos com termos dispostos por um traço, que os une, formando uma expressão vocabular.

Na das Comissões em 1 de dezembro de 1954. — Afonso Arinos, Presidente. — Aloysio de Carvalho, Relator. — Edmundo Levy. — Jefferson Aguiar. — Menezes Pimentel. — Ruy Carneiro.

Nº 212 — DE 1965

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 151, de 1964.

Relator: Sr. Walfrido Gurgel

Comissão de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas da Câmara dos Deputados, tendo em vista a decisão do Egrégio Tribunal de Contas no processo que lhe foi presente, decidiu o presente projeto de decreto legislativo que mantém o ato e Tribunal, denegatório de registros e contratos celebrados entre o Estado e as firmas Alirio César de Oliveira, Carlos Manoel Gebert Damasceno, Teófilo Guapindaia e Luiz Alpa para construção dos prédios dos Agências Postais-Telegráficas de Castanhal, Igarapé-Açu, Salinópolis e Alenquer, no Estado do Pará.

anunciou a recusa o fato de constar do Edital de Concorrência o prazo máximo para o término das obras.

transmitida essa decisão ao Ministério da Viação e Obras Públicas, para este decorrer o prazo estabelecido em lei, sem interpor qualquer recurso.

A Comissão de Constituição e Justiça, opinando favoravelmente ao projeto, propôs uma emenda destinada a corrigir lapso dos autógrafos, considerando, como se fosse dois municípios, com os nomes de Igarapé e de Açu, o único município existente no Estado do Pará, denominado Igarapé-Açu.

A Comissão de Finanças manifestou-se pela aprovação do projeto, nos termos da emenda da dita Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, em 24 de março de 1965. — Argemiro Figueiredo, Presidente. — Walfrido Gurgel, Relator. — Eugênio Barros. — José Ernirio. — Bezerra Neto. — Aloysio de Queiroz. — Aurélio Vianna. — Eurico Rezende. — Victorino Freire.

## Pareceres nºs 213 e 214, de 1965

Nº 213 — DE 1965

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 153, de 1964 (número 138-A-64 na Câmara), que mantém o ato denegatório do Tribunal de Contas da União que recusou registro ao contrato de empréstimo celebrado, em 21 de maio de 1953, entre a União Federal e o Governo do Estado da Bahia, na importância de Cr\$ 1.000.000.000.

Relator: Sr. Aloysio de Carvalho

O Projeto de Decreto Legislativo nº 153, de 1964, mantém o ato do Tribunal de Contas, que recusou registro ao contrato do empréstimo de Cr\$ 1.000.000.000 (um bilhão de cruzeiros) celebrado, em 21 de maio de 1953, entre a União Federal e o Governo do Estado da Bahia, com recursos provenientes da colocação de "Letras do Tesouro".

Do ofício da Presidência do Tribunal de Contas encaminhando ao Congresso Nacional o expediente, consta nestes termos a motivação do decidido: "A recusa em aprego fundamento-se na inexistência do Plano de Aplicação a ser elaborado pelo Poder Legislativo; isto porque a Lei número 3.337, de 12 de dezembro de 1957, no seu art. 2º, § 2º, permite à União firmar contratos desta natureza, com a dispensa desta formalidade; entretanto, o art. 66 da Lei nº 4.069, de 14 de junho de 1962, revogou expressamente o § 2º supramencionado, substituindo, por conseguinte, a entrega dos recursos à prévia aprovação do plano em causa".

Esta Comissão de Constituição e Justiça já tem conhecido de numerosos casos semelhantes, sendo favoráveis outras unidades federativas, e tem mantido, sempre, a decisão denegatória do Tribunal, por seus jurídicos fundamentos.

Assim opinamos pela aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo.

Sala das Comissões, em 1º de dezembro de 1964. — Afonso Arinos, Presidente. — Aloysio de Carvalho, Relator. — Edmundo Levy. — Jefferson Aguiar. — Menezes Pimentel. — Ruy Carneiro.

Nº 214, DE 1965

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 153, de 1964.

Relator: Sr. Victorino Freire

O Tribunal de Contas da União, pelo ofício nº 1.117, de 19 de setembro de 1953, comunicou haver negado registro ao contrato de empréstimo, no valor de Cr\$ 1.000.000.000 (um bilhão de cruzeiros), celebrado entre a União Federal e o Governo do Estado da Bahia, com recursos provenientes da colocação de "Letras do Tesouro".

A recusa em aprego fundamento-se na inexistência do Plano de Aplicação a ser elaborado pelo Poder Legislativo, conforme o disposto no artigo 66 da Lei nº 4.069, de 14 de junho de 1962.

Os signatários do termo não interpuzeram recurso em tempo hábil, tendo, em consequência, decorrido o prazo previsto no art. 57 da Lei número 830, de 23 de setembro de 1949.

Na Câmara dos Deputados, a matéria foi distribuída à Comissão de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas, que elaborou e apresentou à consideração do Plenário o presente projeto, mantendo a decisão denegatória do Tribunal.

A recusa do Tribunal se alicerça em dispositivo legal, razão pela qual

somos de parecer favorável à aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 24 de março de 1965. — Argemiro Figueiredo, Presidente. — Victorino Freire, Relator. — Eugênio Barros. — Eurico Rezende. — Bezerra Neto. — Walfrido Gurgel. — Pessoa de Queiroz. — José Ernirio. — Aurélio Vianna.

## Pareceres nºs 215 e 216, de 1965

Nº 215, DE 1965

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 155, de 1964 (nº 195-A-64 — Câmara), que mantém decisão denegatória do Tribunal de Contas da União ao registro de contrato de compra e venda, firmado entre o Governo brasileiro e a firma Motolimport de Varsóvia.

Relator: Sr. Bezerra Neto

Em sessão de 14 de janeiro deste ano, o Tribunal de Contas da União recusou registro ao contrato celebrado em 9.12.63, entre o Governo brasileiro e a empresa estatal polonesa, Motolimport de Varsóvia, uma vez que não fora devidamente comprovada a existência de vantagem econômica decorrente da proposta polonesa, objeto do termo examinado, em relação à proposta do Governo brasileiro, mesmo porque o material não era rigorosamente igual, conforme confronto e classificação constante do quadro juntado ao processo, acrescentando também inobservância da parte final da autorização presidencial. Houve pedido de reconsideração, e o Tribunal em sessão de 17 de março deste ano, manteve a decisão.

A Câmara dos Deputados, relator o Sr. Deputado Humberto Lucena, opinou a favor do que decidiu aquela Corte, sendo aprovado a respeito do presente projeto de decreto legislativo, que chegou ao Senado a 17 de novembro expirante.

A Comissão de Constituição e Justiça opina favoravelmente à aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 12 de fevereiro de 1965. — Afonso Arinos, Presidente. — Bezerra Neto, Relator. — Aloysio de Carvalho. — Wilson Gonçalves. — Josephat Marinho. — Edmundo Levy. — Ruy Carneiro.

Nº 216, DE 1965

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 155, de 1964.

Relator: Sr. Aurélio Vianna

Em dezembro de 1962 o engenheiro agrônomo Marcio Nogueira Lassange Cunha, foi presidente de uma Comissão designada pelo Ministro da Agricultura para opinar sobre a compra de máquinas, "combinadas automáticas", para revenda aos agricultores, e com a finalidade de ainda efetuar na presente safra a colheita de arroz, milho e soja, e no 2º semestre do ano entrante a colheita de cereais como o trigo, linho centeio e outros.

Do Relatório que lemos, extraímos os seguintes dados, que nos levam a tirar conclusões insatisfatórias: de 1955 ao ano de 1961, inclusive, o Brasil importou 3.477 colheadeiras, das quais 731, da Hungria, e 89, da Polônia.

A medida, porém que as necessidades aumentavam, diminuía o número de colheadeiras compradas pelo Ministério. Se em 1956 compramos 681 colheadeiras, em 1960, reduzimos para 674. Se em 1957, adquirimos 850, em 1961, apenas 409. Ora, se estamos na época tecnológica, quando é um imperativo de sobrevivência a mecanização da lavoura, não se explica o fenômeno que acabamos de fixar.

Agora mesmo, quando a safra de arroz e de milho é das maiores, não a maior deste país, não se tendo notícia doutra que se lhe tenha igualado, estamos diante de um quadro que nos revolta e atemoriza: grande parte dessa safra poderá perder-se nos campos, ou, por falta de colheadeiras, ser gravosa, anti-econômica, perdendo nós uma grande oportunidade de exportar o que seria o excedente, enfrentando a competição internacional vantajosamente.

Está escrito e transcrevo: Uma combinada-automotriz "pode colher, por safra, uma média de 6.000 sacas de arroz em casca, ou melhor 4.000 sacas de arroz beneficiado..."

Os dados que compulsei me autorizavam a revelar que "uma automotriz pode colher, bater, ventilar e ensacar até um máximo de 60 sacas por hora, quando que um homem prático no serviço, em colheita manual, pode apenas colher e bater, em 8 horas de serviço, um máximo de 4 sacos. Assim, a máquina faz o serviço de 120 homens, ou, o que é mais importante, levando-se em conta o fator tempo, limitante para a operação de colheita, que enquanto a máquina colhe em uma hora numa área de 15.000 metros quadrados, em média, um homem experimentado, só poderá colher, uma área de 125 metros quadrados..."

A Comissão designada pelo Ministro da Agricultura para opinar sobre a aquisição dessas máquinas, concluiu por afirmar que "é, portanto, de grande interesse para a nação, a imediata aquisição das máquinas ofertadas nestas condições."

"Assim, somos, salvo melhor juízo, pela imediata aquisição das 100 colheadeiras EMAG, com 50 plataformas para a colheita de milho; e para o fornecimento durante os anos de 1963 e 1964 de 600 colheadeiras vistulas e 600 EMAG B-60."

Pergunta-se, então, por que a operação não foi concluída? Por que o Tribunal de Contas denegou registro do contrato de compra e venda, firmado entre o Governo brasileiro e a firma Motolimport, de Varsóvia?

O pagamento seria efetuado através de convênio polono-brasileiro, evitando-se por parte do Brasil o dispêndio de divisas fortes.

Não haveria intermediários, porquanto o negócio seria do governo para o governo.

Volto à pergunta: por que o Tribunal denegou registro ao contrato?

Convém esclarecermos que a Mecanizadora Agrícola Ltda., firma nacional, do Rio Grande do Sul, informou ao Ministério da Agricultura que estava perfeitamente preparada para fornecer diversos tipos de Colheadeiras de Milho, máquinas "testadas e aprovadas no Instituto Agronômico de Campinas, na Fazenda Ipanema — CENTRI — e no Instituto Agronômico do Sul, Pelotas (ambos desse Ministério), e ainda difundidas em grande número de fazendas do nosso Estado, bem como de São Paulo, Minas Gerais..."

A Mecanizadora Agrícola Limitada, assim concluiu o seu ofício: "em qualquer programa de importação de colheadeiras de milho, poderia a nossa indústria ser lembrada;" "seria inconcebível que as automotrizas porventura importadas ao país, já viessem com aquelas mesmas plataformas frontais de milho que são por nós produzidas."

Diversas firmas interessaram-se pela venda de máquinas semelhantes ao Ministério da Agricultura. O Tribunal de Contas da União converteu o julgamento em diligência, visando a obter o "quadro demonstrativo, com os respectivos preços, das propostas feitas pelas firmas a que se refere o § 5º da Exposição de Motivos do Ministério da Agricultura."

O Ministério da Agricultura prontamente atendeu à solicitação do Egrégio Tribunal de Contas, que decidiu recusando registro ao contra-

to, uma vez que não foi devidamente comprovado tenha havido má-fé, fraude ou superioridade da proposta polonesa, objeto do termo em questão, em relação à do governo brasileiro, mesmo porque o material não é absolutamente igual conforme conteúdo e classificação constante do quadro junto ao processo, acrescentando-se verificou inobservância da parte final da autorização presidencial.

Concluído da decisão do Egrégio Tribunal de Contas, o Ministro da Agricultura imediatamente recorreu daquela decisão, solicitou o reexame da matéria e apresentou razões e esclarecimentos dos motivos que o levaram à aprovação da proposta polonesa.

Da comparação das propostas chegava-se à conclusão de que a polonesa era a mais viável e mais favorável aos interesses do Brasil. E, ainda, a operação com a Hungria seria irrealizável de vez que a Legação da República Popular daquele país havia declarado "ser impossível atender ao pedido governamental pelo fato de ter sido suspensa a fabricação de colheadeiras automotrizas naquele país."

E mais: a representação das máquinas de fabricação iugoslava comunitária ao Ministério da Agricultura, em face das vendas feitas para o Mercado brasileiro (300 colheadeiras para ligas; 110 colheadeiras para a Pecotrig e 23 colheadeiras para o Vale do Paraíba) e outros compromissos de entrega, já assumidos diretamente pela própria Fábrica ZMAJ, para outros mercados internacionais, não poderia aceitar mais encomendas para os próximos seis meses.

O recurso do titular da Pasta da Agricultura, foi, preliminarmente, considerado tempestivo.

Foi proposta a reconsideração da decisão, para ser ordenado o registro do contrato.

O relator achou "satisfatórios os esclarecimentos", mas observou que "o Egrégio Tribunal, em hipóteses semelhantes, tem impugnado dispositivos iguais aos da cláusula XVIII de fls. 9 multa convencional), por infringir o art. 798 do Reg. de Cont. Pública."

"Igualmente tem sido considerada indispensável a aprovação do Sr. Ministro da Fazenda para aquisição de bens no exterior (art. 16, parágrafo único).

Concluindo, então: "Nosso parecer é, assim, pela reconsideração da recusa e pela conversão do julgamento em diligência para que sejam supridas as faltas apontadas. Se, todavia, consideradas elas já insanáveis por via da diligência, nosso parecer será, de recusa, pela recusa de registro."

O Tribunal manteve a decisão, "deixando-se fundamentos", "e, ainda, ante a cláusula de observância das normas legais, importa na autorização presidencial, verificando-se na espécie, infringência do disposto nos artigos 342, 770, 774, 775, § 1º, letra "c", e 798 do Regulamento da Contabilidade Pública, que é norma legislativa por termos da Lei nº 4.632-1923, art. 18."

Não tendo havido qualquer resposta ao expediente que comunicava ao Sr. Ministro da Agricultura da última decisão do Tribunal de Contas, foi proposta a ajuizamento do processo e encaminhado ao Congresso Nacional o contrato, cujo registro fora recusado.

Não entro no mérito não análise a decisão do Egrégio Tribunal de Contas da União para julgar, mesmo porque a questão está morta em face da validade da oferta feita pela Polónia que terminou em 31 de janeiro de 1963, conforme comunicação da Embaixada daquele país.

Parecer pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em 24 de março de 1965. — Argemiro Figueiredo, Presidente.

sidente. — Aurélio Vianna, Relator. — Walfrido Gurgel. — Victorino Freire. — Antonio Jucá. — Eurico Rezende. — Pessoa de Queiroz. — Bezerra Neto.

### Pareceres nºs 217 e 218, de 1965

Nº 217, DE 1965

Da Comissão de Constituição e Justiça, ao Projeto de Decreto Legislativo nº 160, de 1964 (número 171-A-64) — na Câmara, que mantém decisão denegatória do Tribunal de Contas da União no registro do contrato de empréstimo no valor de Cr\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de cruzeiros), celebrado entre a União Federal e o Governo do Estado de Santa Catarina, com recursos provenientes da colocação de Letras do Tesouro.

Relator: Sr. Jefferson de Aguiar.

O Tribunal de Contas denegou o registro do contrato celebrado pela União Federal com o Estado de Santa Catarina, em 10 de maio de 1963, que tinha por objeto a concessão do empréstimo de Cr\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de cruzeiros) àquele Estado, com os recursos provenientes da colocação das "Letras do Tesouro".

A decisão denegatória foi baseada na falta de plano de aplicação a ser elaborado pelo Poder Legislativo, como decorreu do art. 66 da Lei número 4.069, de 1 de junho de 1962, que, expressamente, revogou o artigo 2º, § 2º da Lei nº 3.337, de 12 de dezembro de 1957.

Não houve recurso do Ministério competente, razão por que o processo foi remetido ao Congresso Nacional, para os fins previstos no art. 77, *in fine*, da Constituição Federal.

Inúmeros outros processos, de igual natureza, têm sido apreciados pelo Senado, com a aprovação das decisões denegatórias do Tribunal de Contas.

A Comissão de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas elaborou projeto de resolução, mantendo a decisão do Tribunal de Contas, que mereceu a aprovação da Câmara, na sessão de 17 de novembro de 1964.

A Comissão de Constituição e Justiça opinou pela aprovação do Projeto de Resolução nº 160-64 de acordo com os argumentos invocados no relatório do Tribunal de Contas.

Sala das Comissões em 17 de fevereiro de 1965. — Afonso Arinos, Presidente. — Jefferson de Aguiar, Relator. — Wilson Gonçalves. — Edmundo Leal. — Eurico Rezende. — Aloysio de Carvalho. — Ruy Carneiro.

Nº 218, DE 1965

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 160, de 1964.

Relator: Sr. Argemiro de Figueiredo.

Em sessão realizada a 11 de julho de 1963, o Egrégio Tribunal de Contas da União recusou registro ao contrato de empréstimo, no valor de Cr\$ 300.000.00 (trezentos milhões de cruzeiros), celebrado entre a União Federal e o Governo de Santa Catarina, com recursos provenientes da colocação de Letras do Tesouro. E o processo veio ao Congresso Nacional, nos termos do § 1º *in fine*, do art. 77 da Constituição da República.

Motivou a decisão denegatória do registro a circunstância de não constar do processo o Plano de Aplicação do dinheiro a ser elaborado pelo Poder Legislativo.

Realmente, a Lei nº 3.337, de 12 de dezembro de 1957, no seu art. 2º § 2º, dispensava aquela formalidade. É certo, porém, que o art. 66, da Lei nº 4.069, de 11 de junho de 1962, re-

vogou expressamente citado § 2º, subordinando, assim, a juridicidade do contrato à prévia aprovação do Plano referido acima.

A Câmara dos Deputados, à vista do fundamento da decisão denegatória, resolveu apoiar o julgado, e o fez através do Projeto de Decreto Legislativo ora apreciado. No mesmo sentido opinou a Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal.

A Comissão de Finanças e também de parecer favorável à aprovação do Projeto de Decreto Legislativo número 160, de 1964, que mantém o ato denegatório do Tribunal de Contas da União.

Sala das Comissões, em 24 de março de 1965. — Pessoa de Queiroz, Presidente. — Argemiro Figueiredo, Relator. — Eurico Rezende. — Antonio Jucá. — Bezerra Neto. — Victorino Freire. — Walfrido Gurgel. — Aurélio Vianna.

### Pareceres nºs 219 e 220, de 1965

Nº 219, DE 1965

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 165, de 1964 (número 172-A-64, na Casa de origem), que mantém decisão denegatória do Tribunal de Contas da União ao registro de termos de contrato celebrados entre o Governo do Território Federal do Rio Branco e o Sr. João Batista Maciel da Silveira.

Relator: Sr. Ruy Carneiro.

Em sessão de 23 de março de 1964, o Egrégio Tribunal de Contas da União resolveu negar registro ao contrato celebrado entre o Governo do Território Federal do Rio Branco e o Sr. João Batista Maciel da Silveira, que desempenharia, nesse Território, a função de topógrafo.

II — Foram razões fundamentais para o referido decisório:

1) a classificação da despesa não está completa, correndo à conta do exercício já encerrado e, se o fosse à conta do exercício vigente, o empenho teria sido extraído antes do registro das tabelas orçamentárias (cláusula 4ª);

2) em relação ao prazo de vigência, não se observou o disposto no art. 77, item III, § 1º, da Constituição Federal (cláusula 5ª);

3) não foram apresentados os documentos exigidos pelo art. 17, alíneas a e d, do Decreto-lei nº 5.175, de 7-1-1943, a saber:

a) prova de capacidade técnica;

b) folha corrida ou atestado de conduta;

c) quitação com o serviço militar;

d) atestado de vacina;

4) não se fez referência ao título e à data do órgão oficial que publicou o termo de contrato.

III — Dessa decisão, não houve recurso por parte do Governo do Território, o que levou o Tribunal de Contas, na forma prescrita pela Constituição Federal (art. 77, § 1º), a encaminhar o processo ao Congresso Nacional.

IV — Na Câmara dos Deputados, a matéria foi examinada pela Ilustrada Comissão de Fiscalização Financeira e de Tomada de Contas, que ofereceu ao Plenário daquela Casa do Congresso, sendo aprovado, o presente projeto de Decreto Legislativo.

V — Do ponto de vista jurídico e constitucional, que a esta Comissão cabe examinar, nada invalida a proposição, sendo-lhe, pois, favorável nosso parecer.

Sala das Comissões, em 17 de fevereiro de 1965. — Afonso Arinos, Presidente. — Ruy Carneiro, Relator.

Josephat Marinho. — Jefferson de Aguiar. — Eurico Rezende. — Edmundo Leal. — Wilson Gonçalves.

Nº 220, DE 1965

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 165, de 1964.

Relator: Sr. Pessoa de Queiroz.

O presente Projeto de Decreto Legislativo, que mantém decisão denegatória do Tribunal de Contas da União ao registro de termo de contrato celebrado entre o Governo do Território Federal do Rio Branco e o Sr. João Batista Maciel da Silveira para desempenhar a função de Topógrafo, teve a sua origem na Comissão de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas da Câmara dos Deputados, provocada pelo Ofício nº 2.614, de 5 de outubro de 1964.

Negando registro ao termo de contrato acima citado, o Tribunal de Contas justifica seu ato com a comprovação de irregularidades no processo, como se segue:

1) a classificação da despesa não está completa, correndo à conta do exercício já encerrado e, se o fosse à conta do exercício vigente, o empenho teria sido extraído antes do registro das tabelas orçamentárias (cláusula 4ª);

2) em relação ao prazo de vigência, não se observou o disposto no artigo 77, item III, § 1º, da Constituição Federal (cláusula 5ª);

3) não foram apresentados os documentos exigidos no art. 17, alíneas a e d do Dec. Lei nº 5.175, de 7 de janeiro de 1943, a saber:

a) prova de capacidade técnica;

b) folha corrida ou atestado de conduta;

c) quitação com o serviço militar;

d) atestado de vacina;

4) não se fez referência ao título e à data do órgão oficial que publicou o termo de contrato.

Além disso, o Governo do Território Federal do Rio Branco, cientificado da decisão do Tribunal, pelo aviso nº 2.830, de 5 de abril de 1964, deixou decorrer o prazo estabelecido no art. 57 do Lei nº 530, de 1949, sem interposição de qualquer recurso.

Como consequência, o Tribunal de Contas da União, nos termos do artigo 77, § 1º, da Constituição Federal, encaminhou o processo ao Congresso Nacional para os fins Constitucionais.

A Comissão de Finanças, conhecendo do assunto e considerando a interposição de recurso, declarou o Tribunal de Contas da União, de parecer que o presente Projeto de Decreto Legislativo deve ser aprovado.

Sala das Comissões, em 24 de março de 1965. — Argemiro Figueiredo, Presidente. — Pessoa de Queiroz, Relator. — Eurico Rezende. — Bezerra Neto. — Eugênio Bueno. — Walfrido Gurgel. — Aurélio Vianna. — José Ermírio. — Victorino Freire.

### O SR. PRESIDENTE:

Está lida a leitura do expediente. A Presidência deferiu, hoje, os seguintes requerimentos, apresentados nas duas últimas sessões:

Do Sr. Senador Adalberto Silva, nº 70, ao Sr. Ministro da Fazenda:

Do Sr. Senador Vasconcelos Torres:

Nº 71, ao Sr. Ministro da Marinha:

Nº 72, à Superintendência Nacional do Abastecimento;

Nº 73, ao Ministério da Saúde:

Nº 74, ao Ministério da Educação e Cultura;

Nº 75, ao Ministério da Viação e Transportes;

Nº 76, ao Superintendente do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE);



Nº 82, ao Ministério das Relações Exteriores;

Nº 83, ao Ministério do Trabalho e Previdência Social;

Do Sr. Senador Dix-Huit Rosado:

Nº 72, ao Ministério da Indústria e do Comércio (Instituto Nacional do Sal);

Do Sr. Senador Josaphat Marinho:

Nº 77, ao Ministério da Fazenda.

O Requerimento nº 74, do Sr. Senador Dix-Huit Rosado, foi arquivado por não ser possível o seu encaminhamento, à vista do disposto no art. 213, alínea "a" do Regimento Interno, em vista de se tratar de questionário que objetiva informações a serem fornecidas pelo Sr. Governador do Estado do Rio Grande do Norte, matéria que escapa a competência prevista na lei que regula as informações requeridas.

Há oradores inscritos.  
Tem a palavra o nobre Senador Vasconcelos Torres. (Pausa)

Não está presente.

Tem a palavra o nobre Senador Dinarte Mariz. (Pausa)

Não está presente.

Tem a palavra o nobre Senador Gilberto Marinho.

**O SENHOR SENADOR GILBERTO MARINHO PRONUNCIA DISCURSO QUE ENTREGUE A REVISÃO DO ORADOR. SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

**O SR. PRESIDENTE:**

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra o nobre Senador Faria Tavares

**O SR. FARIA TAVARES:**

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, tenho a honra de encaminhar ao Senado o seguinte projeto de lei: (Lê)

**Cria o crédito profissional a favor de profissões autônomas ou sob regime de emprego.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os trabalhadores que exercem atividades autônomas, sob regime de emprego, ou liberal, terão direito a financiamento especial destinado à aquisição de ferramentas, instrumentos e acessórios de trabalho, nos termos da presente lei.

Art. 2º O financiamento assegurado no art. 1º será feito pelo Banco do Brasil, mediante a instituição de uma carteira de crédito profissional e, em convênio com ele, através dos demais estabelecimentos bancários e as Caixas Econômicas Federais e estaduais.

Art. 3º Os sindicatos de empregados, trabalhadores autônomos e profissões liberais deverão elaborar e atualizar, anualmente, se necessários, a relação das ferramentas, instrumentos e acessórios essenciais ao exercício das profissões por eles representadas.

§ 1º Somente poderão ser adquiridos, com as vantagens desta lei, as ferramentas, instrumentos e acessórios de uso individual do trabalhador, excluídos os que se prestem à industrialização que descaracterize o sentido artesanal, profissional liberal ou operário de que se devem revestir.

§ 2º Os benefícios aqui estipulados se estendem igualmente à compra de ferramentas, instrumentos de trabalho e acessórios, que, não relacionados pelos sindicatos, sejam de uso e de conhecimento técnico comuns.

Art. 4º De posse das relações, ou dos pedidos (§ 2º do artigo anterior), a repartição financeira

dora promoverá a coleta de preços, com a descrição qualitativa de cada utensílio e indicará a firma ou firmas onde poderá ser adquirido.

Art. 5º O candidato ao crédito especial deverá preencher os seguintes requisitos:

a) capacidade, profissional comprovada pelo sindicato do requerente, e, na falta deste, por atestado de três profissionais de igual categoria, ou com a exibição de diploma expedido por escola oficial ou certificado de habilitação conferido por repartição pública competente, nas profissões para cujo exercício estes forem ex. ados;

b) capacidade profissional e prova de prestação de serviço militar;

c) título de eleitor e prova de que votou nas últimas eleições, se for o caso; e

d) atestado de conduta e de idoneidade moral fornecido pelas autoridades policiais ou judiciárias.

Art. 6º Os bens adquiridos serão dados em penhor à entidade financiadora e o contrato será registrado no cartório de títulos e documentos competente, integrando as despesas de registro o total do empréstimo concedido.

Art. 7º O devedor, que terá a posse das coisas empenhadas, é equiparado ao depositário, para todos os efeitos legais e não poderá delas dispor, sem consentimento escrito do credor.

Art. 8º O credor poderá verificar sempre, por si ou por pessoa que designar, a situação e o estado dos bens empenhados.

Art. 9º Quando se verificar a morte ou insolvência do devedor, ou rescisão do contrato, por inadimplemento deste, o credor poderá requerer ao juiz competente que os bens passem para sua posse ou do depositário ou terceiros por ele indicados.

Art. 10. Os documentos exigidos serão apresentados à repartição financiadora em requerimento isento de selo, o qual terá solução no prazo de sessenta dias, a contar da data do pedido ou da satisfação das exigências feitas, nos termos do art. 5º.

Parágrafo único. Deferido o pedido será expedida autorização de entrega à firma escolhida pelo requerente, se houver mais de uma conforme o que dispõe o art. 4º desta lei, ou à firma indicada pela repartição financeira, se nesse escolha convier, também, o requerente, devendo a entrega ser feita no prazo de 30 dias, sob pena de perda dos direitos da concorrência.

Art. 11. A inutilização dos instrumentos, ferramentas e acessórios, sem culpa de seu proprietário, não impedirá novo pedido de financiamento, para substituição, ou aquisição de outros utensílios, desde que satisfeito o débito anterior.

Art. 12. O financiamento de que trata esta lei não excederá de vinte vezes o salário mínimo da região e será resgatado em sessenta prestações mensais e iguais, a partir do 30º dia da concessão do empréstimo, que vencerá juros legais, sem acréscimos de quaisquer taxas ou emolumentos, aplicada a Tabela Price.

Art. 13. Quando a mercadoria financiada oferecer, por sua natureza, garantia plena de execução da cláusula de penhor, a que se refere o art. 6º, mas exceder 20 vezes o salário mínimo, a limitação do empréstimo será de 80% do total do valor de sua aquisição.

Art. 14. A repartição financeira deverá reservar, pelo

menos, um décimo de sua verba de aplicação de capital, para satisfação das exigências desta lei.

Parágrafo único. Esgotada a verba no exercício, os pedidos aguardarão oportunidade e serão atendidos por ordem estritamente cronológica.

Art. 15. Terão preferência para os direitos assegurados nesta lei as profissões constantes da relação que a acompanha.

Art. 16. Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor noventa dias após a sua publicação, e nesse prazo será regulamentada pelo poder executivo.

#### RELAÇÃO ANEXA AO PROJETO

1. Agricultor, em regime de colono ou parceria agrícola ou proprietário autônomo, desde que, em qualquer caso, só utilize no serviço pessoa de sua família.
2. Agrimensor.
3. Agrônomo.
4. Alfaiate, sob regime de trabalho autônomo.
5. Arquiteto.
6. Artista plástico profissional.
7. Assistente Social.
8. Barbeiro e cabeleireiro, sob regime de trabalho autônomo.
9. Bombeiro hidráulico.
10. Borracheiro.
11. Brinquedos, fabricante, sob regime artesanal.
12. Carpinteiro.
13. Ceramista, sob regime artesanal.
14. Couro e peles, sob regime de trabalho autônomo.
15. Costureiro, sob regime de trabalho a domicílio.
16. Cufiteiro.
17. Desenhista comercial, sob regime autônomo.
18. Eletricista.
19. Encadernador, sob regime artesanal.
20. Enfermeiro.
21. Ensino técnico - profissional, mestre e contra mestre.
22. Entalhador em madeira.
23. Estofador.
24. Estufador.
25. Fotógrafo profissional.
26. Funileiro.
27. Garção (vestuário profissional).
28. Gasista.
29. Joalheiro, sob regime artesanal.
30. Jornalista.
31. Lapidário, sob regime artesanal.
32. Lustrador de calçados.
33. Marceneiro.
34. Mecânico.
35. Médico.
36. Médico veterinário.
37. Metalúrgico.
38. Motorista de caminhão de transporte de mercadorias, sob regime de trabalho autônomo, excluídas peças do veículo.
39. Motorista de praça, sob regime de trabalho autônomo, excluídas peças de veículos.
40. Música, fabricante de instrumento, sob regime de artesanato.
41. Músico profissional.
42. Odontologista.
43. Ourives, sob o regime de artesanato.
44. Parteiro.
45. Pedreiro.
46. Pintor.
47. Professor.
48. Sapateiro, sob regime de artesanato.
49. Serralheiro.
50. Tecelão, sob regime de artesanato.
51. Torneiro.
52. Tipógrafo.

53. Vendedor ambulante (veículo tração manual ou animal).

#### Justificação

Há mais de dez anos propugnamos pela instituição do crédito profissional no Brasil. Pela própria estrutura da organização bancária do país, os empréstimos de dinheiro sempre se fazem às médias e grandes organizações, ou a pessoas influentes, sem nenhuma preocupação do sentido social que, muitas vezes, deveriam assumir. Essa modalidade de financiamento às profissões autônomas e liberais se tornou, há muito, obrigatória em países como a França, a Suíça, a Itália e outros.

Por influência da opinião por nós aqui defendida, o ex-deputado Carlos Lacerda, em 27 de maio de 1957, apresentou na Câmara dos Deputados o projeto nº 2.418, visando à instituição do crédito profissional, em cuja estrutura, em linhas gerais, se assenta a proposição legislativa que ora oferecemos à apreciação do Senado. Com a mesma inspiração alguns bancos, por iniciativa própria, começaram a praticá-lo com os mais auspiciosos e fecundos resultados. Com base nessa experiência, o Governo anterior deliberou criá-lo por decreto, que não chegou a ser executado.

Cremos desnecessário, em face de seu grande alcance, acentuar a dimensão social de seus objetivos, mormente agora, depois do início da implantação da reforma bancária. Não se pode obscurecer a gravidade do problema da dependência em que vivem muitos trabalhadores a um tipo de capital que se pode considerar verdadeiramente parasitário. Há, entre nós, dezenas de milhares de trabalhadores que vivem na condição de empregados apenas porque, até agora, não se lhes ensejou oportunidade de serem donos de seus próprios instrumentos de trabalho. E, possivelmente, mais de quarenta por cento do volume da produção nacional ainda dependem do esforço do operário engajado em atividades dessa natureza.

Cumprido, por isso, ao poder público, sob a inspiração de princípios elementares da justiça social, por cobro a essa situação altamente prejudicial, não somente à nossa economia, como também, à estabilidade social. Não se há de combater o comunismo entre nós, tão somente com medidas policiais e repressivas, mas, sobretudo, com a solução dos problemas e o combate aos privilégios, que tornam os ricos cada vez mais poderosos e os pobres cada vez mais sofridos. É uma das providências que podem contribuir, decisivamente, para que se atinja esse objetivo, está exatamente na disciplina da distribuição do capital em poder dos bancos, o qual é muito mais de todos os que dos poucos que o manipulam. O crédito profissional, enquanto o Estado não houver por bem impô-lo à rede bancária particular, deve ser instituído através dos estabelecimentos oficiais, principalmente, o Banco do Brasil e as Caixas Econômicas Federais.

Essa a finalidade do projeto que temos, agora, ensejo de submeter ao beneplácito do Senado e, pois, do Congresso Nacional. Por crermos nos seus fundamentos de justiça, acreditamos na acolhida que lhe dará o Poder Legislativo Federal.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)



**O SR. PRESIDENTE:**

(Adalberto Sena) — Tem a palavra o nobre Senador Bezerra Neto.

**O SR. BEZERRA NETO:**

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente do Brasil e o Paraguai oferecem amanhã mais uma demonstração de entendimento que irmana os dois povos. Encontra-se às 11 horas na Foz do Iguaçu, os Presidentes Alfredo Stroessner e Humberto de Alencar Castello Branco, para entregar ao tráfego a majestosa ponte sobre o rio Paraná, que liga os territórios das duas nações. É realmente a primeira ligação rodoviária do Paraguai a um porto brasileiro do Atlântico.

O melhoramento amanhã inaugurado recebe a denominação de "Ponte da Amizade" e este pormenor apresenta-se como um símbolo da mais alta significação ao atentarmos que esta demonstração efetiva do entendimento que une paraguaios e brasileiros coincide com o transcurso do primeiro centenário da guerra que durante 4 anos ensanguentou as duas nações. Mas é mesmo a amizade o que expresse a tradição que preside as relações entre os dois países. A guerra da Tríplice Aliança mostra-se como episódio isolado, incidente de uma política antibrasileira, urdida no Exterior e na qual foi envolvido por erro de perspectiva um governo paraguaio.

A verdade é que antes da guerra e depois da guerra a constante registrada é a das provas de afeto entre o Brasil e a nação guarani. Marchava para a solução pacífica o problema do levantamento de limites dos dois países, com o funcionamento normal das comissões técnicas designadas, sendo franco o tráfego pelo rio Paraguai em demanda à província de Mato Grosso.

Segundo lemos na imprensa carioca o ato inaugural será realizado em território brasileiro, do palanque armado junto ao prédio da Alfândega da Foz do Iguaçu. Após visita à Exposição Industrial do Brasil, em Assumpção, amanhã, o Presidente Castello Branco retornará ao Paraná, pernitando no Hotel das Cataratas. Às 9.50 o chefe do governo chegará à "Ponte da Amizade", cerca de 9 km. do hotel. A inauguração terá início com a bênção da obra pelo Bispo de Encarnación. O programa terá, logo após, o seguinte desenvolvimento: honras militares ao Presidente do Paraguai, quando este chegar a território brasileiro; assinatura de declaração conjunta, pelos dois Presidentes, e de acordos para utilização da ponte e para isenção de vistos, pelos Ministros das Relações Exteriores; desceramento das bandeiras que cobrem a placa comemorativa e discurso dos Chefes de Governo. Após o ato, o Marechal Castello Branco e o General Stroessner atravessarão a "Ponte da Amizade" e irão ao Hotel Acará, onde o Presidente oferecerá um banquete ao Presidente brasileiro. Terminado o banquete, os dois Chefes de Estado se despedirão, no meio da ponte.

A placa comemorativa da inauguração da ponte tem a seguinte inscrição: "Ponte da Amizade" ligando o Brasil e o Paraguai, inaugurada em 27 de março de 1965, com a presença do Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, Marechal Castello Branco, e do Presidente da República do Paraguai, General Alfredo Stroessner, aviva a confiança e reitera a amizade dos povos, abrindo caminhos mais amplos para o futuro do continente".

Engenheiros do DNER assinalaram os resultados da ponte para o Paraguai: saída para o litoral atlântico,

através do porto de Paranaguá (Paraná), Santos (São Paulo), e Rio de Janeiro (Guanabara), bem como de vias rodoviárias (BR-36 — BR-2 e Via Anchieta); incremento das relações de comércio entre os dois países; acesso ao parque manufatureiro de São Paulo; densificação das atividades econômicas.

Para o Brasil, a "Ponte da Amizade" significa: cumprimento de compromissos com o Governo Paraguai; afirmação da presença brasileira como grande potência com ideais pan-americanos; fortalecimento da integração política, social e econômica dos países da América Latina; acesso, pela BR-35, aos centros de consumo paraguaios; domínio sobre a produção agropastoril que se venha a desenvolver na região de influência da rodovia; estabelecimento de pequena manufatura na mesma área; incremento do turismo e de relações com o Paraguai.

"Ponte da Amizade" consumiu, nos oito anos que durou a sua construção, 21 milhões de quilos de cimento ou sejam, 350 mil sacos de 60 quilos cada. Foram empregados, ainda, 7 mil metros cúbicos de madeira, 2.300 toneladas de ferro, 130 toneladas de parafusos, 44 mil metros de concreto, 1.314 toneladas de aço numa extensão de 12.800 metros. Tem 552 metros de extensão e o maior arco de concreto do mundo — 303 metros.

O que é justo se noticiar também é que tanto esta obra, como a outra que se encontra aguardando a inauguração, a monumental ponte de 2.550 metros de comprimento no mesmo rio Paraná, ligando o sistema rodoviário de São Paulo e Mato Grosso, foram empreendimentos iniciados e intensamente trabalhados no governo desenvolvimentista do eminente brasileiro, o Presidente Juscelino Kubistchek de Oliveira. Nem a placa que será amanhã afixada, nem provavelmente na ponte que unirá a cidade de Presidente Epitácio, em São Paulo, a Porto Quinze, em Mato Grosso, registrará a paternidade da iniciativa dos empreendimentos, para alguns até julgados, quando do seu início, realizações de fachada, de tom inflacionário.

Resultou a construção de tratado que fora assinado entre o nosso governo e o do Paraguai, decorrente do programa da Operação Pan-Americana.

É indispensável que se consigne, uma vez que estamos assinalando os dois auspiciosos acontecimentos, a relação de causa e efeito que existe e existirá na perene justiça da história entre eles e o inspirador da Operação Pan-Americana, o fundador de Brasília.

Nossas congratulações ao povo Paraguai e ao do Brasil, representados amanhã pelos seus ilustres Presidentes, mas também nossa homenagem de reconhecimento ao estadista cuja figura avulta neste evento, e que é o Sr. Juscelino Kubistchek de Oliveira. (Muito bem. Muito bem.)

**O SR. PRESIDENTE:**

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra o nobre Senador Arthur Virgílio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO:**

Sr. Presidente, Srs. Senadores, não pode passar sem um registro veemente, sem uma condenação frontal e aspera, a ocorrência de ontem, no Estado da Guanabara, quando mais uma vez a violência desatou-se incontrolável, violentaram-se as regras mais elementares da formação democrática de um povo, quando mais uma vez o desrespeito ao direito à liberdade do cidadão sofreu atentado cruel.

Vivemos, Sr. Presidente, a hora dos contrastes, das contradições. Chocam-

se as palavras oficiais com os atos do cotidiano, do dia a dia. Há um desencontro entre o que se proclama e aquilo que se vê, aquilo que se constata, fazendo com que a população brasileira, perplexa, veja o futuro das instituições livres que tanto prezamos sob interrogação indecifrável.

Sr. Presidente, se em vários pontos do país a situação é esta, em alguns, como na Guanabara, o Estado policial, o Estado de força, que substituiu o Estado de Direito, se destaca, pela formação arbitrária, dilatoria, do cidadão que governa aquela unidade da Federação.

Aquela terra que todos nós nos habituamos a admirar e a sentir, ainda o centro político, o centro nervoso das grandes decisões políticas deste País; capital durante mais de duzentos anos e que ainda continua a capital na afeição dos brasileiros que usufruíam a convivência de seu povo alegre e acolhedor; pois nessa terra, Senhor Presidente, ontem, um grupo de intelectuais tentou reunir-se pacificamente, numa praça pública, sem armas, sem qualquer atitude agressiva, para o ato simples e corriqueiro de distribuir um manifesto, já publicado por toda a imprensa do País, difundindo sua leitura em todas as camadas da população.

Ocorreu, Sr. Presidente, que a Polícia da Guanabara, chefiando sicários armados de cassete e revólveres e de algumas das famosas "marchadeiras" daquele Estado, afrontou a norma do nº 11 do art. 141 da Constituição, impedindo a reunião pacífica, dissolvendo-a a bordoadas e prendendo intelectuais da maior projeção nas letras pátrias, como Antônio Calado, Márcio Moreira Alves, Joel Silveira, Hélio de Almeida e estudantes. Ainda mais, afrontando o Legislativo daquele Estado, arrastou também para a prisão o Deputado Paulo Ribeiro, que se identificou aos policiais, nem por isso merecendo consideração e respeito.

Além da iniquidade da prisão, a polícia tentou humilhar deputados e jornalistas, obrigando-os a se sentarem no meio-fio da calçada, para aguardar o veículo que os conduziu à Delegacia de Segurança Social.

Ora, Sr. Presidente, ouvimos ainda há pouco uma declaração, feita neste Senado, segundo a qual nunca este País gozou de tanta liberdade como no presente. É a liberdade de não ter garantia no lar, tantas e tantas vezes invadido por aí fora, mesmo depois de expirar a vigência daquele artigo do Ato Institucional, que permitia esse comportamento policial.

É liberdade das prisões sem culpa formada; de homens sem culpa formada, metidos nas enxovias durante dias e dias, sem conhecimento de qualquer autoridade judiciária, sem direito a falar com advogado, sem que se lhes conceda a elementar prerrogativa da defesa. É a liberdade de imprensa amordaçada, como no meu Estado onde há mais de seis meses, dois jornais estão fechados pela truculência de um tiranete que tomou, de assalto, o governo do Amazonas.

E ontem, na Guanabara, esse tipo estranho de liberdade repetiu-se com a dissolução violenta de reunião pacífica e a prisão de intelectuais de valor moral, com serviços prestados à Nação brasileira, na sua profissão, engrandecendo-lhe a cultura e se dedicando, sempre, ao longo de suas vidas inatacáveis, às boas causas.

Fica o registro, Sr. Presidente; fica o protesto. Dissolveram a reunião, pela força; roubaram propriedade alheia, os boletins com o Manifesto, como se com isso pudessem destruir a idéia e os princípios nele inseridos, que são imateriais, que são intangíveis, que estão na consciência de cada um de nós e que não serão jamais aniquilados. Negaram a praça, que é do povo, no dizer do poeta, ao povo. Continuário negando pelos dias afó-

ra. Mas não eliminarão da consciência do povo a sua vocação libertária, democrática. E esse povo continuará lutando pelo direito de pensar, de expressar seu pensamento pelas conquistas sociais, continuará lutando para ocupar uma posição na sociedade e tornar, em verdade, imbatível a liberdade em terras brasileiras.

Atentem os homens de formação ditatorial para os exemplos que a História oferece; atentem para o fim que têm tido, em todo o mundo, os ditadores — quase sempre ignóbeis, do ponto de vista moral, e sempre ignóbeis, do ponto de vista político; atentem para a marca indelével que estigmatiza os seus nomes na História, ferretados pela condenação de povos que já não aceitam a tirania, que não admitem mais a opressão.

Considero difícil a implantação de uma ditadura neste País. Tivemos a experiência de 37, e tenho a impressão que essa serviu de exemplo, escarmentou o nosso povo. Embora a formação humana do ditador, embora a grandeza do seu coração, não foram poucos os crimes praticados, à sua sombra, quando a voz do povo silenciou nas Assembléias por intermédio dos seus representantes e os protestos calaram na imprensa sob censura. Acho difícil a ditadura, porque as nossas Forças Armadas têm evidenciado a sua vocação democrática em todos os momentos em que intervieram na vida política, renunciando sempre à implantação de regime militar de força. Mas só isso não basta. É necessário que se alerte, é necessário que se brade, é necessário que se conclame o povo, as forças autênticas da inteligência e os homens idealistas que vestem farda para os desejos da minoria totalitária que quer impor a sua vontade, que é a vontade de suprimir a liberdade.

O Sr. Josaphat Marinho — Permite V. Exª um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Com prazer.

O Sr. Josaphat Marinho — Quero solidarizar-me com V. Exª no protesto que está fazendo contra as violências ontem ocorridas no Estado da Guanabara, praticadas pela polícia, ou sob a garantia da polícia, e atingindo jornalistas, intelectuais, professores, homens livres, enfim. O protesto de V. Exª, que é o de grande parte da opinião livre do País, há de encontrar a devida repercussão. Mas nós esperamos que, no dia 31 de março, os que porventura tenham que falar, louvando o governo, não se esqueçam de que precisam guardar certo pudor diante da opinião pública, não proclamando como ambiente de garantia e de liberdade o que aí está, de restrição e de violência.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Muito obrigado pelo aparte do eminente Senador pela Bahia, cuja autoridade para emitir esta opinião é irrecusável. Não é um político que tenha tido ligações com o governo deposto. A linha de independência de S. Exª, hoje, era a linha de independência: é ontem, numa atitude coerente, que exalta sua formação de homem público.

O Sr. Josaphat Marinho — Obrigado a V. Exª.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Poder-se-ia, em relação a mim, dizer que falo apaixonadamente, que dou dimensão maior aos fatos, que vejo com preverção o desenrolar dos acontecimentos, mas o mesmo já não se poderia alegar em relação ao Senador Josaphat Marinho, pela isenção com que S. Exª observa os eventos, ontem como hoje, condenando o que merece condenação, como já tem feito no atual estado da democracia brasileira. Seu aparte, portanto, é um reforço que considero de valor inestimável ao meu discurso, que dá pujança

maior às minhas palavras na condenação, também, à violência, à arbitrariedade, ao desrespeito aos direitos do cidadão.

Sr. Presidente, fica, pois, o meu protesto e a solidariedade que presto, neste momento, aos estudantes que sofreram aquela coação, ao Deputado ofendido nas suas prerrogativas, aos jornalistas Antônio Callado, Márcio Moreira Alves, Joel Silveira, ao engenheiro Hélio de Almeida, a esses homens ilustres que se estão dedicando ao trabalho bravo de fazer com que o Brasil seja também uma Pátria livre. (Muito bem! Muito bem!)

#### COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Joré Guilomard  
Zacharias de Assumpção  
Sigefredo Pacheco  
Menezes Pimentel  
Antônio Jucá  
Silvestre Péricles  
Arnon de Melo  
Vasconcelos Torres  
Moura Andrade — 8.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Adalberto Lima) — Val ser lido pelo Sr. 1º Secretário o projeto de lei justificado da tribuna pelo Sr. Faria Tavares.

É lido o seguinte

#### Projeto de Lei do Senado nº 11, de 1965

Cria o crédito profissional a favor de profissões autônomas ou sob regime de emprego.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os trabalhadores que exercem atividades autônomas, sob regime de emprego, ou liberal, terão direito a financiamento especial destinado à aquisição de ferramentas, instrumentos e acessórios de trabalho, nos termos da presente lei.

Art. 2º O financiamento assegurado no art. 1º será feito pelo Banco do Brasil, mediante a instituição de uma carteira de crédito profissional e, em convênio com ele, através dos demais estabelecimentos bancários e as Casas Econômicas federais e estaduais.

Art. 3º Os sindicatos de empregados, trabalhadores autônomos e profissões liberais deverão elaborar e atualizar, anualmente, se necessários, a relação das ferramentas, instrumentos e acessórios essenciais ao exercício das profissões por eles representadas.

§ 1º Somente poderão ser adquiridos, com as vantagens desta lei, os instrumentos, instrumentos e acessórios de uso individual do trabalhador, excluídos os que se prestem à industrialização que caracterize o sentido artesanal, profissional liberal ou cooperativo de que se devem revestir.

§ 2º Os benefícios aqui estipulados se estendem igualmente à compra de ferramentas, instrumentos de trabalho e acessórios que, não relacionados pelos sindicatos, sejam de uso e conhecimento técnico comuns.

Art. 4º De posse das relações, ou dos pedidos (§ 2º do artigo anterior), a repartição financiadora promoverá a coleta de preços com a descrição qualitativa de cada utensílio e indicará a firma ou firmas onde poderá ser adquirido.

Art. 5º O candidato ao crédito especial deverá preencher os seguintes requisitos:

a) capacidade profissional, comprovada pelo sindicato do requerente, e, na falta deste, por atestado de três profissionais de igual categoria, ou com a exibição de diploma expedido por escola oficial ou certificado de

habilitação conferido por repartição pública competente, nas profissões para cujo exercício estes forem exigidos;

b) carteira profissional e prova de prestação de serviço militar;

c) título de eleitor e prova de que votou nas últimas eleições, se for o caso; e

d) atestado de conduta e de idoneidade moral fornecido pelas autoridades policiais ou judiciárias.

Art. 6º Os bens adquiridos serão dados em penhor à entidade financiadora e o contrato será registrado no cartório de títulos e documentos competente, integrando as despesas de registro o total do empréstimo concedido.

Art. 7º O devedor que terá a posse das coisas empenhadas, é equiparado ao depositário, para todos os efeitos legais e não poderá delas dispor, sem consentimento escrito do credor.

Art. 8º O credor poderá verificar sempre, por si ou por pessoa que designar, a situação e o estado dos bens empenhados.

Art. 9º Quando se verificar a morte ou insolvência do devedor, ou rescisão do contrato, por inadimplemento deste o credor poderá requerer ao juiz competente que os bens passem para sua posse ou do depositário ou terceiros por ele indicados.

Art. 10. Os documentos exigidos serão apresentados à repartição financiadora em requerimento isento de selo, o qual terá solução no prazo de sessenta dias, a contar da data do pedido ou da satisfação das exigências feitas, nos termos do artigo 5º.

Parágrafo único. Deferido o pedido será expedida autorização de entrega à firma escolhida pelo requerente, se houver mais de uma conforme o que dispõe o art. 4º desta lei, ou à firma indicada pela repartição financeira, se nessa escolha convier, também, o requerente, devendo a entrega ser feita no prazo de 30 dias, sob pena de perda dos direitos da concorrência.

Art. 11. A inutilização dos instrumentos, ferramentas e acessórios, sem culpa de seu proprietário, não impedirá novo pedido de financiamento, para substituição ou aquisição de outros utensílios, desde que satisfeito o débito anterior.

Art. 12. O financiamento de que trata esta lei não excederá de vinte vezes o salário-mínimo da região e será resgatado em sessenta prestações mensais e iguais, a partir do 30º dia da concessão do empréstimo, que vencerá juros legais, sem acréscimos de quaisquer taxas ou emolumentos, aplicada a Tabela Price.

Art. 13. Quando a mercadoria financiada oferecer, por sua natureza, garantia plena de execução de cláusula de penhor, a que se refere o artigo 6º, mas exceder 20 vezes o salário-mínimo, a limitação do empréstimo será de 80% do total do valor de sua aquisição.

Art. 14. A repartição financiadora deverá reservar, pelo menos, um décimo de sua verba de aplicação de capital, para satisfação das exigências desta lei.

Parágrafo único. Exgotada a verba no exercício, os pedidos aguardarão oportunidade e serão atendidos por ordem estritamente cronológica.

Art. 15. Têm preferência para os direitos assegurados nesta lei as profissões constantes da relação que a acompanha.

Art. 16. Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor noventa dias após a sua publicação, e nesse prazo será regulamentada pelo poder executivo.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1965. — Senador Faria Tavares.

#### RELAÇÃO ANEXA AO PROJETO

- 1 — Agicultor, em regime de colono ou parceria agrícola ou proprietário autônomo, desde que em qualquer caso, só utilize no serviço pessoa de sua família.
- 2 — Agromensurador.
- 3 — Agrônomo.
- 4 — Alfaiate, sob regime de trabalho autônomo.
- 5 — Arquiteto.
- 6 — Artista plástico profissional.
- 7 — Assistente Social.
- 8 — Barbeiro e cabeleireiro, sob regime de trabalho autônomo.
- 9 — Bombeiro hidráulico.
- 10 — Borracheiro.
- 11 — Brinquedos, fabricante, sob regime artesanal.
- 12 — Carpinteiro.
- 13 — Ceramista, sob regime artesanal.
- 14 — Couro e peles, sob regime de trabalho autônomo.
- 15 — Costureiro, sob regime de trabalho a domicílio.
- 16 — Couteiro.
- 17 — Dentista comercial, sob regime autônomo.
- 18 — Eletricista.
- 19 — Enxadernador, sob regime artesanal.
- 20 — Enfermeiro.
- 21 — Ensino técnico-profissional, mestre e contra-mestre.
- 22 — Enxalhador em madeira.
- 23 — Estofador.
- 24 — Estudador.
- 25 — Fotógrafo profissional.
- 26 — Funileiro.
- 27 — Garção (vestuário profissional).
- 28 — Gasista.
- 29 — Joalheiro, sob regime artesanal.
- 30 — Jornalista.
- 31 — Lapidário, sob regime artesanal.
- 32 — Lastrador de calçados.
- 33 — Marceneiro.
- 34 — Mecânico.
- 35 — Médico.
- 36 — Médico veterinário.
- 37 — Metalúrgico.
- 38 — Motorista de caminhão de transporte de mercadorias, sob regime de trabalho autônomo, excluídas peças do veículo.
- 39 — Motorista de praça, sob regime de trabalho autônomo, excluídas peças de veículos.
- 40 — Música, fabricante de instrumento, sob regime de artesanato.
- 41 — Músico profissional.
- 42 — Odontologista.
- 43 — Ourives, sob regime de artesanato.
- 44 — Porteiro.
- 45 — Pedreiro.
- 46 — Pintor.
- 47 — Professor.
- 48 — Sapateiro, sob regime de artesanato.
- 49 — Serralheiro.
- 50 — Tecelão, sob regime de artesanato.
- 51 — Torneiro.
- 52 — Tipógrafo.
- 53 — Vendedor ambulante (veículo tração manual ou animal).

#### Justificação

Há mais de dez anos propugnamos pela instituição do crédito profissional no Brasil. Pela própria estrutura da organização bancária do país, os empréstimos de dinheiro sempre se fazem às médias e grandes organizações, ou a pessoas influentes, sem nenhuma preocupação do sentido social que, muitas vezes, deveriam assumir. Essa modalidade de financiamento às profissões autônomas e liberais se tornou, há muito, obrigatória em países como a França, a Suíça, a Itália e outros.

Por influência da opinião por nós aqui defendida, o ex-deputado Carlos

Lacerda, em 27 de maio de 1957, apresentou na Câmara dos Deputados o Projeto nº 2.418, visando à instituição do crédito profissional em cuja estrutura, em linhas gerais, se assenta a proposição legislativa que ora oferecemos à apreciação do Senado. Com a mesma inspiração alguns bancos, por iniciativa própria, começaram a praticá-lo com os mais auspiciosos e fecundos resultados. Com base nessa experiência, o Governo anterior deliberou criá-lo por decreto, que não chegou a ser executado.

Cremos desnecessário, em face da seu grande alcance, acentuar a dimensão social de seus objetivos, mormente agora, depois do início da implantação da reforma bancária. Não se pode obscurecer a gravidade do problema da dependência em que vivem muitos trabalhadores a um tipo de capital que se pode considerar verdadeiramente parasitário. Há, entretanto, dezenas de milhares de trabalhadores que vivem na condição de empregados apenas porque, até agora, não se lhes ensejou oportunidade de serem donos de seus próprios instrumentos de trabalho. É, possivelmente, mais de quarenta por cento do volume da produção nacional ainda dependem do esforço do operário engajado em atividades dessa natureza.

Cumpra por isso, ao poder público, sob a inspiração de princípios elementares de justiça social, por sobre a essa situação altamente prejudicial, não somente à nossa economia, como também, à estabilidade social. Não se há de combater o comunismo entre nós, tão somente com medidas policiais e repressivas, mas sobretudo, com a solução dos problemas e o combate aos privilégios, que tornam os ricos cada vez mais poderosos e os pobres cada vez mais sofridos. É uma das providências que podem contribuir, decisivamente para que se atinja esse objetivo, está exatamente na disciplina da distribuição do capital em poder dos bancos, o qual é muito mais de todos os que dos poucos que o manipulam. O crédito profissional enquanto o Estado não houver por bem impô-lo à rede bancária particular, deve ser instituído através dos estabelecimentos oficiais, principalmente, o Banco do Brasil e as Casas Econômicas Federais.

Essa a finalidade do projeto que temos agora, ensejo de submeter ao beneplácito do Senado e, pois, do Congresso Nacional. Por cremos nos seus fundamentos de justiça, acreditamos na colida que lhe dará o Poder Legislativo Federal.

Sala das Sessões em 26 de março de 1965. — Faria Tavares.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Social e de Finanças.

#### O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa requerimentos de informações, que vão ser lidos.

São lidos os seguintes

#### Requerimento nº 89, de 1965

Nos termos do Regimento Interno, requerio à direção da Petrobrás, por intermédio do Ministério de Minas e Energia, as informações seguintes:

a) Relação nominal dos empregados da Petrobrás cujos contratos de trabalho foram rescindidos depois de 1º de abril de 1964, especificando a função que exerciam, tempo de serviço, motivo da dispensa, indenização paga e cursos de especialização porventura feitos às expensas da Petrobrás ou do C.N.P.

b) Teor dos pareceres do EDIPE e do ECOPE hoje integrando o Departamento Comercial da Empresa, sobre a cessão de espaço na base de

armazenamento de Ilhéus às distribuidoras privadas, especificando as datas em que foram preferidos.

c) Informar o valor, em dólares, das importações de óleo cru, equipamentos, matérias-primas e outras matérias durante o ano de 1964, e como foram pagas essas importações.

d) Teor dos protocolos assinados com os clientes da Petrobrás pelos quais são assegurados à empresa estatal os fornecimentos essenciais ao seu programa de trabalho, principalmente no que se refere ao refino de óleo cru.

e) Informar a disponibilidade mensal em dólares efetivamente posta à disposição da Petrobrás e aplicada, durante o ano de 1964.

f) Informar qual a importância, em cruzeiros, que a Petrobrás tem em depósito no Banco do Brasil.

g) Remeter ao requerente coleção de exemplares do Boletim da Assessoria Econômica, referentes aos anos de 1963 e 1964.

h) Idem, idem, dos mesmos anos, dos Boletins do Departamento de Exploração.

i) Teor dos contratos firmados nos últimos três anos pela Assessoria de Contratos para tarefas de perfuração, exploração e Geofísica.

S. S., em 25 de março de 1965. — Arthur Virgílio.

### Requerimento nº 90, de 1965

Nos termos do Regimento Interno requerido, por intermédio da Mesa do Senado, ao Exmo. Sr. Ministro de Minas e Energia, as informações seguintes:

I — Quais os Executores do Ministério de Minas e Energia durante o ano de 1964, designados ou em função, para a aplicação das verbas orçamentárias ou extra-orçamentárias, destinadas ao mesmo Ministério?

Especificar a qualificação funcional de cada um e as rubricas específicas pela execução das quais são ou foram responsáveis, com os respectivos montantes.

II — Qual o total das aquisições feitas por intermédio desses Executores?

Especificar a data das compras, destinação, valor de cada uma delas e quais as firmas vendedoras.

III — Quais as aquisições feitas por concorrência pública e coleta de preços durante o ano de 1964?

IV — Quais as razões que justificam as compras serem feitas por intermédio de Executores e não diretamente pelo Ministério ou pelas entidades beneficiárias das dotações?

V — Quantas aquisições efetuadas por intermédio de Executores foram sob o critério de concorrência pública e quantas mediante simples coleta de preços?

VI — Quais as medidas tomadas pelo Ministério para defender o povo e a economia nacional da alta considerada de preços de energia elétrica, equipamentos, medidores, etc.?

S. S., em 25 de março de 1965. — Arthur Virgílio.

### O SR. PRESIDENTE:

Os requerimentos que acabam de ser lidos não dependem de apóiamiento, discussão e deliberação do Plenário. São, depois de publicados, despatchados pela Presidência. (Pausa.) Sobre a mesa ofícios, que vão ser lidos:

São lidos os seguintes:

### GABINETE DO LÍDER DO PTB

Of. nº 73-65-LEG.

Em 26 de março de 1965.

Senhor Presidente:

Na forma do Regimento, indico a Vossa Excelência, para representar o Partido Trabalhista Brasileiro na Comissão Mista que dará parecer ao

Projeto de Emenda à Constituição, nº 1-65, que "Acrescenta parágrafo ao art. 157 da Constituição" o Deputado Abreu de Carvalho, em substituição ao Deputado Floriceno Paixão.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os meus protestos de estima e elevada consideração. — Chagas Rodrigues — Vice-Líder do P.T.B., no exercício da Liderança.

### GABINETE DO LÍDER DO PTB

Of. nº 74-65-LEG.

Em 26 de março de 1965.

Senhor Presidente do Congresso Nacional:

Na forma do Regimento, indico a Vossa Excelência, para representar o Partido Trabalhista Brasileiro na Comissão Mista que dará parecer ao Projeto de Emenda à Constituição, nº 1-65, que "Acrescenta parágrafo ao artigo 157 da Constituição" o Deputado Osvaldo Lima Filho, em substituição ao Deputado Pedroso Júnior.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os meus protestos de estima e elevada consideração. — Chagas Rodrigues — Vice-Líder do P. T. B., no exercício da Liderança.

### O SR. PRESIDENTE:

A Presidência designa os Senhores Deputados Alceu de Carvalho e Osvaldo Lima Filho, para substituírem respectivamente, os Srs. Deputados Floriceno Paixão e Pedroso Júnior, na Comissão do Projeto de Emenda à Constituição nº 1-65. (Pausa)

Esgotada a hora do Expediente, passa-se à

### ORDEM DO DIA

Item 1:

Discussão, em turno de segunda tramitação (1º dia), do Projeto de Emenda à Constituição nº 8, de 1963 (nº 2-A-63 na Câmara dos Deputados), que dá nova redação ao § 1º do art. 28 da Constituição Federal (que estabelece os casos em que os Prefeitos das Capitais sejam nomeados pelos Governadores dos Estados), tendo parecer favorável, sob número 701, de 1963, da Comissão Especial.

Em discussão o projeto, no primeiro dia do segundo turno, da sua segunda tramitação no Senado (Pausa)

Nenhum dos Srs. Senadores desejando fazer uso da palavra, declaro encerrada a discussão, em seu primeiro dia.

O projeto voltará à Ordem do Dia para prosseguimento do segundo turno.

Item 2:

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 79, de 1965) do Projeto de Resolução nº 94, que suspende a execução do art. 4º da Lei Federal nº 499, de 29 de novembro de 1948, julgada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.

Em discussão a Redação Final.

(Pausa)

Nenhum dos Srs. Senadores desejando fazer uso da palavra, declaro encerrada a discussão.

Encerrada a discussão sem emenda, e não havendo requerimento no sentido de que a redação final seja submetida a voto, será ela considerada como definitivamente aprovada, sem votação, nos termos do art. 316, "a", do Regimento Interno.

O projeto irá à promulgação.

E a seguinte a Redação final aprovada:

Redação final do Projeto de Resolução nº 94, de 1964:

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 84, da Constituição Federal e eu, promulgo a seguinte

### RESOLUÇÃO Nº 1965

Suspende a execução do art. 4º da Lei nº 499, de 29 de novembro de 1948.

Art. 1º E' suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal em sessão de 8 de junho de 1956, no Recurso Extraordinário nº 27.850, do Distrito Federal, a execução do art. 4º da Lei nº 499, de 29 de novembro de 1948.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

### O SR. PRESIDENTE:

(Adalberto Sena) —

Item 3:

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 115, de 1965) do Projeto de Resolução nº 106, de 1964, que suspende relativamente aos magistrados a execução do art. 3º da Lei nº 1.474, de 26 de novembro de 1951.

Em discussão. (Pausa)

Se nenhum dos Srs. Senadores pedir a palavra para a discussão, dá-lhe como encerrada. (Pausa)

Encerrada.

Encerrada a discussão sem emenda e não havendo requerimento no sentido de que a redação final seja submetida a voto, será ela considerada como definitivamente aprovada, sem votação, nos termos do art. 316, "a", do Regimento Interno.

O projeto irá à promulgação.

E o seguinte o projeto aprovado:

Redação final do Projeto de Resolução nº 106, de 1964.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 84 da Constituição Federal e eu, promulgo a seguinte

### RESOLUÇÃO

Nº ...., de 1965

Suspende, relativamente aos magistrados, a execução do art. 3º da Lei nº 1.474, de 26 de novembro de 1951.

Art. 1º E' suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal, na sessão de 29 de outubro de 1954, no Recurso Extraordinário nº 25.265, do Distrito Federal a execução, relativamente aos magistrados, do art. 3º da Lei número 1.474, de 26 de novembro de 1951, que acresce o Imposto de Renda de um adicional a ser cobrado em caráter compulsório.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

### O SR. PRESIDENTE:

(Adalberto Sena) — Está esgotada a matéria da Ordem do Dia.

### O SR. EURICO REZENDE:

Sr. Presidente, peço a palavra como Líder de Partido.

### O SR. PRESIDENTE:

(Adalberto Sena) Traz a palavra o nobre Senador Eurico Rezende.

### O SR. EURICO REZENDE:

(Sem revisão do orador. Como Líder de Partido) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, ouvimos, com a aten-

ção que sempre nos merece o discurso que acaba de ser pronunciado pelo eminente Senador Arthur Virgílio, que nesta Casa, não tem perdoado, ao contrário, com muito passionalismo e com bastante violência, o esforço revolucionário para que se assegure a tranquilidade neste País.

Dentro das afirmativas por S. Exa. formuladas destaca-se a referência feita ao episódio de rua verificado, ontem pela manhã, no Estado da Guanabara.

S. Exa. nega à autoridade policial o direito de exercer a prevenção contra agitações populares, com todas as características de delatérias, que se encontravam, então, na linha da perspectiva e de iminência.

O Sr. Josaphat Marinho — Pelo mite V. Exa. um aparte?

O SR. EURICO REZENDE — Com prazer.

O Sr. Josaphat Marinho — Porque li, nos jornais, tratava-se apenas de distribuição, por jornalistas, profissionais liberais e intelectuais, de folhetos contendo o manifesto dos intelectuais, largamente publicado pela imprensa. Daí causar-me estranheza a afirmativa de V. Exa. de que se tratava de reunião com características de perturbação da ordem pública.

O SR. EURICO REZENDE — A mim, Sr. Senador Josaphat Marinho não causa estranheza. Estranheza e suspeita causaria a nós outros a omissão da polícia. Lembro-me perfeitamente — porque o fato é recentíssimo, creio que desta semana — quando o eminente Senador Arthur Virgílio leu, nesta Casa, o manifesto dos intelectuais, cuja tentativa de distribuição foi objeto da ação policial de ontem.

Nenhum intelectual, nenhum jornalista, nenhum homem de pensamento sofreu qualquer repressão ou punição pelo fato de haver redigido, de haver firmado e de haver divulgado amplamente aquele manifesto, no que o Governo da República deu demonstração cabal de garantia ao direito sagrado de liberdade de pensamento e de sua divulgação.

O Sr. Josaphat Marinho — Permite V. Exa. nova intervenção? (Assentimento do orador) — Mas a distribuição para ontem planejada eu igual e caracteristicamente exercício de direito assegurado pela Constituição.

O SR. EURICO REZENDE — V. Exa., Sr. Senador Josaphat Marinho, está mais uma vez julgando a ação do Governo com absoluto rigorismo e com uma ornamentação democrática que pode, embora de boa-fé, servir de instrumento de defesa a ameaças à tranquilidade política e provocações ao Governo Federal.

Quando sentir que há efetiva ameaça à ordem pública ou já perturbação da ordem pública, estará condenando o ato, ao lado de V. Exa. Mas, até aqui, ninguém caracterizou, no procedimento dos que pretendiam distribuir os folhetos, ação subversiva ou perturbadora da ordem pública. Exercitavam esses cidadãos, confiantes na Constituição e nas declarações do próprio Presidente da República, um ato perfeitamente legítimo e normal, num regime que não precisa ser de pureza democrática, mas de relativa segurança dos direitos individuais — a distribuição de um documento que não sofreu condenação, quando publicado.

O SR. EURICO REZENDE — Agradeço o aparte de V. Exa. e, neste, oportunidade que me oferece de procurar destruí-lo.

V. Exa. sabe — frade maior que é do direito constitucional — que a realização de qualquer comício depende não de licença, mas de prévia comunicação à autoridade policial.



O Sr. Josaphat Marinho — Rele-me V. Exa. que o convida a permanecer no leito do debate. V. Exa. diz que vai destruir um aparte e com isso de comício. As vítimas da violência policial não estavam realizando comício, não pretendiam fazê-lo. Queriam, apenas distribuir folhetins.

O SR. EURICO REZENDE — A Comunicação para efeito de realização de comício — e vamos discutir a respeito da aceção comício.

O Sr. Josaphat Marinho — Vamos fazê-lo.

O SR. EURICO REZENDE — ... depende, além da comunicação à Polícia, do uso do direito que tem a autoridade policial de localizar o comício. V. Exa. não é provinciano em matéria de interpretação de lei; V. Exa. não é primário na interpretação das palavras e da sua significação jurídico-constitucional. Ao contrário, V. Exa. é uma das inteligências, não só mais respeitadas como mais aplaudidas e festejadas neste Parlamento...

O Sr. Josaphat Marinho — Vossa Exa. é excessivamente generoso.

O SR. EURICO REZENDE — ... e sabe que comício significa a propagação coletiva de uma idéia, de uma diretriz, de um pensamento ou de uma conveniência e a característica extrínseca, fundamental do comício é o ato público. Pergunto, então, a V. Exa. qual o objetivo daquele grupo de jornalistas e de estudantes quando procurou o Largo de São Francisco — um dos mais movimentados, não só do Rio de Janeiro, senão de todo o País — senão o de disciplinar e de dar dinamismo presencial, no meio do povo, às suas idéias e reivindicações? Pergunto a V. Exa.

O Sr. Josaphat Marinho — Vossa Exa. me desculpe: pela primeira vez ouço um homem de inteligência, e de inteligência fulgurante...

O SR. EURICO REZENDE — O conceito de inteligência já o esgotei no elogio que fiz a V. Exa. Acho que não tenho essa inteligência.

O Sr. Josaphat Marinho — ... dar uma interpretação como essa. Se a idéia de comício, firmada por Vossa Excelência, prevalecesse, desgraçadamente já não teríamos resquício de regime democrático: estaríamos em pleno regime policial. A idéia de comício, meu nobre colega, sobretudo em face da Constituição, implica a convocação e a reunião para que homens e mulheres ouçam, em discursos, em orações, a explanação de idéias, sobretudo de idéias políticas.

O SR. EURICO REZENDE — Essa é uma interpretação literária.

O Sr. Josaphat Marinho — É noção universal, não é só noção do direito nacional! O comício pressupõe a concentração de massa para ouvir oradores. Tal não ocorreu na Guanabara, no dia de ontem. Houve, apenas, homens silenciosos, que compareceram, com folhetins, para distribuí-los. Nada mais!

O SR. EURICO REZENDE — Excelência, continuo respondendo a V. Exa. Confesso, entretanto, que estou estranhando V. Exa. pois, hoje, está inteiramente desfigurado, em matéria de interpretação.

O Sr. Josaphat Marinho — Compreendo. V. Exa. faz, nesta Casa, o papel de advogado do diabo.

O SR. EURICO REZENDE — E creio mesmo que, pela primeira vez, nesta Casa, V. Exa. argumenta com malícia. Volto a perguntar a V. Exa. Sr. Senador Josaphat Marinho: o comício exige, fundamentalmente, a figura do orador?

O Sr. Josaphat Marinho — O comício exige.

O SR. EURICO REZENDE — Muito bem. Então vamos examinar o caso da reunião pública que motivou o discurso do eminente Senador Arthur Virgílio, qual o objetivo do trabalho, da tarefa de um orador. Temos, Sr. Senador Josaphat Marinho, que verificar, no fato, as suas consequências e as suas implicações. Perguntaria, então, se houvesse meia dúzia de pessoas de nenhuma projeção cultural, de nenhuma projeção social, realizando um comício num determinado ponto do Rio de Janeiro, com vários oradores, alguns até, estentóreos, e um grupo de intelectuais, de estudantes de vanguarda universitária, gente cuja palavra tem o dom de causar a maior repercussão, neste País, como repercussão causou o manifesto dos intelectuais. V. Exa. encararia com um ato mais sério e de maior penetração na opinião pública aquele primeiro agrupamento, ou este segundo agrupamento — no caso, o comício tentado no Largo de São Francisco?

O Sr. Josaphat Marinho — Meu nobre colega, partimos de pressupostos diferentes. Não havia comício a realizar-se. Quando se prevê a necessidade de licença para a realização de comício, é exatamente...

O SR. EURICO REZENDE — Não há licença. Excelência; a Lei não cuida de licença.

O Sr. Josaphat Marinho — E' licença porque, sem essa autorização, não é legítima a reunião.

O SR. EURICO REZENDE — Comunica à Polícia, que para isso estabeleceu o local.

O Sr. Josaphat Marinho — Mas isto se faz para que seja resguardada a ordem pública, porque a Polícia, as autoridades não sabem o que al ser dito ou exposto por quem convoca a reunião. Então, toma-se a medida de precaução de guardar a praça pública, de velar pela segurança da população, a fim de que atos ou provocações não venham a atingir a tranquilidade dos cidadãos. No caso, não. Tratava-se, simplesmente, de dar maior propaganda a um documento largamente conhecido, em todos os seus termos. A Polícia sabia precisamente qual era o conteúdo do documento. Não havia novidade a ser levada ao conhecimento público.

O SR. EURICO REZENDE — Permite-me V. Exa. agora "um aparte?"

O Sr. Josaphat Marinho — Pois não!

Releve-me V. Exa. Não o interromperei mais. Pretendia apenas esclarecer. Se V. Exa. considera longo o aparte, só lhe devo desculpas e silêncio.

O SR. EURICO REZENDE — V. Exa. deve entender que procurei dar à nossa interlocução um tom também de suavidade jocosa. Não tive absolutamente o propósito de erradicar seu direito de me apartear, o que aliás me honra e muito enriquece meu discurso, notadamente hoje, quando V. Exa. está num péssimo dia e eu, mercê da sua fraqueza acidental, estou numa posição tão auspiciosa.

O Sr. Josaphat Marinho — Muito obrigado. São sempre considerados em péssimo dia os que estão na defesa dos fracos, lutando contra os fortes! (Muito bem!)

O SR. EURICO REZENDE — Ora, Sr. Presidente, essa gente não foi ao Largo de São Francisco exclusivamente para entregar o manifesto. Esse, como acaba de acentuar, no seu último aparte, o eminente Senador Josaphat Marinho, foi largamente, — expressão usada por S. Exa. — divulgado, através da televisão, através do rádio e através da imprensa, e, por via de consequência, percorreu,

digamos assim, todas as coronárias da opinião pública. Esse grupo de intelectuais, não se contentou, ao contrário deve ter ficado revoltado porque o Governo não o puniu pela divulgação do manifesto. Resolveu, então, ir para a praça pública mobilizar a opinião pública, estabelecer num Estado cujas lutas políticas são marcadas pelo radicalismo, que é o Estado da Guanabara, estabelecer ali o debate, estabelecer ali a atmosfera do protesto, colocar brasileiros que apoiam a revolução contra brasileiros que são contra a revolução e, armando fatos e circunstâncias capazes de, na velocidade das emoções e das paixões do momento, criar-se, até mesmo, conflitos de imprevisíveis consequências.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, aquela reunião foi uma reunião de provocação ao Governo Federal, buscando agitar a opinião pública, buscando dar dinamismo às idéias, às reivindicações e aos reclamos consubstanciados naquele manifesto que, digo e repito uma vez divulgado, não provocou nenhuma reação punitiva da parte do Governo Federal — ao contrário, passou a integrar os Anais desta Casa do Congresso Nacional e mereceu de nós outros, que defendemos o Governo, palavras de respeito e de compreensão. Mas o que não pode, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é o Governo ficar omissos, de mãos cruzadas, dedicando indiferentismo que poderia ser criminoso num ato de nítida provocação diante do Governo Federal e do esforço revolucionário. Mas deixamos de lado a figura do comício, já que existe, a respeito, controvérsia entre mim e o eminente Senador Josaphat Marinho, e ingresseemos no texto constitucional, cujo art. 141, § 11, reza o seguinte, in verbis:

"Todos podem reunir-se, sem armas, não intervindo a polícia senão para assegurar a ordem pública. Com esse intuito, poderá a polícia designar local para a reunião, contanto que, assim procedendo, não a frustre ou impossibilite."

Pergunto à Casa, Sr. Presidente, já que o eminente Senador Josaphat Marinho parece agastado e não mais quer apartear-me, se o Largo de São Francisco é local designado pela polícia para reuniões. O que desejou o grupo de intelectuais e de estudantes, por coincidência todos eles contra a revolução, foi estabelecer uma faixa poderosa, presencial, atuante, de provocação.

Sr. Presidente, eu que tenho sensibilidade, que dedico absoluta compreensão ao exercício das franquias do Direito Constitucional, não vejo, na ação policial preventiva desenvolvida ontem na Guanabara, nenhum atentado à Constituição, nenhuma violência à liberdade de pensamento e de expressão. Ao contrário, a atitude firme, instantânea, imediata de um governo que proclamou, aos quadrantes deste País, que as badernas das ruas, a agitação deletéria dos sindicatos, as greves de caráter político, não mais voltarão, para que a família brasileira desfrute de paz, de tranquilidade e de bem-estar e para que o trabalho gigantesco do Governo da República, com a compreensão deste Congresso, realize a tarefa redentora da salvação administrativa, econômica e moral deste País.

Sr. Presidente, aqueles que examinarem, com isenção, os acontecimentos de ontem na Guanabara deverão lamentar não a atitude do Governo, mas a desenvoltura, a euforia provocativa, a ameaça de perturbação à ordem pública praticada por estudantes e intelectuais que, em todos os instantes, em todas as ocasiões e em quaisquer circunstâncias, vêm se colocando na linha de frente procurando anular

o esforço revolucionário e saneador do Governo Federal.

Há uma diferença, Sr. Presidente, entre o quadro atual e o quadro procurado em 31 de março do ano passado. No Governo anterior realizavam-se comícios, provocava-se a baderna, ameaçava-se o Congresso, procurava-se, pela violência, subverter as instituições democráticas, e o Governo se omitia, porque entendia que, naquele espetáculo, estava a mais bela floração democrática.

Hoje, no respeito à lei e à Constituição, o Governo entende que deve manter a ordem pública e realizar integralmente, dentro da legalidade, os objetivos, as metas e as finalidades da revolução democrática.

Que venham outras denúncias de alegadas violências do Governo. Esta de nada valeu, de nada vale diante de um exame amadurecido e sem passionalismo. É uma denúncia de matéria plástica e esta cai em cacôs pelo chão sem repercussão no espírito dos responsáveis por este País, que procuram discernir fazer o joelramento, e na isenção da análise, verificar que o Governo federal não abdica do seu direito e, mais do que do seu direito, do seu dever de impedir, com os instrumentos legais, a anarquia e a baderna. (Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE: (Adalberto Sena) — Não há orações inscritas. (Pausa.)

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão, designando para a próxima segunda-feira, a seguinte

ORDEN DO DIA:  
SESSÃO DE 29 DE MARÇO DE 1965  
(SEGUNDA-FEIRA)

1  
PROJETO DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 8, DE 1963.

Discussão, em primeiro turno de segunda tramitação (1º dia), do Projeto de Emenda à Constituição nº 8, de 1963 (nº 2-A/63 na Câmara dos Deputados), que dá nova redação ao § 1º do art. 28 da Constituição Federal (que estabelece os casos em que os Prefeitos das Capitais sejam nomeados pelos Governadores dos Estados), tendo Parecer favorável, sob nº 701, de 1963, da Comissão Especial.

REDACÇÃO FINAL — PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 117, DE 1964

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu parecer nº 114, de 1965) do Projeto de Decreto Legislativo nº 117, de 1964 (nº 70-A/61, na Casa de origem), que mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório do registro ao contrato celebrado, aos 5 de outubro de 1953, entre a Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Campanha e a firma Sociedade Técnica Construtora Ltda.

REDACÇÃO FINAL — PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 135, DE 1964

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu parecer nº 113, de 1965) do Projeto de Decreto Legislativo nº 135, de 1964 (nº 75-A/63, na Casa de Origem), que mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de acordo, de 28 de maio de 1954, celebrado entre o Governo da União e o do Estado da Bahia.

Está encerrada a sessão.  
(Levanta-se a sessão às 16 horas e 20 minutos.)



## SENADO FEDERAL

## RETIFICAÇÃO DE NOMINAÇÃO

Retificando-se o nome de Vicente Calvo Lima, que figura na relação de Membros PL-10, publicada no Diário do Congresso Nacional, Seção II, de 23 de fevereiro do ano em curso, para Henrique Alberto de Lima, que

foi o admitido em seu lugar e cujo nome deixou de figurar, por equívoco, na citada relação, devendo ser compensado mediante as formalidades legais.

A presente retificação foi autorizada pela Comissão Diretora. Brasília, 3 de março de 1955. — *Eduardo Mendes Vianna*, Diretor-Geral.

## ATA DAS COMISSÕES

## Comissão de Constituição e Justiça

## 3ª REUNIAO, ORDINARIA, REALIZADA NO DIA 17 DE MARÇO DE 1955

As 10:30 horas do dia 17 de março de 1955, na Sala das Comissões sob a presidência do Senhor Senador Afonso Arinos, presentes os Senhores Senadores Antônio Balbino, Edmundo Levi, Meneses Pimentel, Josphat Marinho, Jefferson de Aguiar e Arthur Virgílio, reúne-se a Comissão de Constituição e Justiça.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Wilson Gonçalves, Ruy Carneiro, Bezerra Neto, Heribaldo Vieira e A. de Carvalho.

Após a leitura dos trabalhos, o Senhor Presidente agradece, muito efusivamente, aos seus companheiros a sua recondução à presidência da Comissão.

Dos projetos constantes da pauta, são relatados os seguintes:

*Pelo Senador Jefferson de Aguiar.*

— pela rejeição do Projeto de Constituição nº 21-61 — Dispõe sobre a aposentadoria do pessoal do Senado compulsoriamente transferido para Brasília, em 1960; do Projeto de Lei da Câmara nº 284-64 — Altera a Lei nº 4.068-B, de 12 de junho de 1962 que assegura a isenção do imposto de renda e adicional às indústrias de beneficiamento e de artefatos de borracha e às de beneficiamento de juta localizadas na Amazônia. Este projeto foi rejeitado por infundação, tendo em vista a exposição feita pelos Senadores Edmundo Levi e Arthur Virgílio.

— pela aprovação, com emenda substitutiva, do Projeto de Lei da Câmara nº 11-65 — Estende o direito à prisão especial aos guardas civis dos Estados e Territórios.

— pela aprovação, com emenda, do Projeto de Lei da Câmara nº 324-64 — Dispõe sobre a organização do Conselho Nacional de Serviço Social e fixa as respectivas atribuições, tendo em vista o pagamento de dotações orçamentárias e entidades privadas.

— pela aprovação, com Projeto de Resolução do Ofício nº 1.592-P, de 13 de dezembro de 1964 do Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal sobre a Representação nº 602 do Estado da Guanabara.

Submetidos os pareceres à discussão e votação, sem restrições, são aprovados com exceção do Projeto de Lei da Câmara nº 11-65 em que votou contra o Senhor Senador Josphat Marinho, que foi vencido.

Quanto ao Projeto de Lei da Câmara nº 74-59 — Dispõe sobre a correção do valor original dos bens do ativo das empresas de energia elétrica, o Sr. Senador Antônio Balbino propõe que sejam ouvidos os Ministérios das Minas e Energia e o Diretor da Divisão de Águas do Departamento Nacional da Produção Mineral do Ministério das Minas e Energia, proposta que foi aprovada unanimemente.

*Pelo Senador Antônio Balbino:*

— pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 123-64 — Aprova o ato do Tribunal de Contas que recusou registro ao termo de contrato de compra e venda do lote rural número 110, do Núcleo Colonial São Bento, 2ª etapa, situado no 4º Distrito de Belfort Roxo, Município de Nova Iguaçu; do Projeto de Decreto Legislativo nº 124-64 — Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório ao termo aditivo de contrato celebrado com Joaquim Ferreira Lima, para desempenhar a função de Auxiliar de Dentista; pela aprovação, com emenda substitutiva, do Projeto de Lei do Senado nº 75-64 — Estabelece normas para a remessa e apreciação dos atos denegatórios de registro e registro sob reserva do Tribunal de Contas, no Congresso Nacional e das outras providências.

Submetidos os pareceres à discussão e votação, sem restrições, são aprovados.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Maria Helena Bueno Brandão, Secretária, a presente ata que, aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

## Comissão de Relações Exteriores

## ATA DA 2ª REUNIAO ORDINARIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES, REALIZADA AS 15 HORAS, DE 18 DE MARÇO DE 1955

Sob a presidência do Senhor Senador Benedito Valladares, presentes os Senhores Senadores Pessoa de Queiroz, Rui Palmeira, Meneses Pimentel, Rui Palmeira, Oscar Passos, Vivaldo Lima e Ruy Carneiro, e com a ausência justificada dos Senhores Senadores Filinto Müller, José Guimard, Antônio Carlos, José Cândido e Aarão Steinbruch, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores.

O Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Meneses Pimentel, que relata, favoravelmente, o Projeto de Decreto Legislativo nº 45, de 1953, que aprova o texto do Protocolo de Emenda ao Artigo 59, item "a", da Convenção de Aviação Civil Internacional, assinada pelo Brasil e diversos outros países. E, sem debate, adotado pela Comissão o parecer.

Segue-se com a palavra o Senhor Senador Rui Palmeira que dá parecer favorável ao Requerimento nº 27, de 1955, do Senhor Senador Gilberto Marinho e outros Senhores Senadores, solicitando consignação em ata de um voto de congratulações do Senado Federal, pela elevação do Arcebispo de São Paulo, D. Agnelo Rossi, ao cardinalato. A Comissão aprova o parecer.

O Senhor Presidente dá o conhecimento de recebimento de indicação do Senhor Senador Vasconcelos Torres, solicitando seja convocado o Senhor Mário Aloisio Cardoso de Miranda, Ministro para Assuntos Comerciais, junto à Embaixada do Brasil em Lisboa, a fim de, perante a Comissão de Relações Exteriores, prestar esclarecimentos sobre a situação do comércio exterior, no país em que atua e, bem assim, em toda a Europa. O Senhor Presidente lembra que, na for-

ma regimental, somente Ministros do Estado poderão ser convocados perante Comissão ou o Senado, para prestar esclarecimentos; poder-se-ia, no entanto, para o fim constante do requerimento, convidar o indicado. É aceita pela Comissão, por unanimidade, a sugestão do Senhor Presidente, desde que o Senhor Mário Aloisio Cardoso de Miranda se encontre no Brasil.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Antônio de Araújo Costa, Oficial Legislativo PL-6, servindo de Secretário, a presente Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

## Comissão de Redação

## ATA DA 8ª REUNIAO REALIZADA AOS 22 DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE 1955

(EXTRAORDINARIA)

As dezesseis horas do dia vinte e dois do mês de março do ano de mil novecentos e sessenta e cinco, reunem-se, extraordinariamente, na Sala das Sessões, a Comissão de Redação, sob a Presidência eventual do Senhor Senador Walfrido Gurgel, presentes os Senhores Senadores Josphat Marinho e Eurico Rezende.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Dix Huit Rosado, Presidente; Antônio Carlos, Vice-Presidente; Sebastião Archer.

A Comissão aprova o parecer em que o Senhor Senador Josphat Marinho requer a volta do Projeto de Resolução nº 78, de 1964, que suspende, por inconstitucionalidade, as Leis ns. 503-52; 544-53 e 505-55, todas no Estado da Bahia, à Comissão de Constituição e Justiça para reexame da matéria, tendo em vista as divergências verificadas quanto ao número da Lei nº 506, de 6 de março de 1955.

Nada mais havendo que tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Sarah Abrahão, Secretária, a presente ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

## ATA DA 9ª REUNIAO REALIZADA AOS 23 DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE 1955

Extraordinária

As dezesseis horas do dia vinte e três do mês de março do ano de mil novecentos e sessenta e cinco, reunem-se, extraordinariamente, na Sala das Sessões, a Comissão de Redação sob a Presidência eventual do Senhor Senador Sebastião Archer, presentes os Senhores Senadores Walfrido Gurgel e Josphat Marinho.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Dix Huit Rosado, Presidente e Antônio Carlos, Vice-Presidente.

A Comissão aprova os seguintes pareceres em que os Senhores Senadores Walfrido Gurgel e Josphat Marinho apresentam as redações dos projetos abaixo:

I — Senador Walfrido Gurgel

a) redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 101, de 1964 (nº 24-A-63, na Casa de origem), que mantém o registro da despesa de Cr\$ 8.000 (oito mil cruzreiros), feito "sob reserva" pelo Tribunal de Contas da União, referente ao pagamento a Déa Jansen de Sá do aluguel de grupo de salas ao Ministério da Saúde;

b) redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 127, de 1964 (nº 42-A-63, na Casa de origem), que mantém o ato do Tribunal de Contas da União, denegatório de registro ao

contrato celebrado, aos 31 de dezembro de 1953, entre o Governo do Território Federal do Rio Branco e Petronio Mota de Oliveira;

c) redação final do Projeto de Lei do Senado nº 15, de 1962, que permite a remoção ex officio para a carreira de servidor público ou autarquias da União;

d) redação das emendas do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 1953 (nº 3.394-C-51) na Casa de origem, que dispõe sobre a regulamentação de profissionais diplomados em Engenharia, Arquitetura e Agronomia;

e) redação do vencido (substitutivo da C.O.J.) para 2º turno do Projeto de Lei do Senado nº 22, de 1953 que inclui estradas no Plano Rodoviário Nacional.

I — Senador Josphat Marinho

a) redação final do Projeto de Resolução nº 21, de 1955, que suspende, em parte, a execução do art. 2º da Lei nº 4.702 de 23 de outubro de 1963, do Estado de Goiás.

Nada mais havendo que tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Sarah Abrahão, Secretária, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

## Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas

## 2ª REUNIAO REALIZADA EM 24 DE MARÇO DE 1955

As 16:00 horas, do dia 24 de março de 1955, na Sala das Comissões, presentes os Srs. Senadores Lopes de Costa, Presidente; Sebastião Brandão, José Leite e Arnon de Mello, reúne-se a Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas.

Deixou de comparecer, por motivo justificado o Sr. Senador Mello Brandão.

É dispensada a leitura da ata da reunião anterior, e, em seguida, aprovados os projetos constantes da pauta, são relatados os seguintes:

*Pelo Senador José Leite*

pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 1955, que dá a denominação de "Rodovia Vital Brasil" à BR-32.

para que seja sobrestado o andamento do Projeto de Lei da Câmara nº 291, de 1964, que concede, pelo prazo de dois anos isenção dos impostos de importação e consumo, para importação de material destinado à fabricação de máquinas rodoviárias, de acordo com os planos de nacionalização aprovados pelo Grupo Executivo da Indústria de Máquinas Agrícolas e Rodoviárias. (GEIMAR).

*Pelo Senador Arnon de Mello*

— contrário à aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 45, de 1963 que dispõe sobre a redação de 10% nos fretes da Rede Ferroviária Federal S.A., para adubos, fertilizantes e ferragens.

Submetidos os pareceres à discussão e votação, sem restrições, são aprovadas.

Em seguida o Sr. Presidente faz a seguinte distribuição:

*Ao Senador Eugênio Barros*

Projeto de Lei do Senado nº 28, de 1963, que dá ao Aeroporto de Manaus a denominação de Aeroporto Ajuricaba.

Nada mais havendo que tratar encerra-se a reunião, lavrando eu, Gerardo Lima de Aguiar, Secretário, a presente ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

## UNIÃO INTERPARLAMENTAR

## GRUPO BRASILEIRO

## ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO EXECUTIVA, REALIZADA EM 22 DE OUTUBRO DE 1964

Aos vinte e dois dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e sessenta e quatro, às dezessete horas, na sala da Comissão de Transportes da Câmara dos Deputados, sob a presidência do Senhor Senador Rui Palmeira e presentes os Senhores Senadores Rui Carneiro e Flinto Müller e os Senhores Deputados Antônio Feliciano, Primeiro Vice-Presidente, Franco Montoro, Saldanha Derzi, Aloysio Nóbis, Newton Carneiro, Oscar Corrêa, Benedito Vaz, Segismundo Andrade, Nilo Coelho, Ernani Satyro e Lourival Baptista reúne-se a Comissão Executiva do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar. Havendo número legal o Senhor Presidente declara aberta a sessão. Em seguida é lida e aprovada a ata da reunião de 8 de julho do corrente ano. O Senhor os trabalhos da 53ª Conferência, realizada em Copenhague de vinte e sete e oito de agosto último. Enaltece a atuação dos delegados e elogia o procedimento dos mesmos, sempre presentes quer às sessões plenárias quer às comissões. Lamenta certos ataques no plenário da Câmara e na imprensa à nossa delegação e esclarece que escreveu a um matutino pernambucano contestando todas as acusações divulgadas. Informa que a delegação foi constituída dentro das normas estatutárias e os membros excedentes designados pelas Mesas das duas Casas do Congresso. Com a palavra, o Senhor Newton Carneiro tece

considerações sobre a reunião de Copenhague, na sua opinião uma das menos objetivas das últimas realizadas. Acrescenta que, em conversa com um delegado da representação holandesa, esse lhe dissera que as realizadas em Brasília e Beirado apresentaram muito maior eficiência nos trabalhos. Chama atenção para os agrupamentos regionais que estão sendo organizados dentro dos conclave, culpando-os pelas derrotas dos candidatos canadense e peruano. Passa, a seguir, a abordar os assuntos ocorridos na reunião de Lima onde, com o Presidente Rui Palmeira, assistiu à instalação do Grupo Interparlamentar americano e exalta a responsabilidade dessa reunião. Analisa a criação do Parlamento Latino Americano e conclama as repúblicas Sul-Americanas a cooperarem e coordenarem seus esforços para o êxito da iniciativa. Refere-se ao auxílio, ou melhor, às relações que terá a União Interparlamentar com a nova entidade. O Senhor Franco Montoro concorda, em parte, com o Senhor Newton Carneiro, mas não vê como a União Interparlamentar possa ter interferência no Parlamento Latino-Americano, que será fundido para a defesa do interesse das repúblicas que a ele se filiarem. A seguir, a Comissão aprecia os nomes dos Senhores Deputados Nilo Coelho, Rubem Alves, Magalhães Melo, Fernando Gama, Antônio Baby, Levy Tavares e Furtado Leite, que apresentaram requerimento da adesão ao Grupo. O Senhor Presidente esclarece que a reunião fora convocada para preenchimento dos lugares criados na Comissão Executiva e as vagas provenientes do afastamento de vários mem-

bros. Procede-se à eleição por escrutínio secreto e para as quatro vagas criadas, são eleitos os Senhores Senadores Padre Benedito Calazans e Pessoa de Queiroz e Deputados João Menezes e Saldanha Derzi. Para a vaga do Senhor Wilson Fadel, eleito o Deputado Altino Machado. Para suplentes das quatro vagas criadas são eleitos os Deputados Bias Fortes, Furtado Leite, Maia Neto e Henrique Turner e para suplentes nas vagas dos Senhores Fernando Santana, Hélio Ramos, João Menezes, Paulo Mincarone, Sílvio Braga e Armando Rollemberg são eleitos os Deputados Olavo Costa, Jandúhy Carneiro, Nilo Coelho, Aciloly Filho, Broca Fuchs e Clóvis Motta. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra os trabalhos às dezoito horas e trinta minutos e, para constar, eu—

Secretário-Geral lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada.

## ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO EXECUTIVA REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 1964

Aos trinta dias do mês de novembro do ano de mil e novecentos e sessenta e quatro, às dezessete horas, na sala da Comissão de Transportes da Câmara dos Deputados, sob a presidência do Senhor Senador Rui Palmeira e presentes os Senhores Senadores Gilberto Marinho, Segundo Vice-Presidente, Rui Carneiro e Padre Calazans e Deputados Antônio Feliciano, Primeiro Vice-Presidente, Souto Maior, Tesoureiro, Oscar Corrêa, Jandúhy Carneiro, Ernani Satyro, Saldanha Derzi, Perachi Barcellos, Segis-

mundo Andrade e Benedito Vaz reúne-se a Comissão Executiva do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar. Havendo número legal, o Senhor Presidente declara aberta a sessão. Em seguida é lida e aprovada a ata da reunião anterior. A seguir, são designados relatores das contas relativas ao exercício de mil e novecentos e sessenta e quatro os Senhores Senador Padre Calazans e Deputado Jandúhy Carneiro, que passam ao exame das mesmas, concluindo pelo seguinte parecer, que é lido pelo Senador Padre Calazans: "Tendo examinado as contas do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar, oferecidas pela Tesouraria do referido Grupo, referentes ao exercício de mil e novecentos e sessenta e quatro, temos apenas a declarar que as mesmas estão corretas, merecendo a aprovação de todos os membros presentes. (as.) Senador Padre Calazans, Deputado Jandúhy Carneiro". Em discussão, o parecer é aprovado por unanimidade. A seguir o Senhor Presidente apresenta esclarecimentos relativos à Reunião do Conselho Interparlamentar, a realizar-se em Dublin, Irlanda, de dezanove a vinte e cinco de abril futuro, inclusive sobre as nove teses apresentadas, todas de autoria do Senhor Deputado Oscar Corrêa. Finalizando a Comissão aprecia os nomes dos Senhores Deputados Aluísio Bezerra e João Fernandes que apresentaram sua adesão ao Grupo. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra os trabalhos às dezoito horas e, para constar, eu A. Lazary Guedes, Secretário-Geral lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente

**COMISSÕES PERMANENTES****MESA**

Presidente — Moura Andrade (PSD)  
 Vice-Presidente — Nogueira da Gama (PTB)  
 1º Secretário — Dinarte Maris (UDN)  
 2º Secretário — Gilberto Marinho (PSD)  
 3º Secretário — Adalberto Sena (PTB)  
 4º Secretário — Cattete Pinheiro (PTN)  
 1º Suplente — Joaquim Parente (UDN)  
 2º Suplente — Guido Mondin (PSD)  
 3º Suplente — Vasconcellos Torres (PTB)  
 4º Suplente — Raul Giuberti (PSP-ES)

**REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA****PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO (PSD) — 22 representantes**

- |                                  |                                     |
|----------------------------------|-------------------------------------|
| 1. José Glomard — Acre           | 12. Antônio Balbino — Bahia         |
| 2. Loádo da Silveira — Pará      | 13. Jefferson de Aguiar — E. Santo  |
| 3. Eugênio Barros — Maranhão     | 14. Gilberto Marinho — Guanabara    |
| 4. Sebastião Archer — Maranhão   | 15. Moura Andrade — São Paulo       |
| 5. Victorino Freire — Maranhão   | 16. Atilio Fontana — Santa Catarina |
| 6. Sigefredo Pacheco — Piauí     | 17. Guido Monodin — R. G. Sul       |
| 7. Menezes Pimentel — Ceará      | 18. Benedito Valladares — M. Gerais |
| 8. Wilson Gurgel — R. G. Norte   | 19. Filinto Müller — Mato Grosso    |
| 9. Walfredo Gurgel — R. G. Norte | 20. José Feliciano — Goiás          |
| 10. Ruy Carneiro — Paraíba       | 21. Juscelino Kubitschek — Goiás    |
| 11. José Leite — Sergipe         | 22. Pedro Ludovico — Goiás          |

**PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB) — 17 representantes**

- |                                     |                                     |
|-------------------------------------|-------------------------------------|
| 1. Adalberto Sena — Acre            | 10. Pessoa de Queiroz — Pernambuco  |
| 2. Oscar Passos — Acre              | 11. José Ermírio — Pernambuco       |
| 3. Vitaldo Lima — Amazonas          | 12. Silvestre Péricles — Alagoas    |
| 4. Edmundo Levi — Amazonas          | 13. Vasconcelos Torres — R. Janeiro |
| 5. Arthur Virgílio — Amazonas       | 14. Nelson Maculan — Paraná         |
| 6. Antônio Jucá — Ceará             | 15. Mello Braga — Paraná            |
| 7. Dix-Huit Rosado — R. G. Norte    | 16. Nogueira da Gama — M. Gerais    |
| 8. Argemiro de Figueiredo — Paraíba | 17. Bezerra Neto — Mato Grosso      |
| 9. Barros Carvalho — Pernambuco     |                                     |

**UNIAO DEMOCRATICA NACIONAL (UDN) — 16 representantes**

- |                                  |                                     |
|----------------------------------|-------------------------------------|
| 1. Zacharias de Assumpção — Pará | 9. Afonso Arinos — Guanabara        |
| 2. Joaquim Parente — Piauí       | 10. Padre Calazans — São Paulo      |
| 3. José Cândido — Piauí          | 11. Adolpho Franco — Paraná         |
| 4. Dinarte Mariz — R. G. Norte   | 12. Irineu Bornhausen — S. Catarina |
| 5. João Agripino — Paraíba       | 13. Antônio Carlos — S. Catarina    |
| 6. Rul Palmeira — Alagoas        | 14. Daniel Krieger — R. G. Sul      |
| 7. Heribaldo Vieira — Sergipe    | 15. Milton Campos — Minas Gerais    |
| 8. Eurico Rezende — E. Santo     | 16. Lopes da Costa — Mato Grosso    |

**PARTIDO LIBERTADOR (PL) — 2 representantes**

1. Aloysio de Carvalho — Bahia
2. Mem de Sá — Rio Grande do Sul

**PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN) — 2 representantes**

1. Cattete Pinheiro — Pará
2. Lino de Mattos — São Paulo

**PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA (PSP) — 2 representantes**

1. Raul Giuberti — Espírito Santo
2. Miguel Couto — Rio de Janeiro

**PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB) — 1 representante**

1. Aurélio Vianna — Guanabara

**MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR (MTR) — 1 representante**

1. Aarão Steinbruch — Rio de Janeiro

**PARTIDO REPUBLICANO (PR) — 1 representante**

1. Júlio Leite — Sergipe

**PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO (PDC) — 1 representante**

1. Arnon de Mello — Alagoas

**SEM LEGENDA**

1. Josaphat Marinho — Bahia
2. Heribaldo Vieira — Sergipe

**RESUMO**

Partido Social Democrático (PSD)	22
Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)	17
União Democrática Nacional (UDN)	16
Partido Libertador (PL)	2
Partido Trabalhista Nacional (PTN)	2
Partido Social Progressista (PSP)	2
Partido Socialista Brasileiro (PSB)	1
Partido Republicano (PR)	1
Partido Democrata Cristão (PDC)	1
Movimento Trabalhista Renovador (MTR)	1
SEM LEGENDA	65
	1
	66

**BLOCOS PARTIDARIOS****Bloco Parlamentar Independente**

PSP	2	Senadores
PTN	2	Senadores
PSB	1	Senador
PR	1	Senador
MTR	1	Senador
PDC	1	Senador
Sem legenda	2	Senadores

**LIDERANÇAS****Líder do Governo:**

Daniel Krieger (UDN)

**Vice-Líder:**

Mem de Sá

**BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE****Líder:**

Lino de Mattos (PTN)

**Vice-Líderes:**Aurélio Vianna (PSB)  
Júlio Leite (PR)

Josaphat Marinho (sem legenda)

Aarão Steinbruch (MTR)

Miguel Couto (PSP)

Arnon de Mello (PDC)

Dilton Costa (PR)

**II PARTIDOS****PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO (PSD)**

Líder: Filinto Müller

**Vice-Líderes:**Wilson Gonçalves  
Sigefredo Pacheco  
Walfredo Gurgel  
Victorino Freire**PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB)**

Líder: Barros Carvalho

**Vice-Líderes:**Bezerra Neto  
Oscar Passos  
Antônio Jucá**UNIAO DEMOCRATICA NACIONAL (UDN)**

Líder: Daniel Krieger

**Vice-Líderes:**Eurico Rezende  
Adolpho Franco  
Padre Calazans  
Lopes da Costa**PARTIDO LIBERTADOR (PL)**

Líder: Mem de Sá

Vice-Líder: Aloysio de Carvalho

**PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA**

Líder: Miguel Couto

Vice-Líder: Raul Giuberti

**PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN)**

Líder: Lino de Mattos

Vice-Líder: Cattete Pinheiro

**III — PARTIDOS DE UM SÓ REPRESENTANTE****MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR (MTR)**

Representante: Aarão Steinbruch

**PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO (PDC)**Representante: Arnon de Mello  
PARTIDO REPUBLICANO (PR)  
Representante: Júlio Leite**PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB)**

Representante: Aurélio Vianna

**AGRICULTURA****PSD**

- TITULARES**
1. Eugênio Barros
  2. José Leite

- SUPLENTE**
1. José Feliciano
  2. Atilio Fontana

**PTB**

1. José Ermírio
2. Nelson Maculan

1. Dix-Huit Rosado
2. Antônio Jucá

**UDN**

1. Lopes da Costa
2. Antônio Carlos

1. Daniel Krieger
2. João Agripino

**BPI**

1. Dylton Costa

1. Aurélio Vianna

**CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA****PSD**

- TITULARES**
1. Jefferson de Aguiar
  2. Antônio Balbino
  3. Wilson Gonçalves
  4. Ruy Carneiro

- SUPLENTE**
1. Menezes Pimentel
  2. José Feliciano
  3. Filinto Müller
  4. Benedito Valladares

**PTB**

1. Edmundo Levi
2. Bezerra Neto
3. Arthur Virgílio

1. Argemiro Figueiredo
2. Mello Braga
3. Oscar Passos

**UDN**

1. Afonso Arinos
2. Heribaldo Vieira
3. Aloysio de Carvalho

1. Daniel Krieger
2. Eurico Rezende
3. João Agripino

**BPI**

1. Josaphat Marinho

1. Aarão Steinbruch

## DISTRITO FEDERAL

PSD	
TITULARES	SUPLENTE
1. Pedro Ludovico	1. José Feliciano
2. Walfredo Gurgel	2. Benedito Valladares
PTB	
1. Arthur Virgílio	1. Bezerra Neto
2. Mello Braga	2. Antônio Jucá
UDN	
1. Eurico Rezende	1. Zacarias de Assunção
2. Heribaldo Vieira	2. Lopes da Costa
BPI	
1. Aurélio Vianna	1. Lino de Mattos

## ECONOMIA

PSD	
TITULARES	SUPLENTE
1. Atílio Fontana	1. Jefferson de Aguiar
2. José Feliciano	2. Sigefredo Pacheco
3. José Leite	3. Sebastião Archer
PTB	
1. José Ermirio	1. Bezerra Neto
2. Nelson Maculan	2. Mello Braga
UDN	
1. Adolpho Franco	1. Zacarias de Assunção
2. Lopes da Costa	2. José Cândido
3. Irineu Bornhausen	3. Mem de Sá
BPI	
1. Miguel Couto	1. Aurélio Vianna

## EDUCAÇÃO E CULTURA

PSD	
TITULARES	SUPLENTE
1. Menezes Pimentel	1. Benedito Valladares
2. Walfredo Gurgel	2. Sigefredo Pacheco
PTB	
1. Antônio Jucá	1. Edmundo Levi
2. Arthur Virgílio	2. Mello Braga
UDN	
1. Padre Calazans	1. Afonso Arinos
2. Mem de Sá	2. Faria Tavares
BPI	
1. Arnon de Mello	1. Josaphat Marinho

## FINANÇAS

PSD	
TITULARES	SUPLENTE
1. Victorino Freire	1. Atílio Fontana
2. Lobão da Silveira	2. José Guimard
3. Sigefredo Pacheco	3. Eugênio Barros
4. Wilson Gonçalves	4. Menezes Pimentel
5. Walfredo Gurgel	5. Pedro Ludovico
PTB	
1. Argemiro Figueiredo	1. José Ermirio
2. Bezerra Neto	2. Edmundo Levi
3. Pessoa de Queiroz	3. Mello Braga
4. Antônio Jucá	4. Oscar Passos
UDN	
1. Faria Tavares	1. João Agripino
2. Irineu Bornhausen	2. Adolpho Franco
3. Eurico Rezende	3. Daniel Krieger
PL	
1. Mem de Sá	1. Aloysio de Carvalho
BPI	
2. Lino de Mattos	1. Josaphat Marinho
1. Aurélio Vianna	2. Miguel Couto

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PSD	
TITULARES	SUPLENTE
1. José Feliciano	1. Lobão da Silveira
2. Atílio Fontana	2. Sebastião Archer
PTB	
1. Nelson Maculan	1. Vivaldo Lima
2. Barros Carvalho	2. Oscar Passos
UDN	
1. Adolpho Franco	1. Lopes da Costa
2. Irineu Bornhausen	2. Eurico Rezende
BPI	
1. Dilton Costa	1. Aarão Steinbruch

## LEGISLAÇÃO SOCIAL

PSD	
TITULARES	SUPLENTE
1. Ruy Carneiro	1. José Guimard
2. Walfredo Gurgel	2. Sigefredo Pacheco
3. Atílio Fontana	3. José Leite
4. Eugênio Barros	4. Lobão da Silveira
PTB	
1. Vivaldo Lima	1. Antônio Jucá
2. Edmundo Levi	2. Pessoa de Queiroz
UDN	
1. Eurico Rezende	1. Lopes da Costa
2. Heribaldo Vieira	2. Zacarias de Assunção
BPI	
1. Aarão Steinbruch	1. Dilton Costa

## MINAS E ENERGIA

PSD	
TITULARES	SUPLENTE
1. Benedito Valladares	1. Pedro Ludovico
2. Jefferson de Aguiar	2. Filinto Müller
PTB	
1. José Ermirio	1. Nelson Maculan
2. Argemiro Figueiredo	2. Antônio Jucá
UDN	
1. João Agripino	1. José Cândido
2. Faria Tavares	2. Afonso Arinos
BPI	
1. Josaphat Marinho	1. Arnon de Mello

## POLÍGONO DAS SECAS

PSD	
TITULARES	SUPLENTE
1. Ruy Carneiro	1. Sigefredo Pacheco
2. Sebastião Archer	2. José Leite
PTB	
1. Argemiro Figueiredo	1. José Ermirio
2. Dix-Huit Rosado	2. Antônio Jucá
UDN	
1. João Agripino	1. Lopes da Costa
2. Heribaldo Vieira	2. Antônio Carlos
BPI	
1. Aurélio Vianna	1. Dilton Costa

## PROJETOS DO EXECUTIVO

PSD	
TITULARES	SUPLENTE
1. Wilson Gonçalves	1. Walfredo Gurgel
2. José Guimard	2. José Feliciano
3. Jefferson de Aguiar	3. Ruy Carneiro
PTB	
1. José Ermirio	1. Mello Braga
2. Bezerra Neto	2. Edmundo Levi
UDN	
1. João Agripino	1. Daniel Krieger
2. Antônio Carlos	2. Adolfo Franco
BPI	
1. Lino de Mattos	1. Aurélio Vianna
PL	
1. Mem de Sá	1. Aloysio de Carvalho



## REDAÇÃO

## CSA

**TITULARES**  
1. Walfredo Gurgel  
2. Sebastião Archer

**SUPLENTE**  
1. Lobão da Silveira  
2. José Feliciano

## PTB

1. Edmundo Levi

## UDN

1. Eurico Rezende

## BPI

1. Dilton Costa

## RELAÇÕES EXTERIORES

## PSD

**TITULARES**  
1. Benedito Valladares  
2. Filinto Müller  
3. Menezes Pimentel  
4. José Guimard

**SUPLENTE**  
1. Ruy Carneiro  
2. Victorino Freire  
3. Wilson Gonçalves  
4. José Leite

## PTB

1. Nelson Maculan  
2. Antônio Jucá  
3. Mello Braga

## UDN

1. Padre Calazans  
2. João Agripino  
3. Mem de Sá

## BPI

1. Arnon de Mello

## SAÚDE

## PSD

**TITULARES**  
1. Sigefredo Pacheco  
2. Pedro Ludovico

**SUPLENTE**  
1. Walfredo Gurgel  
2. Eugênio Barros

## PTB

1. Antônio Jucá

## UDN

1. Lopes da Costa

## BPI

1. Lino de Mattos

## SEGURANÇA NACIONAL

## PSD

**TITULARES**  
1. José Guimard  
2. Victorino Freire

**SUPLENTE**  
1. Ruy Carneiro  
2. Atílio Fontana

## PTB

1. Dix-Huit Rosado  
2. José Ermírio

## UDN

1. Adolpho Franco  
2. Eurico Rezende

## BPI

1. Josaphat Marinho

## SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

## PSD

**TITULARES**  
1. Sigefredo Pacheco  
2. Victorino Freire

**SUPLENTE**  
1. José Feliciano  
2. Filinto Müller

## PTB

1. Antônio Jucá  
2. Dix-Huit Rosado

## UDN

1. Antônio Carlos  
2. Mem de Sá

## BPI

1. Miguel Couto

## TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

## PSD

**TITULARES**  
1. Eugênio Barros  
2. José Leite

**SUPLENTE**  
1. Jefferson de Aguiar  
2. José Guimard

## PTB

1. Bezerra Neto

## UDN

1. Josaphat Marinho

## BPI

1. Irineu Bornhausen

## COMISSÕES ESPECIAIS

## A) Para Revisão do Projeto que define e regula a PROTEÇÃO AO DIREITO DO AUTOR

Criada em virtude do Requerimento nº 480-62 do Sr. Senador Milton Campos, aprovado em 20 de janeiro de 1962.

Designada em 22 de novembro de 1962.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1963 em virtude do Requerimento número 793-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Completada em 4 de janeiro de 1963, com a designação dos Senhores Senadores Vasconcelos Torres e Edmundo Levi.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964 em virtude do Requerimento número 1.198-63 do Sr. Senador Menezes Pimentel, aprovado em 15 de dezembro de 1963.

## Membros (7) — Partidos

Gilberto Marinho — PSD.  
Menezes Pimentel — PSD.  
Heribaldo Vieira — UDN.  
Milton Campos — UDN.  
Vasconcelos Torres — PTB.  
Edmundo Levi — PTB.  
Aloysio de Carvalho — PL.

## B) Para estudar a situação da CASA DA MOEDA

Criada em virtude do Requerimento nº 561-63, do Sr. Senador Jefferson de Aguiar, aprovado em 14 de agosto de 1963. Designada em 28 de agosto de 1963.

Prorrogada até 14 de março de 1964 (90 dias) em virtude do Requerimento número 1.160-63, do Sr. Senador Jefferson de Aguiar, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

## Membros (7) — Partidos

Jefferson de Aguiar (Presidente) — PSD.  
Wilson Gonçalves — PSD.  
Arthur Virgílio — PTB.  
Edmundo Levi — PTB.  
Adolpho Franco — UDN.  
Eurico Rezende (Vice-Presidente) — UDN.  
Josaphat Marinho — S/legenda.  
Secretário: Oficial Legislativo, PL-6, J. B. Castejon Branco.

## C) Para o estudo dos efeitos da INFLAÇÃO E DA POLÍTICA TRIBUTÁRIA E CAMBIAL SOBRE AS EMPRESAS PRIVADAS

Criada em virtude do Requerimento nº 531-63, do Sr. Senador Gouveia Vieira, aprovado na sessão de 2 de agosto de 1963.

Designada em 8 de agosto de 1963.

Prorrogada em virtude do Requerimento nº 1.161 de 1963 do Senhor Senador Atílio Fontana, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

## Membros (5) — Partidos

Atílio Fontana — Presidente — PSD.  
José Feliciano — (Vice-Pr.) — PSD.  
José Ermírio — Relator — PTB.  
Adolpho Franco — UDN.  
Aurélio Vianna — PSD.  
PL-3, Julieta Ribeiro dos Santos.

## D) Para estudo das causas que dificultam a PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA e suas repercussões negativas na exportação

Criada em virtude do Requerimento nº 569-63, do Sr. Senador José Ermírio, aprovado na sessão de 24 de agosto de 1963.

Designada em 22 de agosto de 1963.

Prorrogada por 1 ano, em virtude do Requerimento nº 1.197-63 do Senhor Senador Sigefredo Pacheco, aprovado em 15 de dezembro de 1963.

## Membros (5) — Partidos

José Feliciano — PSD.  
Sigefredo Pacheco (Vice-Pr.) — PSD.  
José Ermírio (Presidente) — PTB.  
Lopes da Costa — UDN.  
Aurélio Vianna (Relator) — PSD.  
Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10 Alexandre Marques de Albuquerque Mello.  
Reuniões: 2ª e 4ª feiras às 14 horas

## E) Para efetuar o levantamento da PRODUÇÃO MINERAL DO PAÍS e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização

Criada em virtude do Requerimento nº 565-63, do Sr. Senador José Ermírio, aprovado na sessão de 14 de setembro de 1963.

Designada em 19 de setembro de 1963.

Prorrogada em virtude do Requerimento nº 1.159-63 do Sr. Senador Milton Campos, aprovado na sessão de 10 de dezembro de 1963.

## Membros (9) — Partidos

José Feliciano — PSD.  
Atílio Fontana — PSD.  
Eugênio Barros — PSD.  
José Ermírio (Relator) — PTB.  
Bezerra Neto — PTB.  
Melo Braga — PTB.  
Lopes da Costa — UDN.  
Milton Campos (Presidente) — UDN.  
Júlio Leite (Vice-Pr.) — PR.  
Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10 Alexandre Marques de Albuquerque Mello.  
Reuniões: 5ª feiras às 16 horas

## F) Para estudar a situação dos TRANSPORTES MARÍTIMOS E FERROVIÁRIOS

Criada em virtude do Requerimento nº 752-63, do Sr. Senador José Ermírio, aprovado na sessão de 13 de novembro de 1963.

Designada em 13 de novembro de 1963.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964, em virtude do Requerimento nº 1.162-63, do Sr. Senador Júlio Leite, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

## Membros (5) — Partidos

Atílio Fontana — PSD.  
Sigefredo Pacheco — PSD.  
José Ermírio — PTB.  
Irineu Bornhausen — UDN.  
Júlio Leite — PR.  
Secretaria: Oficial Legislativo, PL-10, Alexandre M. de A. Melo.

**G) Para o estudo da situação do CENTRO TÉCNICO DE AERONAUTICA E DA ESCOLA DE ENGENHARIA DE AERONAUTICA, DE S. JOSÉ DOS CAMPOS**

Criada em virtude do Requerimento nº 168-63, do Sr. Senador Padre Calazans, aprovado na sessão de 13 de novembro de 1963.  
Designada em 13 de novembro de 1963.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964 em virtude do Requerimento nº 158-63 do Sr. Senador Antônio Jucá, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

**Membros (5) - Partidos**

José Feliciano - PSD.  
Ruy Carneiro - PSD.  
Antônio Jucá - PTB.  
Padre Calazans - UDN.

**H) Para o estudo das Mensagens do Poder Executivo referentes à REFORMA ADMINISTRATIVA**

Criada por iniciativa da Câmara dos Deputados aprovada pelo Senado em 1.12.1963.

**Membros (18) Partidos**

Senadores:  
Wilson Gonçalves - PSD.  
Leite Neto - PSD.  
Sigefredo Pacheco - PSD.  
Argemiro de Figueiredo - PTB.  
Edmundo Levi - PTB.  
Adolpho Franco - UDN.  
João Agripino - UDN.  
Aurelio Vianna - PSD.  
Josaphat Marinho - Sem legenda.  
Deputados:  
Gustavo Capanema (Presidente) - PSD.

Aderbal Jurema - PSD.  
Laerte Vieira - UDN (Substituto pelo deputado Arnaldo Nogueira).  
Heitor Dias - UDN.  
Doutor de Andrade - PTB.  
Arnaldo Cerdeira - PSP.  
Juarez Fátima - PDC.  
Ewaldo Pinto - MTR.

**I) Para, no prazo de três (3) meses, proceder ao estudo das proposições que digam respeito à participação dos trabalhadores nos lucros das empresas.**

**MEMBROS**

Senadores:  
Bezerra Neto - Presidente.  
Afonso Arinos - Vice-Presidente.  
Jefferson de Aguiar - Relator.  
Leite Neto.  
Nelson Maculan.  
Eurico Rezende.  
Aurelio Vianna.  
Secretária: Aracy O'Reilly de Souza.

**COMISSÕES ESPECIAIS PARA O ESTUDO DE PROJETOS DE EMENDAS À CONSTITUIÇÃO**

**J) Projeto de Emenda à Constituição nº 4/61**

(QUE DISPE SOBRE VENCIMENTOS DOS MAGISTRADOS)

Eleita em 27 de junho de 1961.  
Prorrogada:  
- até 15 de dezembro de 1962 pelo Requerimento 609-61, apr. em 14 de dezembro de 1961.  
- até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 779-62, apr. em 12 de dezembro de 1964.

- até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.138-63, apr. em 16 de dezembro de 1963.

Completada em 29 de outubro de 1962, 15 de maio de 1963 e 23 de abril de 1963.

**Membros (10) - Partidos**

Jefferson de Aguiar - PSD.  
Lobão da Silveira (23 de abril de 1963) - PSD.  
Ruy Carneiro - PSD.  
Benedicto Valladares - PSD.  
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) - PSD.  
Daniel Krieger - UDN.  
Lopes da Costa (29 de outubro de 1962) - UDN.  
Milton Campos (Vice-Presidente).  
Heribaldo Vieira - UDN.  
Rui Palmeira - UDN.  
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963).

Bezerra Neto (23 de abril de 1963) - PTB.

Afonso Celso - PTB.  
Nogueira da Gama - PTB.  
Barros Carvalho - PTB.  
Aloysio de Carvalho (Presidente) - PL.  
Mem de Sá - PL.  
Josaphat Marinho - S. legenda.

**K) Projeto de Emenda à Constituição nº 7/61**

(QUE DISPE SOBRE AS MATERIAS DA COMPETENCIA PRIVATIVA DO SENADO, INCLUINDO AS DE PROPOZ A EXONERACAO DOS CHEFES DE MISSAO DIPLOMATICA PERMANENTE E APROVAR O ESTABELECIMENTO O ROMPIMENTO E O REATAMENTO DE RELACOES DIPLOMATICAS COM PAISES ESTRANGEIROS).

Eleita em 4 de outubro de 1961.  
Prorrogada:

- até 15 de dezembro de 1962 pelo Requerimento 307-61, apr. em 14 de dezembro de 1961;

- até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 1.139-63, apr. em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 29 de outubro de 1962 e 24 de abril de 1962.

**Membros (16) - Partidos**

Menezes Pimentel - PSD.  
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) - Presidente - PSD.  
Lobão da Silveira - PSD.  
Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) - PSD.  
Guido Mondin (29 de outubro de 1962) - PSD.

Eurico Rezende (23 de abril de 1963) - UDN.

Daniel Krieger - UDN.  
Milton Campos (Vice-Presidente) - UDN.

Heribaldo Vieira - UDN.  
Lopes da Costa - UDN.

Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) - PTB.  
Vivaldo Lima - PTB.  
Amaury Silva (24 de abril de 1963) - PTB.

Vaga do Senador Pinto Ferreira (23 de abril de 1963) - Relator - PTB.

Aloysio de Carvalho - PL.  
Lino de Matos - PTN.

**L) Projeto de Emenda à Constituição nº 8/61**

(SOBRE EXONERACAO POR PROPOSTA DO SENADO DE CHEFE DE MISSAO DIPLOMATICA DE CARATER PERMANENTE).

Eleita em 5 de outubro de 1961.  
Prorrogada:

- até 15 de dezembro de 1962, pelo Requerimento 608-61, aprovado em 14 de janeiro de 1961;

- até 15 de janeiro de 1963, pelo Requerimento 781-62 aprovado em 12 de dezembro de 1962;

- até 15 de dezembro de 1964, pelo Requerimento 1.140-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 30 de março de 1962, 29 de outubro de 1962, 23 de abril de 1963.

**Membros (16) - Partidos**

Menezes Pimentel - PSD.  
Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) - Presidente - PSD.  
Lobão da Silveira - PSD.  
Jefferson de Aguiar (23 de abril de 1963) - PSD.

Guido Mondin (29 de outubro de 1962) - PSD.

Daniel Krieger - UDN.  
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) - UDN.

Milton Campos - UDN.  
Heribaldo Vieira (Vice-Presidente) - UDN.

Lopes da Costa - UDN.  
Vaga do Senador Pinto Ferreira (23 de abril de 1962) - Relator - PTB.

Bezerra Neto (23 de abril de 1963) - PTB.  
Amaury Silva (23 de abril de 1963) - PTB.

Vivaldo Lima - PTB.  
Aloysio de Carvalho - PL.  
Lino de Matos - PTN.

**M) Projeto de Emenda à Constituição nº 9/61**

(QUE MODIFICA O REGIME DE DISCRIMINACAO DAS RENDAS)

Eleita em 20 de novembro de 1961.  
Prorrogada:

- até 15 de dezembro de 1962, pelo Requerimento 605-61 aprovado em 14 de dezembro de 1961;

- até 15 de dezembro de 1963, pelo Requerimento 782-62 aprovado em 12 de dezembro de 1962;

- até 15 de dezembro de 1964, pelo Requerimento 1.141-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

**Membros (16) - Partidos**

Jefferson de Aguiar (23 de abril de 1963) - PSD.

Menezes Pimentel - PSD.  
Filinto Müller - PSD.  
Guido Mondin (29 de outubro de 1962) - PSD.

Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) - PSD.

Daniel Krieger (Relator) - UDN.  
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) - UDN.

Milton Campos - UDN.  
Heribaldo Vieira - UDN.  
Rui Palmeira - UDN.

Amaury Silva - 23 de abril de 1963) - PTB.

Barros Carvalho - PTB.  
Argemiro de Figueiredo - PTB.  
Bezerra Neto (23 de abril de 1963) - PTB.

Aloysio de Carvalho - PL.  
Lino de Matos - PN.

**N) Projeto de Emenda à Constituição nº 10/61**

(APLICACAO DAS COTAS DE IMPOSTOS DESTINADAS AOS MUNICIPIOS).

Eleita em 28 de dezembro de 1961.  
Prorrogada:

- até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 783-63 aprovado em 12 de dezembro de 1962.

- até 15 de dezembro de 1964 pelo Req. 1.142-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 30 de março de 1962, 29 de outubro de 1962 e 3 de abril de 1963.

Membros (16) - Partidos  
Jefferson de Aguiar - PSD.  
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) - PSD.

Ruy Carneiro - PSD.  
Lobão da Silveira - PSD.  
Guido Mondin (29 de outubro de 1962) - PSD.

Milton Campos - UDN.  
Heribaldo Vieira - UDN.  
Lopes da Costa - UDN.

João Agripino (23 de abril de 1963) - UDN.  
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) - UDN.

Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) - PTB.

Nogueira da Gama - PTB.  
Barros Carvalho - PTB.  
Josaphat Marinho (23 de abril de 1963) - S. leg.

Aloysio de Carvalho - PL.  
Lino de Matos - PTN.

**O) Projeto de Emenda à Constituição nº 11/61**

(CRIACAO DE NOVOS MUNICIPIOS)

Eleita em 28 de março de 1962.  
Prorrogada:

- até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 784-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

- até 15 de dezembro de 1964, pelo Req. 1.143-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 29 de outubro de 1962, 23 de abril de 1963 e 22 de maio de 1963.

Membros - Partidos  
Jefferson de Aguiar - PSD.  
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) - PSD.

Ruy Carneiro - PSD.  
Lobão da Silveira - PSD.  
Guido Mondin (29 de outubro de 1962) - PSD.

Milton Campos - UDN.  
Heribaldo Vieira - UDN.  
Lopes da Costa - UDN.

João Agripino (23 de abril de 1963) - UDN.  
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) - UDN.

Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) - PTB.

Nogueira da Gama - PTB.  
Barros Carvalho - PTB.  
Aloysio de Carvalho - PL.

Miguel Couto - PSP.  
Cattete Pinheiro (23 de abril de 1963) - PTN.

**P) Projeto de Emenda à Constituição nº 1/62**

(OBRIGATORIEDADE DE CONCURSO PARA INVESTIDURA CARGO INICIAL DE CARREIRA E PROIBICAO DE NOMEACAO INTERINAS).

Eleita em 10 de maio de 1962.  
Prorrogada:

- até 15 de dezembro de 1962, pelo Req. 785-62 aprovada em 12 de dezembro de 1962.

- até 15 de dezembro de 1963, pelo Req. 1.144-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 23 de abril de 1964.

## Membros - Partidos

Jefferson de Aguiar - PSD.  
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) - PSD.  
Ruy Carneiro - PS.  
Menezes Pimentel - PSD.  
Milton Campos - UDN.  
Heribaldo Vieira - UDN.  
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) - UDN.  
João Agripino (23 de abril de 1963) - Vico-Presidente - UDN.  
Daniel Krieger - UDN.  
Silvestre Pericles (23 de abril de 1963) - PTB.  
Nogueira da Gama - PTB.  
Barros Carvalho - PTB.  
Aloysio de Carvalho - PL.  
Aurelio Vianna (23 de abril de 1963) - Relator - PSB.

## Q) Projeto de Emenda à Constituição nº 2/62

(INSTITUI NOVA DISCRIMINAÇÃO DE RENDAS EM FAVOR DOS MUNICÍPIOS).

Eleita em 23 de maio de 1962.  
Prorrogação:  
- até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 786-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962;  
- até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.145-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963.  
Completa em 23 de abril de 1963.

## Membros - Partidos

Jefferson de Aguiar - PSD.  
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) - PSD.  
Ruy Carneiro - PSD.  
Lobão da Silveira - PSD.  
Leite Neto (23 de abril de 1963) - PSD.  
Milton Campos - UDN.  
Heribaldo Vieira Vice-Presidente - UDN.  
Menezes Pimentel - PSD.  
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) - Relator - UDN.  
Silvestre Pericles (23 de abril de 1963) - Presidente - PTB.  
Nogueira da Gama - PTB.  
Barros Carvalho - PTB.  
Aloysio de Carvalho - PL.  
Lino de Mattos - PTN.  
João Agripino (23 de abril de 1963) - UDN.  
Daniel Krieger - UDN.

## R) Projeto de Emenda à Constituição nº 3/62

(AUTORIZA O TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL A FIXAR DATA PARA A REALIZAÇÃO DO PLEBISCITO PREVISTO NA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 4 - ATO ADICIONAL).

Eleita em 10 de julho de 1962.  
Prorrogação:  
- até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 787-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962;  
- até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.146, aprovado em 10 de dezembro de 1963.  
Completa em 23 de abril de 1963.

## Membros - Partidos

Jefferson de Aguiar - PS.  
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) - PSD.  
Ruy Carneiro - PSD.  
Lobão da Silveira - PSD.  
Menezes Pimentel - PSD.  
Leite Neto (23 de abril de 1963) - PSD.  
Milton Campos - UDN.  
Heribaldo Vieira - UDN.  
João Agripino (23 de abril de 1963) - UDN.  
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) - UDN.  
Daniel Krieger - UDN.  
Silvestre Pericles (23 de abril de 1963) - PTB.  
Nogueira da Gama - PTB.

Barros Carvalho - PTB.  
Mem de Sá - PL.

## S) Projeto de Emenda à Constituição nº 5/62

(DISPÕE SOBRE A ENTREGA AOS MUNICÍPIOS DE 20% DA ARRECADADA DOS IMPOSTOS QUANDO EXISTEM AS RENDAS MUNICIPAIS).

Eleita em 15 de setembro de 1962.  
Prorrogação:

- até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento nº 1.147-63, aprovado em 12 de dezembro de 1963;

- até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.147-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completa em 23 de abril de 1963

## Membros - Partidos

Jefferson de Aguiar - PSD.  
Ruy Carneiro - PSD.  
Lobão da Silveira - PSD.  
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) - PSD.

Leite Neto (23 de abril de 1963) - PSD.  
Menezes Pimentel - Presidente.  
Milton Campos - UDN.  
Heribaldo Vieira - UDN.  
Josaphat Marinho (23 de abril de 1963) - Vice-Presidente - UDN.

Daniel Krieger - UDN.  
Vaga do Senhor Pinto Ferreira.  
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) - UDN.  
(23 de abril de 1963) - PTB.  
Nogueira da Gama - PTB.  
Barros Carvalho - PTB.  
Mem de Sá - PL.  
Miguel Couto (23 de abril de 1963) - PSP.

## T) Projeto de Emenda à Constituição nº 6/62

(AUMENTA PARA QUATRO O NÚMERO DE REPRESENTANTES DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL NO SENADO).

Eleita em 13 de 62

Prorrogação:

- até 15 de 63 pelo Requerimento 780-62, aprovado em 12 de 62;  
- até 15 de 64 pelo Requerimento 1.148-63, aprovado em 10 de 63.  
Completa em 23 de 63.

## Membros - Partidos

Jefferson de Aguiar - PSD  
Ruy Carneiro - PSD  
Lobão da Silveira - Relator - PSD  
Wilson Gonçalves (23 de 63) - PSD

Menezes Pimentel - PSD  
Milton Campos - UDN  
Heribaldo Vieira - UDN  
Josaphat Marinho - (23 de 63) - UDN  
Daniel Krieger - UDN  
Eurico Rezende - (23 de 63) - Vice-Presidente - UDN  
Vaga do Senador Pinto Ferreira (23 de 63) - Presidente - PTB  
Nogueira da Gama - PTB  
Barros Carvalho - PTB  
Mem de Sá - PL  
Júlio Leite (23 de 63) - PR

## U) Projeto de Emenda à Constituição nº 7/62

(REVÔGA A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 4 QUE INSTITUIU O SISTEMA PARLAMENTAR DE GOVERNO E O ART 61 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 18 DE SETEMBRO DE 1946).

Eleita em 6 de 62

Prorrogação:

- até 15 de 63 pelo Requerimento 791-62, aprovado em 12 de 62;  
- até 15 de 64 pelo Requerimento 1.149-63, aprovada em 10 de 63.

## Membros - Partidos

Ruy Carneiro - PSD  
Pedro Lucovico - PSD  
Wilson Gonçalves (23-1-63) - PSD  
Benedito Valladares - PSD  
Milton Campos - UDN  
Heribaldo Vieira - UDN  
Eurico Rezende (23-1-63) - UDN  
Daniel Krieger - UDN  
João Agripino (23-1-63) - UDN  
Amaury Silva (23 de 63) - PTB  
Nogueira da Gama - PTB  
Barros Carvalho - PTB  
Mem de Sá - PL  
Raul Giuberti - PSP

## V) Projeto de Emenda à Constituição nº 1/63

(TRABALHO DE MULHERES E MENORES E TRABALHO EM INDUSTRIAS INSALUBRES).

Designada em 23 de 63  
Prorrogação até 15 de 64 pelo Requerimento 1.150-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963

## Membros - Partidos

Jefferson de Aguiar - PSD  
Ruy Carneiro - PSD  
Lobão da Silveira - PSD  
Wilson Gonçalves - Relator - PSD  
Menezes Pimentel - PSD  
Leite Neto - PSD  
Amaury Silva - PTB  
Bezerra Neto - Vice-Presidente - PTB

Vaga do Senador Pinto Ferreira - PTB

## (AUTONOMIA DOS MUNICÍPIOS)

Silvestre Pericles - PTB  
Argemiro de Figueiredo - PTB  
Eurico Rezende (23 de 63) - UDN  
Milton Campos - UDN  
Daniel Krieger - UDN  
Josaphat Marinho - Sem Legenda  
Aloysio de Carvalho - PL

## W) Projeto de Emenda à Constituição nº 2/63

(DIREITO DE PROPRIEDADE)

Designada em 23 de 63  
Prorrogação:  
- até 15 de 64 pelo Requerimento 1.151-63, aprovado em 10 de 63.

## Membros - Partidos

Jefferson de Aguiar - PSD  
Ruy Carneiro - Presidente - PSD  
Lobão da Silveira - PSD  
Wilson Gonçalves - PSD  
Menezes Pimentel - PSD  
Heribaldo Vieira - Vice-Presidente - PSD

Amaury Silva - PTB  
Bezerra Neto - PTB  
Vaga do Senador Pinto Ferreira - PTB  
Silvestre Pericles - PTB  
Artur Virgílio - PTN  
Eurico Rezende (23 de 63) - UDN  
Milton Campos - Relator - UDN  
João Agripino - UDN  
Josaphat Marinho - Sem Legenda  
Aloysio de Carvalho - PL

## X) Projeto de Emenda à Constituição nº 3/63

(DISPÕE SOBRE A ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL E MATÉRIA DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO SENADO).

Designada em 2 de 63  
Prorrogação até 15 de 64 pelo Requerimento 1.152-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

## Membros - Partidos

Jefferson de Aguiar - PSD  
Ruy Carneiro - PSD  
Lobão da Silveira - PSD  
Wilson Gonçalves - PSD  
Menezes Pimentel - PSD

## Leite Neto - PSD

Amaury Silva - PTB  
Bezerra Neto - PTB  
Vaga do Senador Pinto Ferreira - PTB  
Vaga do Senador Eduardo Campos - Vico-Presidente - PTB  
Vaga do Senador Eduardo Campos - Presidente - UDN  
Eurico Rezende - UDN  
Milton Campos - UDN  
Daniel Krieger - UDN  
Aloysio de Carvalho - PL  
Josaphat Marinho - Relator - Em Legenda

## Y) Projeto de Emenda à Constituição nº 4/63

(CONCEDE IMUNIDADES AOS VERZADORES)

Designada em 20 de 63

Prorrogação até 15 de 64 pelo Requerimento número 1.153-63, aprovado em 10 de 63.

## Membros - Partidos

Jefferson de Aguiar - PSD  
Ruy Carneiro - PSD  
Lobão da Silveira - PSD  
Wilson Gonçalves - PSD  
Menezes Pimentel - PSD  
Leite Neto - PSD  
Amaury Silva - PTB  
Bezerra Neto - PTB  
Vaga do Senador Pinto Ferreira - PTB  
Silvestre Pericles - PTB  
Adalberto Sena - PTB  
Eurico Rezende (23 de 63) - UDN  
Milton Campos - UDN  
Aloysio de Carvalho - PL  
Josaphat Marinho - Sem Legenda  
João Agripino - UDN

## Z) Projeto de Emenda à Constituição nº 5/63

(DISPÕE SOBRE O IMPOSTO DE VENDAS E CONSIGNAÇÕES)

Designada em 31 de 63

Prorrogação até 15 de 64 pelo Requerimento número 1.154-63, aprovado em 10 de 63

## Membros - Partidos

Jefferson de Aguiar - PSD  
Ruy Carneiro - PSD  
Lobão da Silveira - PSD  
Wilson Gonçalves - PSD  
Menezes Pimentel - PSD  
Leite Neto - PSD  
Amaury Silva - PTB  
Bezerra Neto - PTB  
Vaga do Senador Humberto Neder - PTB  
Argemiro de Figueiredo - PTB  
Eurico Rezende - UDN  
Milton Campos - UDN  
Daniel Krieger - UDN  
Aloysio de Carvalho - PL  
Josaphat Marinho - Sem Legenda

## Z-1) Projeto de Emenda à Constituição nº 6/63

(INELEGIBILIDADE)

Designada em 2 de 63

Prorrogação até 15 de 64 pelo Requerimento número 1.155-63, aprovado em 10 de 63

## Membros - Partidos

Jefferson de Aguiar - PSD  
Ruy Carneiro - PSD  
Wilson Gonçalves - PSD  
José Feliciano - PSD  
Walfredo Gurgel - PSD  
Argemiro de Figueiredo - PTB  
Bezerra Neto - PTB  
Silvestre Pericles - PTB  
Edmundo Leal - PTB  
Eurico Rezende - UDN  
Milton Campos - UDN  
Aloysio de Carvalho - UDN

Afonso Arinos - UDN  
 Josaphat Marinho - Sem Legenda  
 Raul Gluberti - PSP  
 José Leite - PR

## Z-2) Projeto de Emenda à Constituição nº 7/63

(TRANSFERENCIA PARA A RESERVA DO MILITAR DA ATIVA QUE SE CANDIDATAR A CARGO ELETIVO).

Designada em 2.10.63  
 Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.156-63, aprovado em 10.12.63

### Membros - Partidos

Jefferson de Aguiar - PSD  
 Ruy Carneiro - PSD  
 Wilson Gonçalves - PSD  
 José Feliciano - PSD  
 Walfredo Gurgel - PSD  
 Argemiro de Figueiredo - PTB  
 Bezerra Neto - PTB  
 Silvestre Péricles - PTB  
 Edmundo Levi - PTB  
 Eurico Rezende - UDN  
 Milton Campos - UDN  
 Aloysio de Carvalho - PL  
 Afonso Arinos - UDN  
 Josaphat Marinho - Sem Legenda  
 Júlio Leite - PR

## Z-3) Projeto de Emenda à Constituição nº 8/63

Designada em 22.10.63  
 Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.157-63, aprovado em 10.12.63.

### Membros - Partidos

Jefferson de Aguiar - PSD  
 Ruy Carneiro - PSD  
 José Feliciano - PSD  
 Wilson Gonçalves - PSD

Bezerra Neto - PTB  
 Edmundo Levi - PTB  
 Argemiro de Figueiredo - PTB  
 Melo Braga - PTB  
 Eurico Rezende (23.4.63) - UDN  
 Aloysio de Carvalho - UDN  
 Afonso Arinos - UDN  
 Josaphat Marinho - Relator - Sem Legenda

Aurélio Vianna - PTB  
 Júlio Leite - PR

## Z-4) Projeto de Emenda à Constituição nº 1/64

(Eleição automática do Vice-Presidente com o Presidente da República)

Designada em 26.2.1964

Jefferson de Aguiar (PSD).  
 Ruy Carneiro (PSD).  
 Lobão da Silveira (PSD).  
 Wilson Gonçalves (PSD).  
 José Feliciano (PSD).  
 Bezerra Neto (PTB).  
 Arthur Virgílio (PTB).  
 Antônio Juca (PTB).  
 Oscar Passos (PTB).  
 Antônio Carlos (UDN).  
 Aloysio de Carvalho (PL).  
 Eurico Rezende (UDN).  
 Milton Campos (UDN).  
 Josaphat Marinho (BPD).  
 Júlio Leite (BPD).  
 Aurélio Vianna (BPD)

## Z-5) Projeto de Emenda à Constituição nº 2/64

(Da nova redação à alínea a, do art. 101 e ao item IX do art. 124 da Constituição Federal, a fim de estabelecer que sejam processados e julgados nos crimes comuns:

- os membros do Congresso Nacional, pelo Supremo Tribunal Federal;  
 - os membros das Assembleias Legislativas, pelos Tribunais de Justiça).

Designada em 25.5.1964  
 Jefferson de Aguiar (PSD).  
 Antônio Balbino (PSD).  
 Wilson Gonçalves (PSD).  
 Ruy Carneiro (PSD).  
 Menezes Pimentel (PSD).  
 Edmundo Levi (PTB).  
 Bezerra Neto (PTB).  
 Arthur Virgílio (PTB).  
 Oscar Passos (PTB).  
 Afonso Arinos (UDN).  
 Milton Campos (UDN).  
 Eurico Rezende (UDN).  
 Aloysio de Carvalho (PL).  
 Josaphat Marinho (BPD).  
 Aurélio Vianna (BPD).  
 Aarão Steinbruch (BPD).

## COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

CRIADAS DE ACORDO COM O ART. 53 DA CONSTITUIÇÃO E O ART. 149, ALÍNEA A, DO REGIMENTO INTERNO.

1ª) Para apurar a aquisição, pelo Governo Federal, dos acervos de concessionárias de serviços públicos e a importação de chapas de aço para a Cia Siderúrgica Nacional.

Criada pela Resolução número 11 de 1963, assinada pelo Senhor Nelson Maculan e mais 28 Senhores Senadores (apresentada em 30 de maio de 1963).

Designada em 31 de maio de 1963  
 - Prazo - 120 dias, até 28 de setembro de 1963.

Prorrogada:

- Por mais 120 dias, em virtude da aprovação do Requerimento número 866-63, do Senhor Senador João Agripino, na sessão de 18 de setembro de 1963 (21 horas).

- por mais um ano em virtude da aprovação do Requerimento número 1.173-63, do Senhor Senador Leite Neto, na sessão de 12 de dezembro de 1963.

### Membros - Partidos

Jefferson de Aguiar - PSD  
 Leite Neto (Presidente) - PSD  
 Nelson Maculan - PTB  
 João Agripino (Relator) - UDN  
 Josaphat Marinho - Sem Legenda

2ª) Para apurar fatos apontados da tribuna do Senado e outros, relacionados com irregularidades graves e corrupção no Departamento de Correios e Telégrafos  
 Criada pela Resolução número 37 de 1963, assinada pelo Senhor Jefferson de Aguiar e mais 33 Senhores Senadores (apresentada na sessão de 30 de outubro de 1963).  
 Prazo - até o fim da sessão legislativa de 1963.

Prorrogação por 90 dias (até 15 de março de 1964) em virtude do Requerimento número 1.163-63 do Senhor Senador Wilson Gonçalves aprovado na sessão de 10 de dezembro de 1963 (21.30).

Designação em 6 de dezembro de 1963

Membros (11) - Partidos  
 Jefferson de Aguiar - PSD  
 Leite Neto - PSD  
 Atílio Fontana - PSD  
 Wilson Gonçalves - Presidente - PSD

Artur Virgílio - PTB  
 Bezerra Neto (8.11.63) - Vice-Presidente - PTB  
 Melo Braga - PTB  
 João Agripino - UDN  
 Daniel Krieger - UDN  
 Eurico Rezende (23.4.63) - UDN  
 Aurélio Vianna - PSB  
 Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-9, J. Ney Passos Dantas.